PUC

DEPARTAMENTO DE DIREITO

**O JURADO ABSOLVE O ACUSADO? UMA
ANÁLISE TEÓRICA DA INTRODUÇÃO PELA LEI
Nº 11.689/2008 DO TERCEIRO QUESITO NO
RITO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA**

por

MARIANA CARVALHO VALENCIA

ORIENTADOR: Carlos Raymundo Cardoso

2019.2

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 - CEP 22451-900

RIO DE JANEIRO - BRASIL

O JURADO ABSOLVE O ACUSADO? UMA ANÁLISE TEÓRICA DA INTRODUÇÃO PELA LEI Nº 11.689/2008 DO TERCEIRO QUESITO NO RITO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

por

MARIANA CARVALHO VALENCIA

Monografia apresentada ao
Departamento de Direito da
Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro
(PUC-Rio) como requisito
parcial para a obtenção do
Título de Bacharel em Direito.

Orientador: Carlos Raymundo Cardoso

2019.2

DEDICATÓRIA

Aos meus avós, Maria Carmelita e Roberto Mauro, que sempre me regaram com um amor e apoio incondicional. Ainda que seja impossível retribuir tudo o que eles fizeram e fazem por mim, hoje os presenteio com a realização de um sonho: ver um neto se formar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Isabela e Alberto, maiores inspirações, que nunca mediram esforços para me proporcionar as melhores oportunidades e me apoiar em todas as minhas escolhas. Mãe, me faltam palavras para agradecer tudo o que você faz por mim e por todos a sua volta, exemplo de generosidade. Pai, obrigada por sempre saber o que falar nos momentos mais difíceis e por compartilhar com a gente todo o seu saber.

À minha irmã, Gabriela, melhor presente que eu já recebi. Que continuemos sempre juntas nessa jornada, estando sempre aqui para outra.

Ao meu namorado, Igor, por toda compreensão, paciência e companheirismo nesses cinco anos e por incentivar todos os meus sonhos, com todo meu amor.

Aos demais familiares, por formarmos uma família tão única e com amor de sobra. Em especial, à minha afilhada, Manuela, por me encher de carinho a cada encontro.

Aos meus amigos que carrego no peito ao longo dos anos, por toda compreensão nos momentos de renúncia e por todo apoio. A minha sincera gratidão por construirmos laços tão sinceros.

Às amigas que a PUC-Rio me deu, Isabella, Fernanda, Giulia, Sofia e Paula, por partilharem comigo esses anos, OAB, Monografia e outros dramas universitários. É um prazer dividir essa profissão com pessoas tão queridas.

À equipe da 3ª Vara Criminal – III Tribunal do Júri, sobretudo ao Defensor Público Denis Sampaio, por me acolher no primeiro estágio e me ensinar tanto sobre essa instituição pela qual me apaixonei. À toda equipe do Escritório Nélcio Machado, por me mostrar um outro lado da prática penal e compartilhar comigo todo o seu conhecimento adquirido ao longo dos anos.

Ao meu orientador, Carlos Raymundo, pelo saber dividido e por toda disponibilidade em me ajudar na Monografia. Ao Igor Damous, por toda ajuda na elaboração desse trabalho. Meu eterno obrigada por todas as conversas, leituras, críticas e colaborações nessa difícil tarefa.

RESUMO

VALENCIA, Mariana Carvalho. *O Jurado Absolve o Acusado? Uma Análise Teórica da Introdução pela Lei 11.689/2008 do Terceiro Quesito no Rito dos Crimes Dolosos Contra a Vida*. Rio de Janeiro, 2019. 111 p. Monografia de final de curso. Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio.

O presente trabalho buscou apresentar as discussões relativas ao terceiro quesito do Tribunal do Júri, tal seja: “O jurado absolve o acusado?”. Inicialmente será apresentado o surgimento e a evolução do Tribunal Popular até os dias atuais em diversos países, principalmente no Brasil. Em seguida, se analisará o procedimento dessa instituição, com enfoque no tema da quesitação, sobretudo o quesito absolutório. Ultrapassado esse momento, se analisará os impactos em sede recursal, a partir da apresentação dos sistemas de valoração da prova, bem como o princípio da soberania dos veredictos e o do duplo grau de jurisdição. Com base no exposto, se averiguará a validade ou não do recurso insurgente contra a decisão manifestamente contrária às provas dos autos, em especial após a Lei nº 11.689/08. Também será explorada a influência do terceiro quesito nos debates orais, adentrando em dispositivos legais que permitem o seu controle, com o intuito de preservar a íntima convicção dos jurados. Por fim, se analisará a garantia do acusado ser julgado pelo seus pares em contraposição aos juízes togados, objetivando mostrar a importância do quesito que originou o estudo que ora se adentra.

Palavras-Chave: Tribunal do Júri; Lei nº 11.689/08; Quesitação; Terceiro Quesito; Íntima Convicção; Soberania dos Veredictos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI	11
1.1. O Tribunal do Júri no Mundo	12
1.1.1. <i>Inglaterra</i>	12
1.1.2. <i>França</i>	15
1.1.3. <i>Portugal</i>	16
1.1.4. <i>Estados Unidos</i>	18
1.2. O Tribunal do Júri no Brasil	20
1.2.1. <i>Do império a República</i>	20
1.2.2. <i>Da República ao Estado Novo</i>	25
1.2.3. <i>Do Estado Novo à Constituição de 1988</i>	26
1.2.4. <i>Carta Magna de 1988</i>	29
1.2.5. <i>As alterações de 2008 e os impactos na quesitação</i>	41
CAPÍTULO 2 - O FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI ..	48
2.1. Procedimento do Tribunal do Júri	48
2.1.1. <i>A Primeira Fase</i>	50
2.1.2. <i>A Segunda Fase</i>	52
2.2. A quesitação, com ênfase no terceiro quesito	56
2.2.1. <i>Controvérsia quanto a ordem dos quesitos</i>	63
CAPÍTULO 3 - A INFLUÊNCIA DO QUESITO ABSOLUTÓRIO EM SEDE RECURSAL.....	69
3.1. O sistema da escolha com base na íntima convicção dos jurados e a necessidade de fundamentação das decisões judiciais	69
3.2. Choque entre princípios: a soberania dos vereditos e o duplo grau de jurisdição	73
3.3. (In)validade do recurso insurgente contra decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos.....	76

CAPÍTULO 4: PLENÁRIO OU ESPETÁCULO? A INFLUÊNCIA DO	
TERCEIRO QUESITO NA SESSÃO DE JULGAMENTO	89
4.1. A importância do controle do debate.....	92
CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

*É melhor correr o risco de salvar
um homem culpado do que
condenar um inocente.*

Voltaire

INTRODUÇÃO

O Tribunal do Júri é uma instituição milenar, que permeou séculos até os dias atuais. Assim sendo, resistiu as diferentes formas de Estados e de autoridades. É inegável que em períodos ditatoriais, sofreu retrocessos e foi enfraquecido. Entretanto, em períodos democráticos foi fortalecido.

A Carta Magna Brasileira de 1988, dentre as constituições do país, a mais democrática, traz o Tribunal Popular dentro das chamadas cláusulas pétreas, sendo o mesmo garantia constitucional de todos os indivíduos. A importância dessa instituição é tanta que seus princípios (plenitude de defesa, sigilo das votações e soberania dos vereditos) também estão previstos¹, bem como a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

O Tribunal do Júri possui regras próprias, diferentes do procedimento comum. Isso ocorre, devido a sua maior particularidade: juízes leigos. Assim sendo, enquanto os demais processos criminais são julgados por membros da magistratura, que têm o dever de fundamentar suas decisões, os crimes dolosos contra a vida são julgados por cidadãos comuns que foram anteriormente convocados, obedecendo os critérios legais, e que devem seguir a sua íntima convicção.

Nas palavras de Márcio Schlee:

O Tribunal do Júri traz em si a ideia de adoção de uma inspiração expressamente democrática, com **participação do povo na Justiça**, bem como lança nas mãos deste o destino da liberdade ou não de um acusado de crime doloso contra a vida. Assim, **os próprios cidadãos**, em um processo penal diferenciado, com suas próprias características, **é que poderão julgar um outro cidadão, garantia de um julgamento humano, profundo, arraigado em fatores sociais, culturais, que podem alcançar um conceito de justiça bem mais próximo da realidade do que a mera aplicação da lei a ser efetivada pelo juiz togado**² (grifo meu)

¹ BRASIL, *Constituição Brasileira de 1988*. Artigo 5º, inciso XXXVIII.

² GOMES, Márcio Schlee. *Críticas à nova questão do Júri*. Disponível em: https://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1246467896.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019. p. 48.

Além da previsão constitucional, o procedimento pormenorizado está previsto no Código de Processo Penal, e sofreu diversas alterações pela Lei nº 11.689/08, sobretudo no que tange a quesitação. A principal modificação dentro desse tema diz respeito a todas as teses absolutórias serem condensadas em um único quesito, o que trouxe consequências práticas.

Antes da reforma, o Conselho de Sentença respondia cada tese defensiva em um quesito, além de todos os seus desdobramentos. Importante salientar que os jurados decidem com base em sua consciência e nos ditames da justiça, o que era, de alguma forma, dificultado pelo antigo sistema. Com a modificação, eles devem responder unicamente se absolvem o réu, independentemente do motivo, fortalecendo ainda mais o princípio da íntima convicção.

Em decorrência dessa nova sistemática, diversas polêmicas surgiram, tais como: a escolha da palavra “absolve” e não “condena”; a obrigatoriedade do terceiro quesito; a prevalência ou não do mesmo nos casos em que a desclassificação é sustentada; o que será desenvolvido ao longo do presente trabalho.

Além disso, produziu efeito em sede recursal, especificamente no que tange o artigo 593, inciso III, alínea *d* do Código de Processo Penal, isto é, apelação em face de decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos. A partir da análise do sistema de valoração de provas, dos princípios da soberania dos vereditos e do duplo grau de jurisdição, do entendimento doutrinário e da jurisprudência pátria, se indagará sobre a validade de tal recurso, sobretudo após a Lei nº 11.689/08.

Ainda, atribuiu uma importância maior ao momento dos debates e, por outro lado, estabeleceu limites. É inegável que ambas as partes buscam convencer os jurados e, para isso, utilizam-se de todos os seus instrumentos, tais como a voz e gestos. Entretanto, o Tribunal do Júri também precisa impor formas de controle, com o intuito de protegê-los.

Deve-se ter sempre em mente que o Tribunal Popular é o responsável por julgar o cidadão acusado de violar o bem jurídico mais precioso: a vida.

Assim sendo, está intimamente relacionado aos dramas básicos da existência humana. É tão humano que se despe de todas as técnicas e justamente por isso é que o acusado tem a garantia constitucional de ser julgado pelos seus pares.

Ao iniciar a leitura desse trabalho, necessário se faz abandonar as amarras do tecnicismo penal e entender que trata-se do crime mais humano, muitas vezes embalado por sentimentos e emoções estranhas as regras jurídicas.

Quando, no Brasil, dizemos que João atirou em José, matando-o, a reação imediata do ouvinte é questionar: “Por que?”. Nós temos, no subconsciente, uma tendência natural a acreditar que, em determinadas circunstâncias, a violência pode ser a solução para as dificuldades humanas. Em vez de termos uma reação de espanto, temos logo uma curiosidade que se traduz em querer saber o porquê³.

‘Este ‘por quê’ utilitarista já é um princípio de absolvição, afinal, com esta pergunta procuramos ver se naquelas circunstâncias também seríamos capazes de matar’⁴.

³ SILVA, Danni Sales. *Júri: persuasão na tribuna*. Curitiba: Juruá, 2018. p. 22-23.

⁴ GUERRA, João Baptista Cordeiro. *A Arte de acusar*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989 apud SILVA, Danni Sales. *Júri: persuasão na tribuna*. Curitiba: Juruá, 2018. p. 23.

CAPÍTULO 1 - A HISTÓRIA DO TRIBUNAL DO JÚRI

Há um grande dissenso doutrinário no que concerne a origem do egrégio tribunal popular⁵.

Essa tradição se iniciou, para alguns, na Grécia com o denominado Tribunal de Heliastas, no qual havia uma reunião em praça pública, sendo composto de cidadãos representantes do povo⁶. Nas palavras de Nádia Araújo e Ricardo R. Almeida:

Na Atenas clássica, duas instituições judiciárias velam pela restauração da paz social: o Areópago e a Heliéia. Ambas apresentam pontos em comum com o júri. O Areópago, encarregado de julgar os crimes de sangue, era guiado pela prudência de um senso comum jurídico. Seus integrantes, antigos arcontes, seguiam apenas os ditames de sua consciência. A Heliéia, por sua vez, era um tribunal popular, integrado por um número significativo de heliastas (de 201 a 2501), todos cidadãos *optimo jure*, que também julgavam, após ouvir a defesa do réu, segundo sua íntima convicção. Parecem elementos bastantes para identificar aqui os contornos mínimos, o princípio ao qual a ideia de justiça popular historicamente se remeteria⁷.

Também há quem defenda que a origem foi na Palestina, com o Tribunal dos Vinte e Três nas vilas em que a população fosse superior a 120 famílias. Essas Cortes conheciam e julgavam processos criminais relativos a crimes puníveis com a pena de morte. Eram compostas por padres, levitas e os principais chefes de famílias de Israel⁸.

Outros, ainda, afirmam que o surgimento se deu nas *quaestiones perpetuae* romanas. Para Rogério Lauria Tucci, há diversas semelhanças entre elas e o Tribunal do Júri Brasileiro, tais como: identidade de forma de recrutamento; jurados e juramento dos mesmos; formação do órgão judicante popular mediante sorteio; recusa de certo número de jurados; método de

⁵ BARROS, Francisco Dirceu. *Manual do Júri*. 4ª ed., Leme (SP): JH Mizuno, 2018, p. 31.

⁶ NUCCI, Guilherme de Souza. *Tribunal do júri*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 20-21.

⁷ ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA, Ricardo R. O Tribunal do Júri nos Estados Unidos – sua evolução histórica e algumas reflexões sobre seu estado atual. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, 1996. p. 4.

⁸ NUCCI, Op. cit., p. 20.

votação com respostas simples e objetivas; decisão tomada por maioria de votos; soberania do veredito⁹.

A realidade é que o júri e a maçonaria são instituições que quanto mais estudadas suas origens, mais se abre um leque de infinitas possibilidades¹⁰.

Entretanto, grande parte da doutrina está de acordo que o Tribunal do Júri, na sua feição atual, origina-se na Magna Carta, da Inglaterra, de 1215¹¹. É justo no artigo 29 desse dispositivo que o mundo se inspirou.

Esse modelo previa dois conselhos de jurados: o *Grand Jury* e o *Petit Jury*. O primeiro, composto por até 24 jurados, possuía o objetivo de decidir se procedia o exercício da pretensão acusatória, enquanto ao segundo, composto por até 12 jurados, caberia resolver o mérito da questão¹².

1.1. O Tribunal do Júri no Mundo

Feita as considerações quanto ao surgimento do Tribunal do Júri, importante analisar, de forma breve, o seu funcionamento nos países que ao longo dos anos influenciaram, e ainda influenciam, o Júri brasileiro.

1.1.1. Inglaterra

O Tribunal do Júri tem a sua remota origem em julgamentos realizados por centenas de pessoas e em diversos vilarejos, sem um procedimento muito específico¹³, mas sempre com a intenção de torna-lo representativo a comunidade¹⁴.

⁹ TUCCI, Rogério Lauria. *Tribunal do Júri*. Estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1999. p. 24.

¹⁰ BARROS, 2018, p. 32.

¹¹ NUCCI, 2018, p. 20.

¹² RANGEL, Paulo. *Tribunal do Júri: Visão linguística, histórica, social e jurídica*. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2018. p. 42.

¹³ PLUCKNETT, Theodore Frank Thomas. *A Concise History of the Common Law*. Indianapolis: Liberty Fund, 2010. p. 176.

¹⁴ Ibid., p. 177.

Por volta de 1220, os juízes deixaram de ter um papel inquisitorial e o Júri passou a ser o responsável por declarar o veredito de *guilty or not guilty*, que passou a ser aceito de forma inquestionável¹⁵, ainda que nenhuma testemunha e nenhuma evidência fossem produzidas¹⁶.

Entretanto, o Tribunal do Júri não era amplamente aceito, sendo alvos de inúmeras críticas. Devido a isso, a partir do reinado de Edward I, a função do júri passou a ser definida judicialmente, separando as questões de direito e de fato, bem como a unanimidade passou a ser necessária¹⁷.

No século XVI, tribunais, que na verdade eram uma forma disfarçada do Conselho, passaram a punir os jurados que encontravam vereditos manifestamente contrários as evidências e anulavam a decisão, o que se tornou um assunto sério, visto que esse foi um momento com muitos julgamentos políticos¹⁸.

Pertinente ressaltar que o aspecto representativo do júri trouxe uma dificuldade prática. Por um lado, se defendia a necessidade de independência do júri. As instituições representativas, seja um júri, ou, por exemplo, um congresso, para cumprirem seus deveres devem possuir certas imunidades. Por outro lado, as mudanças do júri transformaram os jurados em juízes de fato e, nas palavras de Theodore Plucknett:

The decisions of the judges themselves on matters of law were subject to proceedings in error; why, then, should the decisions of a jury on matters of fact be completely irreversible? Both functions were essentially the same, that is to say, an exercise of judgment¹⁹.

¹⁵ PLUCKNETT, 2010, p. 175.

¹⁶ Ibid., p. 180.

¹⁷ Ibid., p. 178.

¹⁸ Ibid., p. 182.

¹⁹ Ibid., p. 185-186. Tradução livre: As decisões dos próprios juízes em matéria de direito estavam sujeitas a revisão em caso de erro. Por que, então, as decisões do Júri sobre questões de fato deveriam ser completamente irreversíveis? Ambas as funções são essencialmente as mesmas, ou seja, um exercício de julgamento.

Devido a tais questionamentos, era inevitável que se passasse a admitir, na prática, a anulação de vereditos por conclusões errôneas quanto aos fatos, do mesmo modo que existiam quanto a lei²⁰.

Essa divisão entre direito e fato colocou em xeque questões clássicas do direito, o que gerou um certo incômodo. A fim de solucionar tal problema, e inclusive porque muitos crimes possuíam especificidades técnicas, introduziu-se um dispositivo no julgamento. O juiz passou a se dirigir ao júri, explicitando quais fatos constituiriam o crime previsto na acusação e, à luz dessa exposição, o júri poderia analisar o processo e dar o seu veredito final²¹.

Até 1933 ainda existia o *Grand Jury* e o *Petit Jury*, previstos na Carta Magna de 1215, quando passou a existir apenas o *Petit Jury*, responsável pelo veredito de *guilty or not guilty*²², sendo necessário veredito unânime para a condenação. Em 1967, deixou-se de exigir a unanimidade, passando-se a aceitar a maioria de 10-2 ou até 11-1²³.

O procedimento dos debates e a votação são realizados em uma sala secreta, e nada do que for dito pode ser, posteriormente, exposto. Como a decisão será fruto de um sistema de plena comunicação entre os jurados²⁴, uma crítica feita sobre essa instituição diz respeito a influência que os jurados exercem uns sobre os outros na sala secreta, alterando a imparcialidade do tribunal, bem como no fato de que há uma tendência natural a absolvições infundadas, especialmente de criminosos profissionais²⁵.

Após a decisão do Tribunal do Júri, ainda é possível que se ingresse com recurso. Entretanto, como o veredito do júri é imotivado, desconhecem-se as razões que levaram os jurados a decidir daquela forma.

²⁰ PLUCKNETT, 2010, p. 186.

²¹ *Ibid.*, p. 186.

²² STRECK, Lênio Luiz. *Tribunal do Júri: Símbolos e rituais*. 4ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 76.

²³ NUCCI, 2018, p. 27-28.

²⁴ RANGEL, 2018, p. 46.

²⁵ NUCCI, *Op. cit.*, p. 28.

Devido a isso, a fim de não violar a soberania do veredito popular, os recursos se restringem a busca por irregularidade no julgamento ou incorreta condução do juiz presidente²⁶, visto que o mesmo é responsável por conduzir o processo de modo justo e encaminhar o julgamento a um desfecho apropriado²⁷.

1.1.2. França

O Tribunal do Júri na França foi criado com a Revolução Francesa de 1789, com o objetivo de combater o autoritarismo clássico do Antigo Regime. Naquele momento os magistrados não eram dotados de independência funcional, cedendo à pressão da monarquia e das dinastias das quais dependiam²⁸.

Sendo assim, a instituição de um Tribunal composto pela sociedade seria uma forma de frear o abuso estatal exercido durante os procedimentos criminais. Para exercer tal função, seria composto por 12 membros e para haver condenação, no mínimo, seriam necessários 10 votos²⁹.

Tanto é que, na opinião de Frederico Marques, quando o judiciário adquiriu tal independência em face do executivo, o júri perdeu a sua razão de ser, o seu caráter político, pois o júri havia sido criado como reação à magistratura das monarquias absolutistas³⁰.

Após diversas mudanças ao longo da história, o Tribunal do Júri francês atualmente é conhecido como *Cours d'Assises*, sendo um dos inúmeros exemplos ao longo do mundo de escabinato³¹. Nessa espécie de órgão colegiado, não apenas cidadãos comuns fazem parte do julgamento, mas também juízes profissionais.

²⁶ NUCCI, 2018, p. 29.

²⁷ MARTY, Mireille Delmas (Org.). *Processos penais da Europa*. CHOUKR, Fauzi Hassan (Trad.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. p. 521.

²⁸ RANGEL, 2018, p. 48.

²⁹ Ibid., p. 49.

³⁰ MARQUES, José Frederico. *A instituição do júri*. São Paulo: Saraiva, 1963. p. 15.

³¹ RANGEL, Op. cit., p. 49.

O Júri é formado por nove jurados populares somados a três membros da magistratura³², que decidirão em uma sessão secreta e individual, por meio de quesitos³³.

Cada fato principal da acusação será um quesito distinto, bem como cada circunstância agravante. Se, durante os debates, surgirem possíveis novas qualificações legais, não constante na imputação penal, serão propostos quesitos subsidiários. Cada componente do conselho responderá, secretamente, sim ou não, sendo seu voto depositado em uma urna³⁴.

Caberá ao presidente abrir e contar os votos. Os nulos e brancos serão contados a favor da acusação e para obter a condenação, serão necessários pelo menos oito votos dos doze componentes³⁵.

Além dessa atribuição, os jurados também são competentes para decidir o *quantum* de pena. Para aplicação da pena máxima, exige-se o voto de oito jurados e decisão por maioria absoluta³⁶. Serão realizados tantos turnos de votação quantos necessários para atingir tal *quórum*³⁷.

1.1.3. Portugal

A primeira aplicação prática do Tribunal do Júri em Portugal se deu após a Revolução de 1975, na qual o Movimento das Forças Armadas retornou Portugal à democracia³⁸.

Assim como no sistema francês, o Tribunal do Júri segue o modelo de escabinato, sendo composto por três juízes que compõem o tribunal coletivo, por quatro jurados efetivos e quatro suplentes³⁹. Tal julgamento é facultativo,

³² STRECK, 2001, p. 80.

³³ RANGEL, 2018, p. 49.

³⁴ STRECK, Op. cit., p. 80.

³⁵ Ibid., p. 81.

³⁶ RANGEL, 2018, p. 49.

³⁷ STRECK, Op. cit., p. 81.

³⁸ Ibid., p. 81.

³⁹ SILVA, Germano Marques da. *Curso de processo penal*. v. 3. Lisboa: Verbo, 2000. p. 211 apud RANGEL, Paulo. *Tribunal do Júri: Visão linguística, histórica, social e jurídica*. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2018. p. 53-54.

sendo realizado apenas se o Ministério Público ou o réu requer, sendo vedada a retratação⁴⁰.

Após os debates orais, o juiz presidente lavrará os quesitos que serão submetidos ao conselho de sentença. Além disso, poderão ser propostos quesitos sobre fatos que resultaram da discussão da causa e que possam vir a excluir a responsabilidade criminal do acusado ou diminuir a gravidade da pena, desde que sejam feitos pelos juízes. Ainda, podem ser propostos quesitos pela acusação e pela defesa, mas esses estarão condicionados a aprovação do conselho de jurados⁴¹.

Finalizados os debates, a deliberação ocorre em sala secreta, mas sem sigilo de voto, visto que esses serão proferidos de forma oral. Primeiro, votam os jurados, seguindo a ordem crescente de idade. Depois, votam os juízes, iniciando o de menor tempo de serviço. E, por fim, vota o presidente (artigo 365.º, 4 e 5 do CPP)⁴².

Interessante notar que, o júri poderá dar como provado qualquer fato, mesmo que não englobado pelos quesitos, desde que beneficie o acusado⁴³.

Diferente dos países até então apresentados, há necessidade de que os jurados fundamentem a sua decisão, indicando, inclusive, quando possível, os meios de prova que serviram para formar a sua convicção⁴⁴.

Nas palavras de Paulo Rangel:

A necessidade de fundamentação e de comunicação entre os jurados é típica de um sistema judicial amparado no regime democrático, no qual maioria, por si só não significa democracia, mas sim consenso que, se for com a liberdade do outro, não tem validade⁴⁵.

⁴⁰ RANGEL, 2018, p. 54.

⁴¹ STRECK, 2001, p. 83.

⁴² NUCCI, 2018, p. 39.

⁴³ STRECK, Op. cit., p. 83.

⁴⁴ RANGEL, 2018, p. 55.

⁴⁵ Ibid., p. 56.

Ainda, importante destacar que o artigo 14º, item 1 do Decreto Lei 387-A/87 expõe que “*os jurados decidem apenas segundo a lei e o direito e não estão sujeitos a ordens ou instruções*”.

Uma crítica realizada pela doutrina portuguesa é que os jurados, como cidadãos leigos, não possuem conhecimento para julgar conforme a lei e o direito⁴⁶.

Ressalta-se, ainda, que por ser um escabinato, o júri é competente por analisar a aplicação da pena⁴⁷.

1.1.4. Estados Unidos

O Tribunal do Júri nos Estados Unidos, diferente dos outros países apresentados até o momento, constitui uma garantia fundamental do cidadão, pois está previsto na Constituição, em seu artigo 3º, Seção 2.

Isso é de extrema importância, pois, em um sistema em que juízes e promotores são eleitos ou nomeados pelo Poder Executivo, inexistindo concurso público de admissão, em que prevalece o sistema do direito costumeiro, mais frágil do que o princípio da reserva legal recomendada, bem como em que se privilegia a participação do cidadão leigo na administração de justiça, o júri é uma garantia que o réu tem contra a opressão eventualmente assacada contra a sua pessoa por um acusador parcial, em campanha eleitoral, buscando destacar-se na mídia, ou contra um juiz, igualmente em campanha, pretendendo mostrar aos seus eleitores ser severo no combate ao crime. Sentindo-se, pois, pressionado pela máquina estatal, pode invocar, como garantia, o julgamento pelo júri, conseguindo que seus pares decidam seu destino⁴⁸.

⁴⁶ SILVA, 2000, p. 238 apud RANGEL, 2018, p. 55.

⁴⁷ NUCCI, 2018, p. 39.

⁴⁸ Ibid., p. 37-38.

Ressalta-se, contudo, que o réu pode refutar esse direito, ao contrário do ordenamento jurídico brasileiro, em que tal regra é irrenunciável⁴⁹.

Apesar de estar previsto constitucionalmente, não há previsão legal acerca da constituição do Tribunal do Júri. Devido a isso, foi a jurisprudência que desenvolveu o funcionamento do júri, tendo como base o modelo inglês, estabelecendo o número de doze jurados e a presidência a um juiz togado⁵⁰.

No âmbito federal, esse é o número de jurados que ainda se utiliza e o veredito necessariamente tem que ser unânime. A dificuldade de se estudar o júri americano é que cada Estado tem um sistema de jurado e julgamento próprio⁵¹. Portanto, nas cortes estaduais é possível ver uma flexibilização no número de jurados, bem como se admitem decisões por maioria⁵².

Importante destacar que a decisão deve ser discutida entre os jurados, pois é fruto do exercício de cidadania que simboliza e encarna a participação popular nas decisões judiciais⁵³.

A 5ª Emenda prevê que nos casos de crime capital, ou qualquer outro crime infamante, o réu tem direito a que a sua acusação seja feita perante o Grande Júri, com exceção, dos crimes que, em tempo de guerra ou de perigo público, ocorram nas forças de terra ou mar, ou na milícia, durante serviço de ativo.⁵⁴ Na jurisdição federal é obrigatória a existência do grande júri para todos os delitos considerados graves, embora em nível estadual sua utilização não seja indispensável⁵⁵.

O grande júri é chamado de “o escudo e a espada”. O escudo significa a garantia entre o acusador e o acusado, protegendo este contra a perseguição

⁴⁹ NUCCI, 2018, p. 37-38.

⁵⁰ STRECK, 2001, p. 77.

⁵¹ RANGEL, 2018, p. 47.

⁵² NUCCI, 2018, p. 37.

⁵³ RANGEL, Op. cit., p. 48.

⁵⁴ EUA, *Constitution of the United States*. September, 17. 1788.

⁵⁵ NUCCI, 2018, p. 36.

penal opressiva e infundada, enquanto a espada significa a possibilidade de se atuar como órgão de investigação contra um suspeito⁵⁶.

A 6ª Emenda estabelece que todos os acusados em processos criminais têm direito a um julgamento público e rápido, por meio de um júri imparcial e selecionado no Estado e distrito onde o crime houver sido cometido, bem como de ser informado da plenitude da acusação e de exercer a plenitude de defesa⁵⁷.

Por fim, a 7ª Emenda trata do júri no que tange as causas cíveis. Ela estabelece que quando o valor da causa exceder a vinte dólares, será garantido o direito de julgamento por júri, cuja decisão não poderá ser revista por qualquer tribunal dos Estados Unidos senão em conformidade com as regras do direito comum⁵⁸.

1.2. O Tribunal do Júri no Brasil

Após conhecer um pouco da história internacional dessa espécie de tribunal é de suma relevância adentrar a conjuntura brasileira.

Segundo James Tubenchlak, o caminho percorrido pelo Júri no Brasil ao longo dos anos assemelha-se a uma guerra santa: ora avançando, ora compelido a recuar, ora deformado em sua competência material, entretanto, resistiu galhardamente a tudo isso, inclusive dois períodos ditatoriais⁵⁹.

1.2.1. Do império a República

Antes da independência do Brasil, já no período de regência, existia uma forte influência do domínio português. Em 1820 eclodiu a Revolução

⁵⁶ RANGEL, 2018, p. 47.

⁵⁷ EUA, *Constitution of the United States*. September, 17. 1788.

⁵⁸ *Ibid.*, 1788.

⁵⁹ TUBENCHLAK, James. *Tribunal do Júri: contradições e soluções*. São Paulo: Saraiva, 1997, p. 4 apud REZENDE, Reinaldo Oscar de Freitas Mundim Lobo. *Da evolução da instituição do júri no tempo, sua atual estrutura e novas propostas de mudanças*. Projeto de Lei nº 4.203/2001. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6865/da-evolucao-da-instituicao-do-juri-no-tempo-sua-atual-estrutura-e-novas-propostas-de-mudancas>. Acesso em: 6 jun. 2019.

Liberal do Porto, em Portugal, que trazia em si as ideias liberais da Revolução Francesa, resultando nas Cortes Constituintes Portuguesas de 1821. O artigo 177⁶⁰ da futura Carta Magna, trazia a previsão dos Juízes de Facto, que seria uma forma de Tribunal do Júri. Dentre suas atribuições, seriam responsáveis por julgar os crimes cometidos por abuso de liberdade de imprensa⁶¹.

Em consonância com Portugal, em 18 de junho de 1822 foi criado pelo Príncipe Regente D. Pedro I, através de decreto, o Tribunal do Júri, com competência exclusiva para o julgamento de crimes de imprensa⁶². Deve-se ressaltar que coube ao senado da câmara do Rio de Janeiro dirigir-se a Sua Alteza, o Príncipe Regente D. Pedro, solicitando a criação do Juízo dos Jurados para execução da Lei de Liberdade de Imprensa no Rio de Janeiro, ‘aonde a criação do Juízo dos Jurados parece exequível sem conveniente, atenta a muita população de que se compõe, e as muitas luzes que já possui’⁶³.

O Júri era composto por vinte e quatro membros, recrutados dentre os “homens bons, honrados, inteligentes e patriotas”. O que, desde já, causou questionamento quanto a representatividade do conselho, pois, como a sociedade ainda era escravocrata, os homens bons seriam eleitores e, como tal, deveriam possuir determinada renda e pertencer as camadas dominantes⁶⁴. Além disso, a nomeação dos jurados se dava pelo Corregedor e pelos Ouvidores do crime, a requerimento do Procurador da Coroa e da Fazenda, atuando como fiscais dos delitos⁶⁵.

⁶⁰ PORTUGAL, *Constituição Portuguesa de 1822*.

⁶¹ PORTUGAL, *Lei de 12 de julho de 1821*. Artigo 22.

⁶² PINTO, Luísa Fragozo Pereira. *A história do Tribunal do Júri: Origem e evolução no sistema penal brasileiro*. p. 5. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=c3c64982-cc8a-4364-b36e-0b57aba2c7cc&groupId=10136. Acesso em: 6 jun. 2019.

⁶³ MARQUES, 1963, p. 15.

⁶⁴ STRECK, 2001, p. 87.

⁶⁵ PINTO, *A história do Tribunal do Júri: Origem e evolução no sistema penal brasileiro*. p. 6. Acesso em: 6 jun. 2019.

Da decisão dos jurados, conforme o decreto, “os réos só poderão appellar do julgado para a Minha Real Clemência”⁶⁶, ou seja, era possível recorrer ao príncipe regente.

Em 25 de março de 1824 foi promulgada a primeira Constituição Brasileira, sendo a única do período imperial. Segundo os artigos 151 e 152⁶⁷:

Art. 151 – O Poder judicial é independente e será composto de juízes e jurados, os quais terão lugar assim no cível como no crime, nos casos e pelo modo que os Códigos determinarem.

Art. 152 – Os jurados pronunciam sobre o fato e os juízes aplicam a lei

Extrai-se, portanto, que o Tribunal do Júri passou a integrar o Poder Judiciário, sendo competente ao julgamento de causas cíveis e criminais.

Posteriormente, o Código de Processo Criminal do Império, instituído pela Lei 29 de novembro de 1832, regulamentou o conselho de jurados, ampliando a sua competência, pois extinguiu quase todas as formas de jurisdição ordinária, de forma que a maioria dos crimes passou a ser da competência dos jurados⁶⁸.

Além disso, importante destacar que o Tribunal do Júri passou a ser constituído pelo Júri de acusação, responsável pela confirmação ou revogação das pronúncias e impronúncias, e, pelo Júri de Sentença, que teria atribuição para analisar o mérito da causa⁶⁹. Também é possível denominá-los de grande e pequeno júri⁷⁰.

Nessa época os jurados debatiam o fato/caso penal entre si para decidir se o réu iria ou não a plenário ser julgado, dando maior transparência e legitimidade às decisões do júri de acusação. A decisão do júri de acusação

⁶⁶ BRASIL, *Decreto de 18 de junho de 1822*.

⁶⁷ BRASIL, *Constituição Brasileira de 1824*.

⁶⁸ BORBA, Lise Anne de. *Aspectos relevantes do histórico do Tribunal do Júri*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2695/aspectos-relevantes-do-historico-do-tribunal-do-juri>. Acesso em: 6 jun. 2019.

⁶⁹ BRASIL, *Código de Processo Criminal do Império de 1832*. Artigo 248 a 253.

⁷⁰ RANGEL, 2018, p. 63.

era, verdadeiramente, democrática, não obstante sua formação se pautar no poder aquisitivo dos jurados⁷¹.

O artigo 289⁷² esclarecia que os jurados que participaram do júri de acusação não poderiam participar do de julgamento, a fim de assegurar a imparcialidade do juiz natural, pois se eles já se manifestaram quanto à admissibilidade da acusação, era porque entendiam que existiam indícios de autoria e materialidade do crime em desfavor do réu. Atualmente, o juiz da decisão de pronúncia (que equivale ao antigo júri de acusação), muitas vezes, é o próprio juiz presidente da sessão plenária⁷³.

Com o Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842, o Tribunal do Júri foi, novamente, modificado, tendo sua competência restringida, ao se comparar com a abrangente atribuição inicial do Código de Processo Criminal do Império, devido a uma modificação na organização judiciária⁷⁴. Ademais, a função de jurado foi regulamentada pelo artigo 224⁷⁵, excluindo, ainda mais, as classes desfavorecidas, afastando a garantia do devido processo legal deste instituto, na medida em que, nitidamente, os indivíduos não eram julgados pelos seus pares, devendo, para tanto, haver uma diversidade tal de pessoas, pertencentes a grupos ideológica e economicamente divergentes, de forma a garantir a imparcialidade do julgamento⁷⁶. Ainda, foi extinto o Júri de Acusação, passando a competência aos juízes municipais e as autoridades policiais⁷⁷, por influência do sistema do júri francês⁷⁸.

⁷¹ RANGEL, 2018, p. 64.

⁷² BRASIL, *Código de Processo Criminal do Império*.

⁷³ RANGEL, Op. cit., p. 64.

⁷⁴ BORBA, *Aspectos relevantes do histórico do Tribunal do Júri*. Acesso em: 6 jun. 2019.

⁷⁵ Regulamento nº 120 de 31 de janeiro de 1842.

⁷⁶ PINTO, *A história do Tribunal do Júri: Origem e evolução no sistema penal brasileiro*. Acesso em: 6 jun. 2019.

⁷⁷ Ibid., Acesso em: 6 jun. 2019.

⁷⁸ RANGEL, 2018, p. 68.

A citada competência foi alterada, mais uma vez, com a Lei 2.033 de 20 de setembro de 1871, atribuindo aos juízes de direito, nas comarcas especiais, e aos juízes municipais, nas comarcas gerais⁷⁹.

Vale destacar, ainda, que o júri, tradicionalmente só poderia se pronunciar sobre questões de fato, jamais sobre questões jurídicas, o que impunha a obrigação da maior clareza possível na formulação dos quesitos sob pena de nulidade do julgamento, uma vez se tratarem, os jurados, de pessoas leigas⁸⁰.

Outrossim, o Decreto nº 848 de 11 de outubro de 1890 criou o Tribunal do Júri Federal, composto por doze jurados⁸¹, que teve a sua competência vislumbrada, posteriormente, no artigo 20 da Lei nº 221 de 20 de novembro de 1894. Importante salientar que a composição com número par do tribunal permite ao réu maior oportunidade de defesa, pois para um decreto condenatório mister se faz diferença de dois votos, se se trabalhar com decisão por maioria, e, em caso de empate, a decisão mais favorável ao réu⁸².

Deve-se ressaltar que durante o Império houve uma instabilidade normativa com relação a esse instituto, alterando-se, ora o quórum, ora a composição dos jurados. Imitando as leis inglesas, norte-americanas e francesas, deu-se ao Júri atribuições amplíssimas, superiores ao grau de desenvolvimento da nação que se constituía, esquecendo-se, assim, o legislador, de que as instituições judiciais, segundo observa Mittermaier, para que tenham bom êxito, também exigem cultura, terreno e clima apropriados⁸³.

⁷⁹ BRASIL, *Lei 2.033 de 20 de setembro de 1871*. Artigo 10.

⁸⁰ PINTO, *A história do Tribunal do Júri: Origem e evolução no sistema penal brasileiro*. Acesso em: 6 jun. 2019.

⁸¹ BRASIL, *Decreto nº 848 de 1890*. Artigo 41.

⁸² RANGEL, 2018, p. 76.

⁸³ MARQUES, José Frederico. *A instituição do Júri*, São Paulo, Booksetler, 1997. p. 39, citando Cândido de Oliveira Filho apud STRECK, Lênio Luiz. *Tribunal do Júri: Símbolos e rituais*. 4ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 87.

1.2.2. Da República ao Estado Novo

Com a proclamação da República, adveio uma nova Constituição em 1891, que no artigo 72 §31 expos: “É mantida a instituição do júri”.

Tal expressão gerou intenso debate. De um lado, autores como Rui Barbosa, Duarte de Azevedo e Pedro Lessa sustentavam a tese de que a manutenção pela Constituição significava que a essência do júri deveria ser mantida pelas leis posteriores, sendo que mudanças que implicassem na alteração do núcleo político do júri implicava a sua não-manutenção e, portanto, na violação da Constituição. Em sentido contrário, Carlos Maximiliano sustentava que a manutenção explicitada pela Constituição não significava a imposição do *status quo* anterior⁸⁴.

Devida a tamanha controvérsia, em 1899, coube ao Supremo Tribunal a tarefa de apresentar as características concernentes ao júri⁸⁵. São elas: I – quanto a composição dos jurados, a) composta de cidadãos qualificados periodicamente por autoridades designadas pela lei, tirados de todas as classes sociais, tendo as qualidades legais previamente estabelecidas para as funções de juiz de fato, com recurso de admissão e inadmissão na respectiva lista, e b) o conselho de julgamento, composto de certo numero de juízes, escolhidos a sorte, de entre o corpo dos jurados, em numero tríplice ou quádruplo, com antecedência sorteados para servirem em certa sessão, previamente marcada por quem a tiver de presidir, e depurados pela aceitação ou recusação das partes, limitadas as recusações a um numero tal que por elas não seja esgotada a urna dos jurados convocados para a sessão; II – quanto ao funcionamento, a) incomunicabilidade dos jurados com pessoas estranhas ao Conselho, para evitar sugestões alheias, b) alegações e provas da acusação e defesa produzidas publicamente perante ele, c) atribuição de julgarem estes

⁸⁴ STRECK, 2001, p. 89.

⁸⁵ FAUSTO, Antonio Simon Bruno Franchetto. *História, Criminologia e Teatro no Tribunal do Júri*. Rio de Janeiro. 2016. 56 p. Monografia (Bacharel em Direito). Departamento de Direito da PUC-Rio. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.2803E2FE&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 6 jun. 2019.

jurados segundo sua consciência, e d) irresponsabilidade do voto emitido contra ou a favor do réu⁸⁶.

Além do Supremo Tribunal, a doutrina também traçou os caracteres essenciais desse instituto, os quais não poderiam ser alterados pelo legislador, tais como: número ímpar de membros do Conselho Julgador, ampla defesa, sigilo das votações, atribuição privativa para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e soberania⁸⁷.

Posteriormente, houve a promulgação da Constituição de 1934. Conforme o seu artigo 72, o Tribunal do Júri voltou a fazer parte da estrutura do Poder Judiciário, cabendo ao legislador regulamentar o instituto⁸⁸. Todavia, o futuro da instituição, ao menos no plano legislativo, não fluíu conforme o esperado naquele momento histórico da Carta de 1934, tendo em vista o golpe de estado perpetrado por Getúlio Vargas através da imposição do regime ditatorial do Estado Novo, que acarretou a outorga de uma nova Constituição para a nação brasileira⁸⁹.

1.2.3. Do Estado Novo à Constituição de 1988

A nova Carta Magna de 1937 foi silente quanto ao Tribunal do Júri. Devido a isso, iniciou-se um intenso debate doutrinário acerca da permanência do mesmo. A fim de resolver essa questão, foi editado o Decreto-Lei 167/38, que passou a regular o Júri, alterando algumas de suas características, até então, consideradas essenciais.

Dentre as críticas, há que se falar no que tange a extinção da soberania dos vereditos⁹⁰, pois, havendo divergência quanto as provas existentes nos autos ou produzidas em plenário, seria possível uma apelação de mérito, ou

⁸⁶ MARQUES, 1963, p. 22-23.

⁸⁷ PINTO, *A história do Tribunal do Júri: Origem e evolução no sistema penal brasileiro*. Acesso em: 6 jun. 2019.

⁸⁸ BRASIL, *Constituição Brasileira de 1934*. Artigo 72.

⁸⁹ PINTO, Op. cit., Acesso em: 6 jun. 2019.

⁹⁰ BRASIL, *Decreto-Lei 167/38*. Artigo 92, b e Artigo 96.

seja, a possibilidade de o Tribunal de Apelação alterar a decisão do Júri, ao invés de um novo júri ser instalado, tal como ocorria anteriormente⁹¹.

Além disso, o conselho de sentença passou a ser constituído por sete jurados. O déspota tem de ter o júri sob controle, e a melhor forma é retirando sua soberania, silenciando-o e diminuindo o seu número para sete⁹².

Em 1941, ainda na Era Vargas, foi promulgado o Decreto-lei nº 3.689, que criou o Código de Processo Penal, em vigor atualmente, com algumas modificações.

No julgamento realizado através da formulação de quesitos, os jurados não decidiam sobre as circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o artigo 484 §único do dispositivo retro. Além disso, a soberania dos vereditos continuou maculada conforme o texto original⁹³.

Havendo divergência entre a sentença proferida pelo presidente do júri e as respostas aos quesitos, o Tribunal de Apelação deveria fazer a ratificação. Se houvesse contradição nas respostas aos quesitos, tal Tribunal faria prevalecer a que se ajustar à prova dos autos, salvo quando uma importar a absolvição e outra a condenação de réu, caso em que se declarará a nulidade do julgamento. Se o julgamento fosse considerado contrário as provas dos atos ou produzidas em plenário, daria-se provimento à apelação para aplicar a pena legal, ou absolver o réu, conforme o caso⁹⁴.

Com o fim do regime ditatorial, o retorno à democracia veio com uma nova Constituição, em 1946, que inseriu o Tribunal do Júri entre os direitos e garantias fundamentais, conforme seu artigo 141 §28:

É mantida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja sempre ímpar o número dos seus membros e garantido o sigilo das votações,

⁹¹ PINTO, *A história do Tribunal do Júri: Origem e evolução no sistema penal brasileiro*. Acesso em: 6 jun. 2019.

⁹² RANGEL, 2018, p. 78.

⁹³ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941.

⁹⁴ *Ibid.*, Artigos 604/606.

a plenitude da defesa do réu e a soberania dos veredictos. Será obrigatoriamente da sua competência o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Com isso, o Tribunal do Júri voltou a ser direito subjetivo fundamental do indivíduo. Cabe ressaltar que, com a previsão da soberania dos vereditos, foi alterada a norma quanto aos recursos das decisões manifestamente contrárias as provas dos autos. No caso de o Tribunal de Apelação entender pelo provimento do recurso, deveria sujeitar o réu a um novo julgamento, sendo impedido de deliberar acerca do mérito. Entretanto, no caso de a sentença divergir da decisão dos jurados ou ser contrária à lei, o Tribunal de Apelação deveria retificá-la⁹⁵.

A Lei 263 de 23 de fevereiro de 1948, que realizou a mudança acima, teve a sua constitucionalidade questionada. Para alguns, o termo soberania não deve ser confundido com abuso de decidir contra a própria evidência dos autos, condenando ou absolvendo arbitrariamente⁹⁶.

Esse debate gerou inúmeras controvérsias acerca da possibilidade de cassação da decisão pelo Tribunal Superior e a determinação de novo julgamento pelo júri. O Supremo Tribunal Federal, em diversas oportunidades, defendeu a constitucionalidade da lei. Segundo o mesmo, a soberania não se confunde com arbitrariedade para julgar contra as provas dos autos⁹⁷, e deve ser feita uma ponderação de valores constitucionais, de forma que a soberania dos vereditos não seria absoluta, pois a própria Constituição também consagrava outros direitos, como a liberdade e a verdade material⁹⁸. Ainda, esclareceu que não haveria ferimento à soberania do Júri tal determinação, visto que o tribunal, cassando a decisão, mandava

⁹⁵ PINTO, *A história do Tribunal do Júri: Origem e evolução no sistema penal brasileiro*. Acesso em: 6 jun. 2019.

⁹⁶ BORBA, *Aspectos relevantes do histórico do Tribunal do Júri*. Acesso em: 6 jun. 2019.

⁹⁷ REZENDE, Reinaldo Oscar de Freitas Mundim Lobo. *Da evolução da instituição do júri no tempo, sua atual estrutura e novas propostas de mudanças*. Projeto de Lei nº 4.203/2001. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6865/da-evolucao-da-instituicao-do-juri-no-tempo-sua-atual-estrutura-e-novas-propostas-de-mudancas>. Acesso em: 6 jun. 2019.

⁹⁸ PINTO, *A história do Tribunal do Júri: Origem e evolução no sistema penal brasileiro*. Acesso em: 6 jun. 2019.

o caso a novo julgamento pelo júri, não julgando ele mesmo o caso. Dessa forma, a palavra final ficava ainda no conselho popular⁹⁹.

A referida lei, ainda, alterou¹⁰⁰ o procedimento de quesitação, pois os jurados passaram a responder quesitos quanto as circunstâncias agravantes e atenuantes, alterando o artigo 484 §único do Código de Processo Penal.

A posteriori o Brasil vivenciou um regime militar, que promulgou uma nova Carta Magna, em 1967, que manteve a estrutura do Tribunal do Júri tal como anteriormente.

Todavia, o texto constitucional de 1967 gozou de vida efêmera, tendo sido amplamente modificado pela Emenda Constitucional nº 01 de 1969, cujas alterações de tão amplas levaram a afirmação de que se tratava, na verdade, de uma nova Constituição. A nova redação suprimiu a garantia de soberania, até então prevista, mas, a jurisprudência afirmou, reiteradas vezes, que não era possível conceber a instituição do Tribunal do Júri sem a sua soberania¹⁰¹.

Findo o período ditatorial, foi promulgada a Constituição de 1988, vigente até os dias de hoje. No que tange ao Tribunal do Júri, as características previstas na Carta Magna de 1946 regressaram, voltando também ao rol de garantias fundamentais do indivíduo.

1.2.4. Carta Magna de 1988

O Tribunal do Júri, como espaço dentro do qual são tratados direitos fundamentais do homem, tais como a vida, a liberdade, a dignidade da pessoa humana e o poder que o povo exerce ao julgar, merece uma releitura à luz da Constituição Federal de 1988¹⁰².

⁹⁹ REZENDE, *Da evolução da instituição do júri no tempo, sua atual estrutura e novas propostas de mudanças*. Projeto de Lei nº 4.203/2001. Acesso em: 6 jun. 2019.

¹⁰⁰ BRASIL, *Lei nº 263/48*. Artigo 5º.

¹⁰¹ PINTO, *A história do Tribunal do Júri: Origem e evolução no sistema penal brasileiro*. Acesso em: 6 jun. 2019.

¹⁰² RANGEL, 2018, p. 283.

Francisco Fernández Segado ensina que:

El carácter normativo de la Constitución quiere significar que no estamos en presencia de un mero catálogo de principios, sino de una norma cuyo contenido material a todos (ciudadanos y poderes públicos) vincula de modo inmediato, siendo por los demás sus preceptos, como regla general, alegables ante los tribunales y debiendo considerar-se su infracción antijurídica¹⁰³.

A Constituição Cidadã consagrou o Tribunal do Júri dentro das chamadas cláusulas pétreas¹⁰⁴, reconhecendo-lhe, de forma expressa, preceitos de observância obrigatória pela legislação infraconstitucional. Cuida-se de prerrogativa democrática do cidadão¹⁰⁵.

Desse modo, o artigo 5º, XXXVIII da Constituição Federal de 1988 preconiza:

É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados:

- a) a plenitude de defesa;
- b) o sigilo das votações;
- c) a soberania dos veredictos;
- d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;

A partir da leitura, nota-se que o contexto do Tribunal do Júri demanda uma maior cautela do que os demais processos penais. Via de regra, os

¹⁰³ SEGADO, Francisco Fernández. El sistema constitucional español. Madrid: Dykinson, 1992, p. 69 apud RANGEL, Paulo. *Tribunal do Júri: Visão linguística, histórica, social e jurídica*. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2018. p. 286.

¹⁰⁴ BRASIL, *Constituição Brasileira de 1988*. Artigo 60, parágrafo 4º, inciso IV.

¹⁰⁵ ALMEIDA, Carlos Alberto Garcete de. *Tribunal do júri*. Dimensão constitucional contemporânea: reflexões constitucionais de sua garantia fundamental de cidadania. Rio de Janeiro, 2012. 117 p. Dissertação (Mestrado em Direito). Departamento de Direito da PUC-Rio. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat06910a&AN=puc.198457&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 6 jun. 2019. p. 29.

princípios basilares são o devido processo legal (artigo 5º, LIV CF), o contraditório e a ampla defesa (artigo 5º, LV CF)¹⁰⁶.

Entretanto, a Constituição prevê mais do que a ampla defesa: ela anuncia que nesse caso a defesa deve ser plena. Nucci defende o entendimento de que há uma diferença substancial entre a ampla defesa dos acusados de um modo geral e a plenitude de defesa, garantia constante apenas no Júri¹⁰⁷. Primeiro, porque não se deve interpretar a Constituição como se a mesma possuísse palavras inúteis e, segundo, pois as duas garantias fundamentais estão no mesmo artigo, mas em incisos diferentes¹⁰⁸.

A ampla defesa está umbilicalmente ligada à defesa técnica, que é de caráter obrigatório e deve ser patrocinada por um advogado devidamente inscrito na OAB¹⁰⁹. Já a plenitude de defesa representa a defesa mais perfeita possível dentro das circunstâncias do caso¹¹⁰. Ela engloba a defesa técnica, a autodefesa (que é exercida facultativamente pelo próprio acusado¹¹¹, bem como alegações não jurídicas, tais como assuntos morais, religiosos, sociológicos, etc¹¹². O constituinte teve a intenção de conceder ao réu, além da ampla defesa outorgada a todo e qualquer réu, em qualquer processo, a plenitude de defesa, privilegiando-o em relação à acusação, pois ele é a parte mais fraca da relação¹¹³.

Em um processo em que os jurados decidem sem fundamentar e são leigos, é essencial que a defesa se valha de todos os instrumentos possíveis, ressalvando que isso não inclui métodos antiéticos ou ilegais¹¹⁴. Além disso,

¹⁰⁶ NUCCI, 2018, p. 2.

¹⁰⁷ Ibid., p. 2.

¹⁰⁸ Ibid., p. 3.

¹⁰⁹ BARROS, 2018, p. 33.

¹¹⁰ NUCCI, Op. cit., p. 4.

¹¹¹ BARROS, Op. cit., p. 33.

¹¹² GOULART, Tamiris Schwinden. *Tribunal do júri: a íntima convicção dos jurados em face do princípio constitucional da motivação das decisões judiciais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. p. 32.

¹¹³ TJ-MG, 101940001255840011 MG 1.0194.00.012558-4/001(1), Rel. Paulo César Dias, Data de Julgamento: 09/03/2004, Data de Publicação: 23/03/2004. Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5809209/101940001255840011-mg-1019400012558-4-001-1/inteiro-teor-11959312?ref=serp>. Acesso em: 08/06/2019.

¹¹⁴ NUCCI, 2018, p. 5.

devido a soberania dos vereditos do Tribunal do Júri, princípio que abaixo se analisará, as decisões do conselho não podem ser revistas, quanto ao mérito, por tribunais togados, de forma que é ainda mais essencial que a defesa seja plena¹¹⁵.

Tal princípio possui algumas consequências diretas, como o advogado em plenário poder apresentar mais de uma tese, além de se a defesa técnica e o réu apresentarem diferentes versões, o juiz é obrigado a confeccionar quesitos para as duas teses¹¹⁶. Essa posição é dominante no STF, como ficou claro no julgamento do RT 754/557¹¹⁷. Outra consequência seria o fato de que, pela plenitude de defesa, o conselho de sentença tem que representar a sociedade e não apenas um segmento dela, pois, ao contrário, sérios prejuízos seriam causados a defesa do réu¹¹⁸.

O segundo princípio constitucional específico do Júri é o sigilo das votações, protegido de diversas maneiras. Ao final do procedimento do Tribunal do Júri, que será melhor desenvolvido adiante, após a leitura e explicação dos quesitos em plenário, se não houver dúvida a esclarecer, em consonância com o artigo 485, *caput* do Código de Processo Penal, o juiz presidente, os jurados, o Ministério Público, o assistente, o querelante, o defensor do acusado, o escrivão e o oficial de justiça irão se dirigir à sala especial a fim de que ocorra a votação. Se não houver sala especial, o juiz presidente determinará que o público se retire, permanecendo somente as pessoas mencionadas acima, conforme o parágrafo 1º do dispositivo retro¹¹⁹.

A constitucionalidade de tal sala de votações já foi fonte de discussão doutrinária e jurisprudencial, entretanto, essa polêmica já se encontra

¹¹⁵ Ibid., p. 6.

¹¹⁶ BARROS, 2018, p. 35.

¹¹⁷ “Em sede de julgamento pelo tribunal do júri, se o acusado, durante seu depoimento, articula a tese da legítima defesa, ainda que a defesa técnica silencie a respeito, é necessária a formulação de quesito correspondente para que o corpo de jurados se manifeste sobre a alegação, sob pena de afrontarem-se os princípios da ampla defesa e do devido processo legal”.

¹¹⁸ DROPPA, Gabriel José Benetti et al., *Histórico e Princípios do Tribunal do Júri*. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/5698>. Acesso em: 6 jun. 2019. p. 9.

¹¹⁹ NUCCI, 2018, p. 7.

superada pela ampla maioria. O argumento para se alegar a inconstitucionalidade se baseava no princípio constitucional da publicidade, elencado no artigo 5º, LX, bem como no artigo 93, IX da Carta Magna¹²⁰.

A fim de combater esse entendimento, levantou-se o ponto de que ao mesmo tempo que tais dispositivos defendiam a publicidade, também permitiam a sua limitação quando a defesa da intimidade ou o interesse social ou público assim o exigirem. Conforme Nucci bem argumenta, é do mais alto interesse público que os jurados estejam livres e isentos para proferirem seus votos e para que isso ocorra é necessário que eles estejam livres de qualquer pressão frente ao público presente no julgamento¹²¹.

Além de pontuar que Rui Barbosa sempre considerou tal princípio essencial à instituição do Júri, o respeitável autor reforça seu argumento a partir da citação de Hermínio Alberto Marques Porto:

Tais cautelas da lei visam a assegurar aos jurados a livre formação de sua convicção e a livre manifestação de suas conclusões, afastando-se quaisquer circunstâncias que possam ser entendidas, pelos julgadores leigos, como fontes de constrangimento. Relevante é o interesse em resguardar a formação e a exteriorização da decisão¹²².

Nucci acrescenta, ainda, que o julgamento não é secreto, uma vez que o órgão acusatório, o assistente de acusação, o defensor, os funcionários do Judiciário acompanham a votação, bem como o juiz de direito a conduz¹²³.

Atualmente, portanto, não há que se questionar tal princípio. Sua importância está tão consagrada que a reforma introduzida pela Lei 11.689/08, objeto de análise no seguinte tópico, buscou efetivar ainda mais tal princípio.

Importante também mencionar que o código prevê a incomunicabilidade dos jurados¹²⁴, o que também seria uma forma de

¹²⁰ NUCCI, 2018, p. 7.

¹²¹ Ibid., p. 7.

¹²² Ibid., p. 8.

¹²³ Ibid., p. 8.

¹²⁴ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 466, parágrafo 1º.

proteção ao princípio do sigilo das votações. Ela existe para impedir que qualquer um dos jurados possa influir no ânimo e no espírito dos demais, para fins da formação do convencimento acerca das questões de fato e de direito do julgamento. Dessa forma, aos olhos da lei, estaria mais bem preservada, também, a pluralidade da decisão¹²⁵. Essa regra é completamente diversa do sistema anglo-americano, no qual se permite que o convencimento judicial final seja construído a partir da participação, efetiva e atuante, de todos os integrantes do Conselho de Sentença que podem, ainda, manifestar-se livremente pela condenação ou absolvição do réu¹²⁶.

A Carta Magna também consagra o princípio da soberania dos veredictos, que é de suma importância para o escopo desse trabalho. De forma simples, significa que o veredito popular é a última palavra, não podendo ser contestada, quanto ao mérito, por qualquer Tribunal togado¹²⁷.

Essa garantia deve ser entendida em termos, uma vez que é possível a revisão do veredito por outro órgão jurisdicional (os tribunais de segunda instância e tribunais superiores), sobretudo por meio da denominada ação de revisão criminal¹²⁸.

Destaca-se, desde já, que o artigo 472 do Código de Processo Penal explicita que os jurados deverão fazer um juramento com a seguinte exortação: “Em nome da lei, concito-vos a examinar esta causa com imparcialidade e a proferir a vossa decisão de acordo com a vossa **consciência e os ditames da justiça** (grifo meu)”. Disso se extrai que os jurados são leigos e não conhecem – nem devem, nem precisam – conhecer as normas escritas nem a jurisprudência do país¹²⁹.

Sendo assim, não é possível que, sob qualquer pretexto, as cortes togadas invadam o mérito do veredito, substituindo-o. No caso de haver um

¹²⁵ PACELLI, Eugênio. *Curso de processo penal*. 21ª ed., São Paulo: Atlas, 2017. p. 728.

¹²⁶ Ibid., p. 728.

¹²⁷ NUCCI, 2018, p. 9.

¹²⁸ PACELLI, Op. cit., p. 728.

¹²⁹ NUCCI, 2018, p. 9.

erro judiciário, a solução seria remeter o caso a um novo julgamento pelo Tribunal Popular, ressalvando que, em hipótese alguma seria possível que o tribunal togado invalide o veredito e profira outro quanto ao mérito¹³⁰. A decisão tem que ser respeitada, inclusive porque a participação popular no Judiciário, por meio do Júri, representa o exercício da cidadania, numa autêntica democracia¹³¹.

Não se pode olvidar que a Carta Magna atribuiu a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida ao Tribunal Popular¹³², de forma que pouco importa se os juízes togados conhecem o direito e saberiam melhor aplicá-lo. Trata-se aqui de uma opção político-legislativa, de forma que não há o que falar quanto ao conhecimento jurídico de qualquer magistrado, o que importa é que a vontade popular precisa ser acatada, pois, se assim não fosse, a democracia sucumbiria¹³³.

Nucci exemplifica tal raciocínio de forma clara:

Imagine-se o Tribunal Eleitoral julgando se o povo escolheu bem ou mal o candidato eleito a Prefeito, Governador ou Presidente da República? Seria consagrar uma inversão de valores inaceitável. *Soberania* é termo forte e valioso. Precisa ser respeitado na sua integralidade¹³⁴.

Quando o assunto é a soberania dos vereditos, muitas vezes se observa comentários quanto ao “caso dos irmãos Naves”¹³⁵, que ficou conhecido como o maior erro judiciário na história brasileira¹³⁶. De forma resumida, o caso foi julgado na época de vigência do Decreto nº 167/38, que afastava o princípio da soberania dos vereditos, de forma que o Tribunal de Apelação poderia modificar no mérito a decisão do conselho. No caso em comento, os acusados foram absolvidos pelo Tribunal do Júri duas vezes, mas o Tribunal de Apelação modificou o veredito, condenando-os. O problema é que na

¹³⁰ Ibid., p. 9.

¹³¹ Ibid., p. 10.

¹³² BRASIL, *Constituição Brasileira de 1988*. Artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea d.

¹³³ NUCCI, Op. cit., p. 10.

¹³⁴ Ibid., p. 10.

¹³⁵ GOULART, 2018, p. 37.

¹³⁶ ALMEIDA, 2012, p. 67.

realidade a suposta vítima sequer estava morta: na verdade estava viva viajando¹³⁷. Como bem pontuou Bonfim “erraram os doutores do tribunal”¹³⁸.

Por fim, o artigo 5º, inciso XXXVIII da Constituição Federal trata da competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Segundo Nucci, não haveria uma explicação sistemática, psicológica ou ontológica para tal opção, de forma que seria apenas uma opção política legislativa¹³⁹. Alguns defendem, ainda, que o povo seria o ideal para analisar esses crimes, pois seriam crimes que qualquer um poderia cometer, pois incertos nas mais recônditas emoções e sentimentos do ser humano¹⁴⁰.

Aramis Nassif acrescenta que:

O bem ‘vida’, cujo conceito tem atormentado os pensadores, mais especialmente os do meio jurídico, é, indubitavelmente, o mais expressivo dos bens e o mais significativo dos direitos. Com mais razão, portanto, justifica-se a necessidade da intervenção da sociedade para avaliação da conduta dos homens em seus atos de violência contra os seus semelhantes¹⁴¹.

Costuma-se afirmar que o Tribunal do Júri seria uma das mais democráticas instituições do Poder Judiciário justamente por isso: submete-se o homem ao julgamento de seus pares e não ao da Justiça togada. É dizer: aplicar-se-ia o Direito segundo a sua compreensão popular e não segundo a técnica dos tribunais¹⁴².

É no Tribunal do Júri que se encontra a legitimação democrática do exercício da jurisdição, pois é a única hipótese em que o poder emanado do povo é exercido diretamente e como forma de jurisdição, ou seja, julgando e dizendo qual é o direito no caso concreto¹⁴³.

¹³⁷ GOULART, 2018, p. 37.

¹³⁸ BONFIM, Edilson Mougenot. *O novo procedimento do júri: comentários à lei n. 11.689/2008*. São Paulo: Saraiva, 2009.

¹³⁹ NUCCI, 2018, p. 15.

¹⁴⁰ Ibid., p. 15.

¹⁴¹ NASSIF, Aramis. *Júri – Instrumento da soberania popular*. 2ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 50-52 apud NUCCI, 2018, p. 16.

¹⁴² PACELLI, 2017, p. 729.

¹⁴³ BARROS, 2018, p. 49.

Necessário entender, então, quais seriam os crimes dolosos contra a vida. Nelson Hungria lecionava que:

O homicídio é o tipo central dos crimes contra a vida e é o ponto culminante na orografia dos crimes. É o crime por excelência. É o padrão da delinquência violenta ou sanguinária, que representa como que uma reversão atávica às eras primevas, em que a luta pela vida, presumivelmente, se operava com o uso normal dos meios brutais e animalescos. É a mais chocante violação do senso moral médio da humanidade civilizada¹⁴⁴.

O texto constitucional traz um conceito técnico, isto é, os crimes previstos no Capítulo I (Dos crimes contra a vida), do Título I (Dos crimes contra a pessoa), da Parte Especial do Código Penal¹⁴⁵, mais precisamente os artigos 121 ao 128. São eles: homicídio simples, homicídio privilegiado, homicídio qualificado, induzimento, instigação e auxílio ao suicídio, infanticídio e as diferentes formas de aborto.

Alguns discutem se as formas de genocídio seriam (artigo 1º, alíneas a, c e d da Lei 2.889/56) um crime doloso contra a vida. Nucci defende que sim¹⁴⁶, mas não foi esse o entendimento do STF ao discutir o caso concreto que ficou conhecido como “massacre de Haximu”. A Suprema Corte entendeu que a competência seria da Justiça Federal singular, ainda que envolva a morte de membros do grupo, e que o caso só poderia ser encaminhado para o Tribunal do Júri se houvesse conexão com delitos contra a vida desconectados do genocídio¹⁴⁷.

¹⁴⁴ HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 1985. p. 25 apud ALMEIDA, 2012, p. 47.

¹⁴⁵ NUCCI, 2018, p. 16.

¹⁴⁶ Ibid., p. 16.

¹⁴⁷ RE 351487, Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, Julgado em: 03/08/2006, DJ 10/11/2006 PP-00050 EMENT VOL-02255-03 PP-00571 RTJ VOL-00200-03 PP-01360 RT v. 96, n. 857, 2007, p. 543-557 LEXSTF v. 29, n. 338, 2007, p. 494-523. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28351487%2EENUME%2E+OU+351487%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/yyg8whah>. Acesso em: 08/06/2019

EMENTAS: 1. CRIME. Genocídio. Definição legal. Bem jurídico protegido. Tutela penal da existência do grupo racial, étnico, nacional ou religioso, a que pertence a pessoa ou pessoas imediatamente lesionadas. Delito de caráter coletivo ou transindividual. Crime contra a diversidade humana como tal. Consumação mediante ações que, lesivas à vida, integridade física, liberdade de locomoção e a outros bens jurídicos individuais, constituem modalidade executórias. Inteligência do art. 1º da Lei nº 2.889/56, e do art. 2º da Convenção contra o Genocídio, ratificada pelo Decreto nº 30.822/52. O tipo penal do delito de genocídio protege, em todas as suas modalidades, bem jurídico

Nucci explica que em sua visão seria um delito de alçada federal, conforme o artigo 109, XI CF, mas não de apreciação pelo juiz singular. Deveria ser julgado pelo Tribunal do Júri Federal, pois o genocídio muitas vezes não passa de um homicídio coletivo com a intenção específica de dizimar uma determinada população ou grupo¹⁴⁸.

Importante destacar, ainda, que nem sempre que a morte ocorre de forma dolosa, a competência será do Tribunal do Júri¹⁴⁹. Com base na Súmula 603 do STF¹⁵⁰, não caberia ao Tribunal Popular julgar outras infrações penais dolosas que envolvessem a vida, mas não tivessem como bem jurídico principal a mesma, como o latrocínio¹⁵¹. Também não caberia, consoante a Súmula 721¹⁵² do STF, em caso de prerrogativa por função estabelecida pela Constituição.

Por outro lado, seria competência da justiça comum, em especial o Tribunal do Júri, conforme o artigo 9º, parágrafo único do Código Penal Militar, os crimes dolosos contra a vida cometidos contra civil por militares.

coletivo ou transindividual, figurado na existência do grupo racial, étnico ou religioso, a qual é posta em risco por ações que podem também ser ofensivas a bens jurídicos individuais, como o direito à vida, a integridade física ou mental, a liberdade de locomoção etc.. 2. CONCURSO DE CRIMES. Genocídio. Crime unitário. **Delito praticado mediante execução de doze homicídios como crime continuado.** Concurso aparente de normas. Não caracterização. Caso de concurso formal. Penas cumulativas. Ações criminosas resultantes de desígnios autônomos. Submissão teórica ao art. 70, *caput*, segunda parte, do Código Penal. Condenação dos réus apenas pelo delito de genocídio. Recurso exclusivo da defesa. Impossibilidade de reformatio in peius. Não podem os réus, que cometeram, em concurso formal, na execução do delito de genocídio, doze homicídios, receber a pena destes além da pena daquele, no âmbito de recurso exclusivo da defesa. 3. **COMPETÊNCIA CRIMINAL. Ação penal. Conexão. Concurso formal entre genocídio e homicídios dolosos agravados. Feito da competência da Justiça Federal. Julgamento cometido, em tese, ao tribunal do júri. Inteligência do art. 5º, XXXVIII, da CF, e art. 78, I, cc. art. 74, § 1º, do Código de Processo Penal. Condenação exclusiva pelo delito de genocídio, no juízo federal monocrático.** Recurso exclusivo da defesa. Improvimento. **Compete ao tribunal do júri da Justiça Federal julgar os delitos de genocídio e de homicídio ou homicídios dolosos que constituíram modalidade de sua execução.**

¹⁴⁸ NUCCI, 2018, p. 17.

¹⁴⁹ BARROS, 2018, p. 41.

¹⁵⁰ A competência para o processo e julgamento de latrocínio é do juiz singular e não do Tribunal do Júri.

¹⁵¹ NUCCI, 2018, p. 17.

¹⁵² A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecida pela Constituição Estadual.

A contrario sensu se extrai que o militar das forças armadas que mata militar no exercício da função¹⁵³ não seria de competência do Júri¹⁵⁴.

Outra discussão que ora se impõe é se seria essa uma competência fixa, não podendo ser ampliada. O texto constitucional é claro ao dizer que é *assegurada* a competência para os delitos dolosos contra a vida, mas não diz que seria *somente* para eles, de forma que se extrai que há a fixação de uma competência mínima¹⁵⁵.

Não haveria problema, portanto, em ampliar essa competência, uma vez que queda claro que o legislador originário teve como missão blindar qualquer possibilidade de esvaziamento do Tribunal Popular¹⁵⁶. A exemplo dessa ampliação, pode-se citar os crimes conexos que são atraídos pela competência do Tribunal do Júri, conforme os artigos 76, 77 e 78, inciso I do

¹⁵³ BRASIL, *Código de Processo Penal Militar*. Artigo 82.

¹⁵⁴ BARROS, 2018, p. 41.

¹⁵⁵ NUCCI, 2018, p. 14.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 14.

Código Penal, bem como o entendimento dominante na jurisprudência, como no CC 147.222/CE¹⁵⁷ e HC 101542¹⁵⁸.

¹⁵⁷ STJ, CC 147.222/CE, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Terceira Seção. Julgado em: 24/05/2017. DJe 31/05/2017. Disponível em:

[https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27CC%27.clap.+e+@num=%27147222%27\)+ou+\(%27CC%27+adj+%27147222%27.suce.\)\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27CC%27.clap.+e+@num=%27147222%27)+ou+(%27CC%27+adj+%27147222%27.suce.))&thesaurus=JURIDICO&fr=veja). Acesso em: 08/06/2019

EMENTA: “CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO TENTADO, TRÁFICO INTERESTADUAL DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO E POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO PROIBIDO E RESTRITO. TENTATIVA DE HOMICÍDIO PRATICADA CONTRA POLICIAL FEDERAL NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO. SÚMULA 147 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA O TRIBUNAL DO JÚRI. CONEXÃO ENTRE A TENTATIVA DE HOMICÍDIO E DEMAIS DELITOS. ART. 76, II, DO CPP. INTENÇÃO DE OCULTAR E GARANTIR O PROVEITO DOS DEMAIS CRIMES. POSSIBILIDADE DE O TRIBUNAL DO JÚRI JULGAR CRIMES CONEXOS PRATICADOS POR AGENTES QUE NÃO FORAM DENUNCIADOS PELA PRÁTICA DE CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. CONEXÃO RECOMENDÁVEL PARA SE EVITAR RESULTADOS DÍSPARES. COMPETÊNCIA MÍNIMA DO JÚRI PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PREVALÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI RECONHECIDA NO ART. 78, I, DO CPP. CONFLITO CONHECIDO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1. O presente conflito negativo de competência deve ser conhecido, por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a Tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea d da Constituição Federal. 2. Competência da Justiça Federal para julgamento do réu acusado da prática de tentativa de homicídio contra policiais federais é incontroversa nos autos. Incidência da Súmula 147 do Superior Tribunal de Justiça. 3. Possibilidade de se estender a competência constitucional do Júri aos agentes que não foram denunciados pelo crime doloso contra a vida. A conexão autoriza o julgamento pelo Tribunal do Júri de todos os delitos praticados nas mesmas circunstâncias de tempo e lugar, considerando-se que a tentativa de homicídio foi praticada com o intuito de ocultar outros delitos e garantir o proveito dos crimes. Ainda que a tentativa de homicídio tenha sido praticada apenas por um dos denunciados, o julgamento conjunto pelo Tribunal do Júri afasta a possibilidade de resultados díspares, sendo de todo recomendável o julgamento conjunto. 4. A redação do art. 76, II e 78 I do CPP permite a extensão da competência do Tribunal do Júri a delitos conexos ao crime contra a vida e não autoriza concluir que o Tribunal do Júri esteja proibido de julgar réu acusado de praticar crime conexo na hipótese de não ter sido também acusado pela prática do crime doloso contra a vida. 5. **A remansosa jurisprudência desta Corte Superior reconhece a competência prevalente do Tribunal do Júri na hipótese de conexão entre crimes dolosos contra a vida e crimes não dolosos contra a vida.** Precedentes. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 12ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Ceará, o suscitado.” (grifo meu).

¹⁵⁸ “EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. JULGAMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA. COMPETÊNCIA MÍNIMA DO TRIBUNAL DO JÚRI. INTELIGÊNCIA DO ART. 5º, XXXVIII, D, DA CF. POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DE JURISDIÇÃO POR LEI ORDINÁRIA. REGRAS DE CONEXÃO E CONTINÊNCIA LEGITIMAMENTE ESTABELECIDAS PELO ART. 78, I, DO CPP. CONSELHO DE SENTENÇA QUE SE PRONUNCIA TAMBÉM SOBRE OS DELITOS DE SEQUESTRO E ROUBO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. ORDEM DENEGADA I - **A competência do Tribunal do Júri, fixada no art. 5º, XXXVIII, d, da CF, quanto ao julgamento de crimes dolosos contra a vida é passível de ampliação pelo legislador ordinário.** II - A regra estabelecida no art. 78, I, do CPP de observância obrigatória, faz com que a **competência constitucional do tribunal do júri exerça uma vis atractiva sobre delitos que apresentem relação de continência ou conexão com os crimes dolosos contra a vida.** Precedentes. III - A manifestação dos jurados sobre os delitos de sequestro e roubo também imputados ao réu não maculam o julgamento com o vício da nulidade. IV - O habeas corpus, ademais, em que pese configurar remédio constitucional de largo espectro, não pode ser utilizado como sucedâneo da revisão criminal, salvo em situações nas quais se verifique flagrante nulidade processual seja na sentença condenatória, seja no acórdão que a tenha confirmado. V - Ordem denegada”. HC 101542, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, Julgado em: 04/05/2010, DJe-096 DIVULG

Importante destacar que a competência não será ampliada quando o crime conexo for de competência da Justiça Militar. O informativo 326 da Terceira Seção do Tribunal de Justiça bem explica que apesar de existir conexão entre os dois crimes, não é possível a reunião dos processos para julgamento pelo Tribunal do Júri diante da vedação expressa do art. 79 do CPP e do art. 102 do CPPM¹⁵⁹.

1.2.5. As alterações de 2008 e os impactos na quesitação

A lei nº 11.689/2008 implementou diversas alterações na instituição do Júri. Tratar de cada uma delas sairia do escopo do presente trabalho, mas é impossível não expor algumas das novidades. Sendo assim, serão apresentadas, de forma breve, algumas das modificações, destacando-se as inovações quanto a quesitação.

De início, importante analisar o porquê dessa lei. O Tribunal do Júri representa um órgão do poder judiciário, considerado pela Constituição fundamental para o direito de liberdade do cidadão. Essa instituição assume contornos de cidadania e de proteção do sistema democrático, uma vez que assegura ao acusado o direito de ter sua ação analisada e julgada por seus pares que pertencem ao mesmo estrato social, alcançando-se o ideal de equidade. É, portanto, uma das garantias essenciais do regime democrático¹⁶⁰.

27/05/2010 PUBLIC 28/05/2010 EMENT VOL-02403-04 PP-01149 LEXSTF v. 32, n. 378, 2010. p. 472-478. (grifo meu).

¹⁵⁹ “O cerne da questão está em definir se é possível ao Tribunal do Júri avocar para si o julgamento de crime de competência da Justiça Militar, ou seja, furto de armas do Exército, utilizadas para execução de crime de tentativa de homicídio da competência do júri, porquanto cometidos nas mesmas circunstâncias. Explicou a Min. Relatora que, **apesar de existir conexão entre os dois crimes, não é possível a reunião dos processos para julgamento pelo Tribunal do Júri diante da vedação expressa do art. 79 do CPP e do art. 102 do CPPM. Impõe-se, assim, a separação dos processos**: o Tribunal do Júri aprecia a tentativa de homicídio e a Justiça Militar, o furto de armas. Precedentes citados do STF, *RHC 81.048-PE*, DJ 7/8/2001; *RHC 69.129-MS*, DJ 15/5/2002; *RHC 66.993-RJ*, DJ 3/3/1989; do STJ, *HC 14.657-SP*, DJ 10/5/2004, e *CC 20.038-MG*, DJ 5/4/2004. *CC 79.555-RS*, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Julgado em: 8/8/2007. Disponível em:

<https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&livre=@cod=%27326%27&op=imprimir&t=JURIDICO&p=true&l=10&i=1>. Acesso em: 08/06/2019

¹⁶⁰ BRASIL, *Projeto de Lei nº 4.203 de 2001*. p. 09460.

Resta clara a importância do Tribunal Popular. Devido a isso, impõe-se a sua manutenção no ordenamento jurídico com as alterações que a sociedade reclama, bem como com a evolução que o pensamento jurídico impõe¹⁶¹. O Código de Processo Penal de 1941 que disciplinava tal instituto, já não se coadunava com a nova Constituição Federal de 1988 e tampouco apresentava um procedimento célere¹⁶².

A fim de solucionar tais problemas, implementaram-se modificações em diversos pontos do procedimento do Tribunal do Júri. Eliminou-se, por exemplo, o libelo acusatório. O libelo era a peça inaugural do processo perante o Tribunal do Júri, que deveria conter o nome do réu; a exposição deduzida por artigos do fato criminoso; a indicação das circunstâncias agravantes (sob pena de preclusão), expressamente definidas na lei penal, e de todos os fatos e circunstâncias que devam influir na fixação da pena e na indicação da medida de segurança aplicável¹⁶³. Suprimindo o libelo, buscou-se ganhar celeridade e eficiência¹⁶⁴.

O tempo dos debates também foi alterado para uma hora e meia para cada parte, deixando de ser duas horas para cada parte. O tempo de réplica e tréplica também foi modificado, passando a ser de uma hora para cada parte e não mais meia hora¹⁶⁵. Ademais, a forma dos debates foi alterada, permitindo que o Ministério Público, o assistente e o defensor tomem declarações do acusado e depoimentos das testemunhas diretamente, mantendo-se a restrição aos jurados, que só poderão formular perguntas por intermédio do juiz¹⁶⁶.

¹⁶¹ BRASIL, *Projeto de Lei nº 4.203 de 2001*. p. 09460.

¹⁶² RODRIGUES, Aline Mara. *O respeito à soberania dos veredictos do tribunal do júri*. Florianópolis. 2012. 56 p. Monografia (Bacharel em Direito). Curso de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/698>. Acesso em: 6 jun. 2019. p. 39.

¹⁶³ ALMEIDA, Nathalia Droichi de. *Alterações no procedimento do Tribunal do Júri*. Lei 11.689/08. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6612/Alteracoes-no-procedimento-do-Tribunal-do-Juri-Lei-11689-08>. Acesso em: 6 de jun. 2019. p. 2.

¹⁶⁴ BRASIL, *Projeto de Lei nº 4.203 de 2001*. p. 09460.

¹⁶⁵ RODRIGUES, 2012, p. 40.

¹⁶⁶ ALMEIDA, Acesso em: 6 de jun. 2019. p. 6.

O número de jurados sorteados para servir na sessão também foi alterado, passando de vinte e um jurados para vinte e cinco¹⁶⁷. Também modificou-se a idade mínima do jurado, que passou a ser de 18 anos ao invés de 21 anos, conforme preceitua o artigo 436 do Código de Processo Penal. Ainda quanto aos jurados, o artigo 437 alterou o critério de isenção. O antigo procedimento previa que estariam isentos os maiores de sessenta anos, mas com a nova lei alterou-se a idade para maiores de setenta, como também estabeleceu que essa isenção só ocorrerá se o sujeito requerer a dispensa.

O jurado que se recusasse a prestar o serviço ao júri, motivando a recusa por convicção religiosa, filosófica ou política, com base no procedimento antigo, teria a perda imediata de seus direitos políticos¹⁶⁸. Atualmente, essa recusa importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto¹⁶⁹.

Ainda quanto aos jurados, os mesmos passaram a ter, em mãos, cópia do relatório elaborado pelo juiz presidente, contendo um resumo do processo, além da cópia da decisão de pronúncia¹⁷⁰. Essa inovação é de suma importância, pois o envio antecipado de tais documentos aos jurados, demonstra a intenção de valorizar a função de jurado¹⁷¹.

Buscando consagrar ainda mais o sigilo das votações, impôs-se a apuração dos votos por maioria, sem a divulgação do quórum total¹⁷², conforme o artigo 483 parágrafo 1º do Código de Processo Penal. Isso ocorre, pois se eventualmente existisse a conferência de todos os votos dos jurados, o sigilo seria rompido em caso de unanimidade, uma vez que divulgaria os votos dos setes jurados¹⁷³. Sendo assim, a resposta negativa de mais de 3

¹⁶⁷ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 433.

¹⁶⁸ ALMEIDA, Acesso em: 6 de jun. 2019. p. 5.

¹⁶⁹ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 438.

¹⁷⁰ NUCCI, 2018, p. 208.

¹⁷¹ STRECK, 2001, p. 149.

¹⁷² NUCCI, Op. cit., p. 9.

¹⁷³ GOULART, 2018, p. 34.

jurados a qualquer dos quesitos referidos nos incisos I e II deste artigo, encerra a votação e implica em absolvição do caso.

A plenitude de defesa foi outro princípio constitucional ainda mais protegido. Segundo o artigo 478 do Código de Processo Penal, acarretará a nulidade dos debates fazer referências quanto à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado; bem como ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.

Por outro lado, a extinção do protesto por novo júri, nos casos em que os acusados haviam sido condenados a mais de 20 anos, por um novo julgamento, não prestigia a constituição¹⁷⁴. Em plena vigência da Constituição mais democrática do país, necessário se faz preservar os mecanismos processuais que seguem a visão garantista do processo. Tais penas seriam merecedoras do duplo crivo da sociedade, pois:

Se a sociedade – representada no júri – considera relevante que se apene alguém com uma sanção acima de vinte anos, deve fazê-lo com convicção, que, com certeza, não se esmorecerá em um segundo julgamento¹⁷⁵.

As significativas modificações que ora se analisam dizem respeito ao questionário, bem como a votação. Buscou-se simplificar e objetivar o roteiro procedimental da sessão julgadora¹⁷⁶.

A decisão do Conselho de Sentença é exarada através de um questionário a ele feito, que contém perguntas acerca do fato que está em julgamento. A isso, dá-se o nome de quesitos¹⁷⁷. A reforma adotou um sistema híbrido de quesitação, abrangendo a regra do direito francês com modificações do direito inglês, uma vez que os jurados primeiro são questionados a respeito da existência do fato e sua autoria e, logo em seguida,

¹⁷⁴ STRECK, 2001, p. 151.

¹⁷⁵ Ibid., p. 152.

¹⁷⁶ RODRIGUES, 2012, p. 40.

¹⁷⁷ Ibid., p. 40.

eles respondem, de forma genérica, se o acusado deve ser absolvido ou não¹⁷⁸.

Antes da lei nº 11.689/2008 era o artigo 484 do Código de Processo Penal que trazia essa sistemática. Seriam formulados os quesitos sobre: o fato principal e o libelo acusatório bem como seu aditamento; ausência de conexão essencial ou separabilidade do fato e circunstância não presente no libelo; circunstâncias que isentem o réu de pena, exclua o crime ou o desclassifique, desde que alegados pela defesa; causas de aumento ou diminuição de pena (majorantes e minorantes); circunstâncias agravantes ou atenuantes¹⁷⁹.

O problema é que na prática muitas vezes o momento da quesitação culminava em nulidades, com erro na elaboração das perguntas ou pela incompreensão pelos jurados¹⁸⁰. A lei nº 11.689/2008 veio com a missão de simplificar a formulação dos quesitos, erradicando o excesso de formalismo. O artigo 482, parágrafo único do Código de Processo Penal é enfático ao dizer que os quesitos serão redigidos em proposições afirmativas, simples e distintas, de modo que cada um deles possa ser respondido com suficiente clareza e necessária precisão, a fim de facilitar a compreensão do Conselho de Sentença.

A ordem da formulação dos quesitos vem apresentada no artigo 483 do Código de Processo Penal *caput* e preconiza que:

Art. 483. Os quesitos serão formulados na seguinte ordem, indagando sobre:

I – a materialidade do fato;

¹⁷⁸ NAGIMA, Irving Marc Shikasho; OLIVEIRA, Bruno Cavalcante. *A sistemática de quesitação no tribunal do júri brasileiro e as alterações da Lei nº 11.689/08*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19398/a-sistemática-de-quesitação-no-tribunal-do-juri-brasileiro-e-as-alterações-da-lei-n-11-689-08>. Acesso em: 6 jun. 2019. p. 1.

¹⁷⁹ Ibid.; p. 1.

¹⁸⁰ Ibid.; p. 1.

II – a autoria ou participação;

III – se o acusado deve ser absolvido;

IV – se existe causa de diminuição de pena alegada pela defesa;

V – se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação.

É notório que, no que tange a quesitação, a maior inovação trazida foi quanto ao terceiro quesito. O mesmo tem a sua redação prevista na própria lei (“O jurado absolve o acusado?”¹⁸¹) e abrange todas as teses de defesa, de modo que se afastam as fontes de nulidade¹⁸². Sendo assim, nessa única pergunta estão incluídas todas as teses defensivas, mesmo que alternativas e aparentemente incompatíveis¹⁸³.

O legislador reuniu em uma só pergunta todas as teses defensivas objetivando, com isso, a segurança do jurado em manifestar-se acerca da absolvição do acusado, pois, para um leigo, assimilar a existência de uma conduta que leve ao reconhecimento de uma sentença absolutória é, até mesmo injusto. Não se pode esquecer que muitas vezes isso é difícil, inclusive, para os operadores do Direito, que se deparam com vertentes defensivas que demandam horas de concentração e estudo¹⁸⁴.

A reforma do Tribunal do Júri aproximou o Júri brasileiro ao sistema inglês no que tange ao sistema de votação, afastando-se, em partes, do francês¹⁸⁵. O falecido Desembargador José Guido de Andrade defendia que adotar o sistema inglês contribuiria para um melhor funcionamento do Tribunal Popular, uma vez que ele é dotado de maior simplicidade, visto que a única pergunta realizada é se o réu é culpado ou inocente (*guilty or not*

¹⁸¹ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 483, parágrafo 2º.

¹⁸² BRASIL, *Projeto de Lei nº 4.203 de 2001*. p. 09462.

¹⁸³ ARRUDA, Eloísa de Sousa; SILVA, César Dario Mariano da. *Reforma processual penal tornou quesitos do júri mais simples*. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2008-jun-28/reforma_penal_tornou_quesitos_juri_simples. Acesso em: 6 jun. 2019.

¹⁸⁴ RODRIGUES, 2012, p. 42.

¹⁸⁵ NUCCI, 2018, p. 270-271.

guilty). Já o francês é aquele no qual há diversas perguntas aos jurados referentes ao fato imputado e suas circunstâncias, com base nas teses desenvolvidas pelas partes, também chamadas de quesitos, e que na prática apresentam-se como uma eterna fonte de nulidades¹⁸⁶.

Ressalta-se que, por outro lado, tampouco faltaram críticas a essa inovação e muito se debateu quanto a isso. Lênio Streck, por exemplo, defendeu que ao invés de quesito único para todas as teses, deveria haver um quesito específico e único para cada tese defensiva, sem nenhum desdobramento¹⁸⁷. Entretanto, não foi essa a escolha do legislador.

¹⁸⁶ ANDRADE, José Guido de. *Quesitos no Júri*. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDP_02_36.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

¹⁸⁷ STRECK, 2001, p. 151.

CAPÍTULO 2 - O FUNCIONAMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI

Muitos são os críticos do Tribunal do Júri, pelo mesmo ser composto por leigos. Sem embargo, essa instituição resistiu a todos os regimes ditatoriais e subsiste até os dias atuais, conforme apresentado anteriormente¹⁸⁸.

Para entender melhor o Tribunal Popular é necessário analisar o seu funcionamento. Todo o júri está no plano constitucional, e o direito processual penal, por ser o direito constitucional aplicado, deve efetivar essas regras¹⁸⁹.

2.1. Procedimento do Tribunal do Júri

Há uma discussão doutrinária se o procedimento do Tribunal do Júri seria bifásico ou trifásico.

Francisco Dirceu Barros comunga que os processos de competência do Tribunal do Júri desdobram-se em duas fases. A primeira fase, denominada *judicium accusationis*, começa com o oferecimento da denúncia e finda com quatro hipóteses: preclusão da sentença de pronúncia; trânsito em julgado da sentença que impronunciou o réu, absolveu-o sumariamente ou desclassificou o delito exposto na denúncia. A segunda fase, chamada de *judicium causae*, inicia-se com a preclusão da sentença de pronúncia em conformidade com o artigo 421 do Código de Processo Penal e termina com o julgamento pelo Tribunal Popular¹⁹⁰.

Nessa esteira de que o Júri seria bifásico também corrobora Pacelli, que entende que as duas fases são muito bem delineadas. A primeira seria destinada à formação de culpa e é denominada de instrução preliminar. Já a segunda seria o julgamento propriamente dito. O autor explica que pela

¹⁸⁸ ALMEIDA, 2012, p. 67.

¹⁸⁹ RANGEL, 2018, p. 287.

¹⁹⁰ BARROS, 2018, p. 51.

competência de os crimes dolosos contra a vida ser atribuída a pessoas não integrantes do Poder Judiciário, dais quais não se espera qualquer conhecimento técnico sobre a matéria, a legislação brasileira optou por evitar que todos os processos penais que tivessem como objeto a morte de determinada pessoa fossem encaminhados, desde logo, ao Tribunal do Júri¹⁹¹.

Desse modo, reservou-se ao Judiciário, na primeira fase, um juízo prévio acerca da natureza dos fatos em apuração, para a definição da competência jurisdicional a ser exercida. A medida, de resto, conforme defende Pacelli, é bem útil a fim de evitar que pessoas para as quais a lei reconhece a justificção da conduta, como nos casos de legítima defesa, etc., sejam encaminhadas ao Tribunal Popular, correndo o risco de serem condenadas. Ressalta-se que nesse momento o juiz deve emitir apenas o juízo de probabilidade, de admissibilidade, pois caberá ao Conselho de Sentença dar a certeza quanto a existência do crime e sua natureza¹⁹².

Nucci apresenta entendimento contrário, defendendo que o procedimento seria trifásico. O autor defende que entender o procedimento como bifásico seria equivocado, principalmente após a edição da Lei 11.689/2008, que destinou a Seção III, do Capítulo II (referente ao júri), como uma fase específica denominada “Da Preparação do Processo para o Julgamento em Plenário”¹⁹³. A primeira fase se encerraria, conforme os autores supracitados, com o trânsito em julgado da decisão de pronúncia. A segunda, que para ele seria tão importante e visível, se iniciaria nesse momento e terminaria na data da sessão de julgamento. A terceira fase, nesse raciocínio, se iniciaria quando o juiz presidente, considerando presente todos os requisitos impostos por lei, declara abertos os trabalhos e o réu passa a ser julgado por seus pares¹⁹⁴.

¹⁹¹ PACELLI, 2017, p. 729-730.

¹⁹² Ibid., p. 730-731.

¹⁹³ NUCCI, 2018, p. 45.

¹⁹⁴ Ibid., p. 46.

Apesar de Nucci apresentar seus argumentos, ficamos com posicionamento contrário, isto é, que o procedimento é bifásico. A mera destinação de uma seção “Da Preparação do Processo para o Julgamento em Plenário” na lei não é o bastante para que se possa afirmar a existência de três fases, até porque a lei dispõe de outras seções, tais como “Do Alistamento dos Jurados” e “Do Desaforamento”, que não constituem fases autônomas.

O procedimento do Tribunal do Júri está bem detalhado no Código de Processo Penal, do artigo 406 ao 497 e será agora apresentado de forma resumida, ressaltando, desde já, que o presente trabalho não tem como escopo analisar todos os problemas práticos dessa instituição e sim os com enfoque no terceiro quesito.

2.1.1. A Primeira Fase

A primeira fase se inicia com o recebimento da denúncia ou queixa. Ao receber, o juiz deverá ordenar a citação do acusado para responder a acusação no prazo de 10 dias¹⁹⁵. Se passado esse prazo o acusado não apresentar defesa, o juiz nomeará um defensor público¹⁹⁶, em prol da defesa técnica do acusado, em respeito ao princípio constitucional da plenitude de defesa.

A denúncia ou queixa deve apresentar o rol de testemunhas, sendo no máximo oito¹⁹⁷. O mesmo limite é colocado nas testemunhas de defesa, que devem ser apresentadas na resposta, momento em que o acusado deverá, também, arguir preliminares e alegar tudo que interessa a sua defesa, oferecendo documentos, justificações e especificar as provas que se pretende produzir¹⁹⁸.

¹⁹⁵ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 406.

¹⁹⁶ Ibid., Artigo 408.

¹⁹⁷ Ibid., Artigo 406, parágrafo 2º.

¹⁹⁸ Ibid., Artigo 406, parágrafo 3º.

Depois de apresentada a defesa, será ouvida a acusação sobre preliminares e documentos em 5 dias¹⁹⁹ e, posteriormente, o juiz determinará a inquirição das testemunhas, bem como a realização das diligências em até 10 dias²⁰⁰.

O seguinte passo é a realização da audiência de instrução, em que ocorrerá, na seguinte ordem: a tomada de declarações do ofendido, se possível, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e defesa, os esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogatório do réu²⁰¹ e alegações finais orais pelo prazo de 20 minutos, prorrogáveis por mais 10²⁰². Ressalta-se que as alegações finais podem ser por escrito em caso de complexidade do caso ou devido ao número de acusados²⁰³.

Encerrados os debates, o juiz proferirá a decisão ou o fará em 10 dias, no caso de as alegações finais serem por escrito²⁰⁴. Em sua decisão, quatro são as opções do juiz: pronunciar, impronunciar, desclassificar ou absolver sumariamente o réu.

Ele pronunciará se estiver convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou participação²⁰⁵. Importante pontuar que a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, conforme explanado alhures, é do Tribunal do Júri. Sendo assim, o juiz, ao pronunciar o réu, deve limitar-se à indicação de indícios suficientes de materialidade e autoria²⁰⁶, sob pena de influenciar os jurados.

Se, ao contrário, o juiz não se convencer da existência mínima de justa causa, deverá impronunciar o acusado²⁰⁷. Ressalta-se que enquanto não

¹⁹⁹ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 409.

²⁰⁰ Ibid., Artigo 410.

²⁰¹ Ibid., Artigo 411.

²⁰² Ibid., Artigo 411, parágrafo 4º.

²⁰³ Ibid., Artigo 403, parágrafo 3º.

²⁰⁴ Ibid., Artigo 411, parágrafo 9º.

²⁰⁵ Ibid., Artigo 413.

²⁰⁶ Ibid., Artigo 413, parágrafo 1º.

²⁰⁷ Ibid., Artigo 414.

ocorrer a extinção da punibilidade, havendo prova nova²⁰⁸, o processo poderá ser reaberto, com nova denúncia, de forma que a decisão não faz coisa julgada²⁰⁹.

O magistrado poderá, ainda, absolver o réu quando: provada a inexistência do fato; provado não ser ele autor ou partícipe do fato; o fato não constituir infração penal; ou demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime²¹⁰, ressaltando o caso de inimputabilidade²¹¹.

Também poderá ser o caso de desclassificação, isto é, se o juiz entender que o crime não é doloso contra a vida, remeterá os autos ao juiz competente²¹².

Dessas quatro decisões cabem recursos. Caberá apelação no caso de a sentença ser de impronúncia ou de absolvição sumária²¹³, e caberá recurso em sentido estrito no caso de pronúncia e desclassificação²¹⁴.

No caso de pronúncia, preclusa a decisão, os autos serão encaminhados ao juiz presidente do Tribunal do Júri²¹⁵, encerrando-se a primeira fase.

2.1.2. A Segunda Fase

Inaugurada a segunda fase, inicia-se a preparação do processo para julgamento em plenário. O presidente do Tribunal do Júri determinará a intimação do Ministério Público ou do querelante e do defensor, para apresentarem rol de testemunhas (até cinco) que irão depor em plenário, em

²⁰⁸ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 414, parágrafo único.

²⁰⁹ RANGEL, 2018, p. 179.

²¹⁰ BRASIL, Op. cit., Artigo 415.

²¹¹ Ibid., Artigo 415, parágrafo único.

²¹² Ibid., Artigo 419.

²¹³ Ibid., Artigo 416.

²¹⁴ Ibid., Artigo 581, incisos II e IV.

²¹⁵ Ibid., Artigo 421.

até 5 dias, bem como dará a oportunidade de juntarem documentos e requererem diligências²¹⁶.

Em seguida, deverá o magistrado ordenar as diligências necessárias para sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa. Também caberá ao mesmo fazer um relatório sucinto do processo e determinar a inclusão do feito²¹⁷. Ainda, poderá ocorrer o desaforamento, em caso de interesse público, ou se houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado²¹⁸.

A pauta será organizada seguindo a regra do artigo 429 do Código de Processo Penal. Estando o processo em ordem, serão intimadas as partes, o ofendido, se for possível, as testemunhas e os peritos, quando houver requerimento, para a sessão de instrução e julgamento²¹⁹.

A partir do alistamento dos jurados realizado nos moldes do artigo 425 e 426 do Código de Processo Penal, de forma que representem a sociedade²²⁰, bem como seus dados estejam protegidos a fim de evitar qualquer constrangimento ilegal²²¹, organizada a pauta, serão intimados o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Defensoria Pública para acompanharem, em dia e hora designados, o sorteio dos jurados que atuarão²²², sendo retiradas cédulas até completar o número de 25 jurados²²³.

Atuar como jurado constitui serviço obrigatório. Poderão ser alistados os maiores de 18 anos de notória idoneidade e ninguém poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução²²⁴. As isenções vêm previstas no artigo 437 do Código de Processo

²¹⁶ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 422.

²¹⁷ Ibid., Artigo 423.

²¹⁸ Ibid., Artigo 427.

²¹⁹ Ibid., Artigo 431.

²²⁰ Ibid., Artigo 425, parágrafo 2º.

²²¹ Ibid., Artigo 426, parágrafo 3º.

²²² Ibid., Artigo 432.

²²³ Ibid., Artigo 433.

²²⁴ Ibid., Artigo 436.

Penal. Tão importante é essa função que, durante o seu exercício ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que são os juízes togados²²⁵.

Dentre os 25 jurados, pelo menos 15 tem que estar presentes para que o processo seja submetido a julgamento²²⁶. Serão sorteados 7 que constituirão o Conselho de Sentença de sessão de julgamento²²⁷, ressaltando os casos de impedimento²²⁸ e de impossibilidade de servir²²⁹. Durante o sorteio, a defesa e o Ministério Público poderão, nessa ordem, recusar até 3 jurados de forma imotivada²³⁰, e tantos quiserem de forma motivada.

Uma vez realizado o sorteio, os jurados não poderão mais comunicar-se entre si e com outrem, nem manifestar a sua opinião sobre o processo²³¹, em prol da imparcialidade. Tanto isso é importante que o artigo 472 do Código de Processo Penal apresenta o juramento que os jurados devem fazer. Eles, ainda, receberão as cópias da pronúncia, ou, se for o caso, das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação e do relatório do processo para melhor entendimento da causa.

Inicia-se, então, a instrução em plenário. As testemunhas estarão recolhidas em lugar onde uma não possa ouvir a outra²³². O juiz presidente, o Ministério Público, o assistente, o querelante e o defensor do acusado tomarão, sucessiva e diretamente, as declarações do ofendido, se possível, e inquirirão as testemunhas arroladas pela acusação²³³. Depois, serão ouvidas as testemunhas de defesa e as perguntas serão feitas pela defesa antes do

²²⁵ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 445.

²²⁶ Ibid., Artigo 463.

²²⁷ Ibid., Artigo 447.

²²⁸ Ibid., Artigo 448.

²²⁹ Ibid., Artigo 449.

²³⁰ Ibid., Artigo 468.

²³¹ Ibid., Artigo 466, parágrafo 1º.

²³² Ibid., Artigo 460.

²³³ Ibid., Artigo 473.

Ministério Público e do assistente²³⁴. Os jurados também poderão formular perguntas, mas por intermédio do juiz presidente²³⁵.

Posteriormente, sendo o caso, serão feitas acareações, reconhecimento de pessoas e coisas e esclarecimento dos peritos, bem como a leitura de peças que se refiram, exclusivamente, às provas colhidas por carta precatória e às provas cautelares, antecipadas ou não repetíveis²³⁶. Em seguida, haverá o interrogatório do acusado²³⁷, seguindo a mesma ordem e forma das testemunhas. Importante notar que, em prol da plenitude da defesa, bem como do princípio da presunção de inocência, não será permitido o uso de algemas no acusado no plenário do júri, salvo se absolutamente necessário à ordem dos trabalhos, à segurança das testemunhas ou à garantia da integridade física dos presentes²³⁸.

Encerrada a instrução, serão iniciados os debates. Primeiro o Ministério Público (em caso de ação penal de iniciativa privada, antes do Ministério Público, falará o advogado do querelante), depois o assistente se houver e posteriormente a defesa²³⁹, no tempo, em tese, de uma hora e meia²⁴⁰, observadas as particularidades dos parágrafos do artigo 477 do Código de Processo Penal. Em seguida, poderá haver réplica e tréplica durante uma hora cada.

Durante o julgamento não é permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos no mínimo 3 dias úteis antes da sessão. Tais sejam: leitura de jornais ou qualquer outro escrito, bem como a exibição de vídeos, gravações, fotografias, laudos, quadros, croqui ou qualquer outro meio assemelhado, cujo conteúdo versar sobre a matéria de fato submetida à apreciação e julgamento dos jurados²⁴¹.

²³⁴ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 473 parágrafo 1º.

²³⁵ Ibid., Artigo 473 parágrafo 2º.

²³⁶ Ibid., Artigo 473 parágrafo 3º.

²³⁷ Ibid., Artigo 474.

²³⁸ Ibid., Artigo 474, parágrafo 3º.

²³⁹ Ibid., Artigo 476.

²⁴⁰ Ibid., Artigo 477.

²⁴¹ Ibid., Artigo 479.

Findo os debates, o presidente indagará dos jurados se estão habilitados a julgar ou se necessitam de outros esclarecimentos. Sendo necessário o juiz esclarecerá à vista dos autos²⁴². Posteriormente, serão formulados e respondidos os quesitos.

Logo em seguida, sendo o acusado condenado pelo Conselho de Sentença, caberá ao juiz presidente proferir a sentença, seguindo o disposto no artigo 492 do Código de Processo Penal. As circunstâncias agravantes e atenuantes não serão contempladas na quesitação, de forma que caberá ao magistrado impô-las²⁴³.

Se houver desclassificação nessa fase, diferente da primeira, os autos não serão remetidos ao juiz competente. Caberá ao presidente do Tribunal do Júri proferir sentença, ressalvando que se for o caso de uma infração penal de menor potencial ofensivo, deve-se respeitar o disposto nos artigos 69 e seguintes da Lei nº 9.099/95. O mesmo ocorrerá quanto ao crime conexo que não é doloso contra a vida²⁴⁴.

A sentença será lida em plenário pelo presidente e a sessão será encerrada²⁴⁵. Da sentença caberá os recursos previstos no Código Processual. Sempre ao final será redigida a ata que deverá cumprir os requisitos do artigo 495 do Código de Processo Penal.

2.2. A quesitação, com ênfase no terceiro quesito

Conforme já explicado alhures, o artigo 483 do Código de Processo Penal apresenta os quesitos a serem formulados. Importante destacar, desde já, que há inúmeras controvérsias doutrinárias e jurisprudenciais a respeito de cada um deles. O presente trabalho analisará, especificamente, as que

²⁴² BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 480.

²⁴³ Ibid., Artigo 492, inciso I, alínea b.

²⁴⁴ Ibid., Artigo 492, parágrafos 1º e 2º.

²⁴⁵ Ibid., Artigo 493.

concernem ao terceiro quesito, entretanto, necessário se faz abordar brevemente os demais.

Antes da votação de cada quesito, cada jurado receberá pequenas cédulas contendo as palavras “sim” e “não” para responder aos quesitos²⁴⁶. Para assegurar o sigilo do voto, passarão duas urnas: uma recolhendo os votos válidos e a segunda recolhe a cédula não utilizada²⁴⁷. As decisões do Tribunal do Júri serão tomadas pelo critério de maioria dos votos²⁴⁸.

Ressalta-se que, pela literalidade do artigo 482 do Código de Processo Penal, o Conselho de Sentença deverá ser questionado sobre a matéria de fato. Não há dúvidas de que todo juízo realizado pelos jurados não se desvincula jamais do direito. Paulo Rangel explica que quando os jurados são questionados se o réu deve ser absolvido, isso é matéria de direito, pois envolve punibilidade, isto é, o direito de punir do Estado, da mesma forma de quando são indagados a respeito de uma qualificadora do crime de homicídio²⁴⁹.

A afirmação de que os jurados apenas se manifestam sobre matéria fática, portanto, é completamente equivocada, como pontua Lênio Streck:

Aliás, o que é ‘atenuante’? ‘E agressão injusta’? ‘Uso moderado dos meios’? Afinal, qual a fronteira entre o que seja matéria de fato e o que seja matéria de direito, no âmbito do júri?²⁵⁰

Nucci contra argumenta alegando que os jurados ao responderem sobre os fatos, acabam por refletir sobre teses jurídicas de modo indireto. Mas, afirmar que o acusado desferiu tiros no ofendido seria diferente de afirmar que ele matou alguém²⁵¹.

²⁴⁶ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 486.

²⁴⁷ RODRIGUES, 2012, p. 41.

²⁴⁸ BRASIL, Op. cit., Artigo 489.

²⁴⁹ RANGEL, 2018, p. 246.

²⁵⁰ STRECK, 2001, p. 154.

²⁵¹ NUCCI, 2018, p. 270.

Ademais, deve se ter em mente que com a modificação dos quesitos pela Lei nº11.689/08, a elaboração dos mesmos passou a ter uma maior importância. Diante das variáveis que se materializam na trama dos crimes dolosos contra a vida, como qualificadoras, causas de aumento, concurso de agente, entre outras, condensá-las em quesitos precisos é uma difícil tarefa e não rara as vezes ingrata²⁵².

O primeiro quesito indagará sobre a materialidade do fato e existe para que o jurado reconheça, ou não, a existência de crime doloso contra a vida. Já o segundo será sobre autoria e participação, de forma que tem a função de identificar se o acusado praticou ou participou da realização do fato criminoso²⁵³. E o terceiro quesito indagaria se o jurado absolve o réu. A simplificação alcançou-se o máximo possível, com a formulação de apenas esses três quesitos básicos para obter-se a condenação ou absolvição²⁵⁴.

Importante ressaltar que após a resposta dos dois primeiros quesitos, se for sustentada a tese de crime tentado ou havendo divergência sobre a tipificação do delito, sendo este da competência do Tribunal do Júri, o juiz formulará quesito acerca destas questões²⁵⁵. Além disso, conforme redação

²⁵² HC 96469-RJ, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, STF, Data de Publicação: DJ-e-152 DIVULG 13-08-2009 PUBLIC 14/08/2009 EMENT VOL-02369-05 PP-01031.

EMENTA: EMENTA: CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA. CONDENAÇÃO TRANSITADA EM JULGADO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE NA QUESITAÇÃO. CONTRADIÇÃO INEXISTENTE. QUESITOS QUE ESPELHAM AS TESES DEBATIDAS NO PLENÁRIO. ANUÊNCIA DAS PARTES AOS QUESITOS FORMULADOS PELA JUÍZA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECLUSÃO. IMPETRAÇÃO EMBASADA EM FALSA PREMISSE FÁTICA. ORDEM INDEFERIDA.

1. A elaboração dos quesitos é uma das fases processuais mais sensíveis da instituição do Júri. Isso porque, diante das variáveis que se materializam na trama dos crimes dolosos contra a vida — tentativas, qualificadoras, causas de aumento e de diminuição de pena, concursos de agentes e outras mais —, condensá-las em quesitos precisos é uma tarefa árdua e não raras vezes ingrata.

2. Na concreta situação dos autos, logo se percebe que os quesitos retrataram as teses sustentadas pela acusação e pela defesa em Plenário. Tanto é assim que as partes anuíram à quesitação, conforme se depreende da ata de julgamento. Pelo que o caso é de preclusão da matéria, nos exatos termos do inciso VIII do art. 571 do Código de Processo Penal.

3. Acresce que a impetração está assentada numa falsa premissa fática. É que a defesa alega que a confusa redação do sexto quesito impediu os jurados de votarem segundo o seu livre convencimento. Sendo certo que tal quesito nem sequer foi objeto de votação pelo Conselho de Sentença, pois consignado o seu prejuízo em função da resposta dada ao quesito imediatamente anterior.

4. Ordem indeferida.

²⁵³ NAGIMA; OLIVEIRA, Acesso em: 6 jun. 2019, p. 2.

²⁵⁴ BRASIL, *Projeto de Lei nº 4.203 de 2001*, p. 09462.

²⁵⁵ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 483, parágrafo 5º.

do parágrafo 4º do artigo 483 do Código de Processo Penal, sustentada a desclassificação da infração para outra de competência do juiz singular, será formulado quesito a respeito, para ser respondido após o 2º ou 3º quesito, conforme o caso, o que será melhor analisado posteriormente.

Ultrapassado o terceiro quesito e tendo os jurados votado pela absolvição do réu, considera-se prejudicados os demais quesitos. Entretanto, se a votação for pela condenação do réu²⁵⁶, inicia-se a análise do quarto quesito, isto é, se existe causa de diminuição de pena²⁵⁷. Posteriormente indaga-se quanto ao quinto quesito, tal seja: se existe circunstância qualificadora ou causa de aumento de pena reconhecidas na pronúncia ou em decisões posteriores que julgaram admissível a acusação²⁵⁸. Ambos os quesitos não poderão ser genéricos, de forma que devem ser quesitados tantos quantos forem alegados pela defesa e acusação²⁵⁹. Ressalta-se que as qualificadoras quesitadas tem que ser compatíveis com as causas de diminuição de pena, se já conhecida, pois a doutrina e jurisprudência entendem que as qualificadoras subjetivas são incompatíveis com o homicídio privilegiado, por exemplo²⁶⁰.

Pela nova redação do Código de Processo Penal, não mais constarão do questionário as agravantes e as atenuantes genéricas, cabendo ao juiz presidente analisar a incidência ao prolatar a sentença condenatória²⁶¹. Destaca-se que esse tema não é pacífico, entendendo alguns que isso não estaria correto. Nucci leciona que como o Tribunal do júri é encarregado pela Constituição para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, cabendo-lhe, como instância soberana, acolher ou rejeitar toda a matéria de fato que envolve a infração penal em análise, não teria sentido sustentar que as

²⁵⁶ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 483, parágrafo 3º.

²⁵⁷ Ibid., Artigo 483, inciso IV e parágrafo 3º, inciso I.

²⁵⁸ Ibid., Artigo 483, inciso V e parágrafo 3º, inciso II.

²⁵⁹ NAGIMA; OLIVEIRA, Acesso em: 6 jun. 2019. p. 2-3.

²⁶⁰ LUZ, Delmar Pacheco da. *Tribunal do Júri: a nova quesitação*. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/60297/tribunal-do-juri-a-nova-quesitacao-delmar-pacheco-da-luz>. Acesso em: 6 jun. 2019.

²⁶¹ ARRUDA; SILVA, Acesso em: 6 jun. 2019. p. 2.

agravantes e atenuantes seriam sempre de livre apreciação pelo magistrado²⁶². Nessa esteira também comunga Francisco Dirceu Barros, que alega que isso violaria quatro princípios constitucionais: do contraditório, da plenitude de defesa, acusatório e da soberania popular²⁶³.

Sendo assim, se as partes solicitarem a inclusão desse quesito, em obediência aos princípios constitucionais da soberania dos veredictos e da plenitude de defesa, bem como pelo artigo 482 primeira parte do Código de Processo Penal, Nucci defende que não se poderia subtrair da apreciação dos jurados²⁶⁴, sendo acompanhado por Barros²⁶⁵.

Exceto os quesitos já apresentados anteriormente, nenhum outro poderá ser formulado pelo juiz presidente²⁶⁶. A quesitação, ainda é de tamanha importância, que a supressão de quesito obrigatório será causa de nulidade absoluta do julgamento, conforme preconiza a Súmula 156 do STF²⁶⁷.

As grandes polêmicas que ora serão analisadas dizem respeito ao terceiro quesito. Antes de mais nada, importante compreender o porquê de a pergunta ser formulada da seguinte forma: “O jurado absolve o acusado?”. O projeto de lei, antes de sofrer modificações, dizia que tal quesito seria redigido da seguinte forma “os jurados absolvem ou condenam o acusado?”. Segundo a exposição do Ministro de Estado da Justiça, essa indagação teria como escopo não induzir os jurados a uma resposta afirmativa ou negativa, como seria se fosse perguntado “se os jurados condenam” ou, alternativamente, “se os jurados absolvem o acusado”²⁶⁸.

Entretanto, entendeu-se que seria complicado para os jurados tal pergunta, uma vez que não seria possível responde-las com as cédulas de

²⁶² NUCCI, 2018, p. 275.

²⁶³ BARROS, 2018, p. 227.

²⁶⁴ NUCCI, Op. cit., p. 275.

²⁶⁵ BARROS, Op. cit., p. 228.

²⁶⁶ BRASIL, *Projeto de Lei nº 4.203 de 2001*. p. 09462.

²⁶⁷ Súmula nº 156 do STF: “É absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório”.

²⁶⁸ BRASIL, Op. cit., p. 09462.

“sim” ou “não”. Para isso, teriam que ser confeccionadas outras cédulas com as palavras “absolvo” ou “condeno”, o que poderia atrapalhar ainda mais os jurados. O artigo 482 do Código de Processo Penal é claro ao afirmar que os quesitos serão redigidos em proposições afirmativas, simples e distintas, a fim de que os jurados consigam responder com suficiente clareza e necessária precisão.

Há quem critique a escolha da palavra “absolve” ao invés de “condena”²⁶⁹. Não socorre o argumento de que essa seria uma manipulação aos jurados. Importante lembrar que a Carta Magna prevê o princípio conhecido como presunção de inocência ou da não culpabilidade²⁷⁰. Sendo assim, não faria sentido utilizar-se da palavra “condeno”. Não há nenhuma intenção de induzir a alguma resposta e tampouco confundir os jurados como alguns entendem²⁷¹. A regra é a liberdade/absolvição²⁷².

Além disso, conforme explicitado acima, não mais se indaga a respeito de todas as teses absolutórias, e sim apenas se os jurados absolvem o acusado. Com isso, se no caso concreto forem sustentadas mais de uma tese defensiva, não será possível saber, ao certo, qual foi o fundamento da escolha dos jurados, uma vez que os mesmos julgam com base na sua íntima convicção, de forma que não se exige uma explicação quanto o seu convencimento, diferente do que ocorria na antiga redação do Código de Processo Penal, em que somente haveria absolvição se ao menos quatro jurados acolhessem a mesma tese defensiva²⁷³.

O fato de todas as teses defensivas passarem a ser respondidas em apenas um quesito, em uma primeira análise, poderia significar cerceamento

²⁶⁹ GOMES, Márcio Schlee. *Críticas à nova quesitação do Júri*. Disponível em: https://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1246467896.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019.

²⁷⁰ BRASIL, *Constituição Brasileira de 1988*. Artigo 5º, inciso LVII.

²⁷¹ BONFIM, Edilson Mougenot. *O novo procedimento do júri: comentários à lei n. 11.689/2008*. São Paulo: Saraiva, p. 141 apud GOMES, Márcio Schlee. *Críticas à nova quesitação do Júri*. Disponível em:

https://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1246467896.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019. p. 62.

²⁷² RANGEL, 2018, p. 245.

²⁷³ ARRUDA; SILVA, Acesso em: 6 jun. 2019. p. 2.

de defesa. Entretanto, ao aprofundar o estudo, compreende-se que tal unificação possibilita que o acusado seja absolvido, ainda que não haja harmonia dos jurados quanto a qualquer uma das teses da defesa²⁷⁴. O ponto positivo, portanto, é que permite-se o somatório dos votos de todos os jurados que entendem como justa a absolvição, independentemente do fundamento pessoal de cada um para chegar a essa decisão. Evita-se que as teses defensivas possam ser individualmente afastadas e o réu condenado pela falta da maioria dos votos em uma mesma tese²⁷⁵, uma vez que não há comunicação entre os jurados.

Quanto ao terceiro quesito discute-se, ainda, quando uma das teses de defesa é de inimputabilidade²⁷⁶, caso em que seria necessária a imposição de medida de segurança. Há quem entenda que nesse caso, o juiz deveria formular quesitos adicionais a fim de entender qual seria o fundamento da absolvição, pois se a mesma for decorrente de outra tese defensiva, o votação terminará. Mas, se for decorrente da imputabilidade, haverá imposição da medida de segurança pelo juiz presidente²⁷⁷.

Além disso, debate-se quanto a obrigatoriedade ou não do terceiro quesitos. Nucci, por exemplo, entende que o quesito absolutório é obrigatório, pela singela leitura do artigo 483 do Código de Processo Penal²⁷⁸. Por outro lado, Hidejalma Muccio defende a facultatividade do mesmo, que só deveria ser formulado se forem sustentadas teses diversas da inexistência do fato delituoso e da negativa de autoria²⁷⁹. A posição dominante do STJ é que após as alterações da Lei nº 11.689/08, o jurado pode

²⁷⁴ NAGIMA; OLIVEIRA, Acesso em: 6 jun. 2019. p. 2.

²⁷⁵ LUZ, *Tribunal do Júri: a nova quesitação*. Acesso em: 6 jun. 2019.

²⁷⁶ BRASIL, *Código Penal*. Artigo 26.

²⁷⁷ ÁVILA, Thiago André Pierobom de. *O novo procedimento dos crimes dolosos contra a vida* Lei nº 11.689/08. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1873, 17 ago. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11596/o-novo-procedimento-dos-crimes-dolosos-contra-a-vida-lei-n-11-689-08>. Acesso em: 6. jun. 2019.

²⁷⁸ NUCCI, 2018, p. 282.

²⁷⁹ MUCCIO, Hidejalma. *Curso de processo penal*. 2ª ed. São Paulo: Editora Método. 2011. p. 1.417.

absolver o réu baseado unicamente em sua livre convicção, e independente da tese defensiva²⁸⁰, de forma que haveria a obrigatoriedade de tal quesito.

2.2.1. *Controvérsia quanto a ordem dos quesitos*

A controvérsia quanto a ordem dos quesitos surge quando da situação excepcional de alegação pelas partes de tese desclassificatória. O cerne da discussão é qual seria o seguinte quesito a ser formulado: o de absolvição ou o de desclassificação. Conforme exposto, pela leitura da letra fria da lei, o quesito quanto a desclassificação poderá ser respondido após o 2º ou 3º quesito²⁸¹.

²⁸⁰ HC 190.264/PB, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, Julgado em: 26/08/2014, DJe 02/09/2014. EMENTA: HABEAS CORPUS IMPETRADO ORIGINARIAMENTE, A DESPEITO DA POSSIBILIDADE DE IMPUGNAÇÃO AO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL A QUO POR INTERMÉDIO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA (RESSALVA DO ENTENDIMENTO DA RELATORA). TRIBUNAL DO JÚRI. ALTERAÇÕES CONFERIDAS PELA LEI N.º 11.689/08. QUESITAÇÃO SOBRE A ABSOLVIÇÃO DO RÉU. ART. 483, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ABRANGÊNCIA DE TODAS AS TESES ABSOLUTÓRIAS EM QUESTIONAMENTO ÚNICO. VOTAÇÃO DO JÚRI QUE SE ENCERRA COM A RESPOSTA AFIRMATIVA DE MAIS DE TRÊS JURADOS AO QUESITO EX LEGE REFERENTE À ABSOLVIÇÃO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM DE HABEAS CORPUS, CONTUDO, CONCEDIDA EX OFFICIO.

1. A Quinta Turma deste Superior Tribunal de Justiça firmou orientação não unânime de que é inadequado o manejo de habeas corpus se há possibilidade de impugnação ao ato decisório do Tribunal a quo por intermédio de recurso especial - a despeito do posicionamento contrário da Relatora, em consonância com o do Supremo Tribunal Federal.

2. Hipótese em que a única tese ventilada pela defesa perante o Conselho de Sentença foi a de legítima defesa.

3. Na atual sistemática do Tribunal do Júri, não há mais quesitos específicos sobre a absolvição, pois o Legislador Pátrio, ao editar a Lei n.º 11.689/08, determinou que todas as teses defensivas, no ponto, fossem abrangidas por uma única quesitação obrigatória (art. 483, inciso III, do Código de Processo Penal).

4. Ao concentrar as teses absolutórias no terceiro quesito do Tribunal do Júri ("o jurado absolve o acusado?"), a lógica do Legislador foi a de impedir que os jurados fossem indagados sobre questões técnicas. Assim, declarada a absolvição pelo Conselho de Sentença, com resposta afirmativa de mais de três juízes leigos à referida quesitação, o prosseguimento do julgamento para verificação de excesso doloso constituiu constrangimento manifestamente ilegal ao direito ambulatorial do Paciente.

5. Ademais, o fato de ter sido considerada a quesitação sobre excesso doloso na legítima defesa significou ofensa à garantia da plenitude de defesa, pois o novo sistema permite justamente que o Jurado possa absolver o Réu baseado unicamente em sua livre convicção, e de forma independente da tese defensiva.

6. Writ não conhecido. Ordem de habeas corpus, contudo, concedida ex officio, para absolver o Paciente, devendo o Juiz do Tribunal do Júri garantir ao Ministério Público Estadual prazo para eventual interposição do pertinente recurso.

²⁸¹ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 483 parágrafo 4º.

A fim de melhor analisar essa discussão, passa-se a análise de um caso concreto julgado pela 6ª Turma do STJ, Resp 1.509.04, que foi alocado no Informativo nº 573 do STJ. *In casu*, primeiro formulou-se a pergunta quanto à absolvição e, posteriormente quanto à desclassificação. A acusação, inconformada, interpôs o Recurso de Apelação, que teve como resultado decisão favorável ao *Parquet*, entendendo ter existido vício na ordem dos quesitos. O réu, irredimido, interpôs Recurso Especial no STJ, obtendo decisão a seu favor.

A Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura prolatou seu voto, que foi acompanhado dos demais, no sentido de que como há a opção da desclassificação ser formulada após o segundo ou o terceiro quesito, e a tese principal da defesa seria a absolutória e a subsidiária a desclassificatória, a tese principal possuiria primazia, de forma que deveria ser quesitada primeira, sob pena de causar enorme prejuízo ao réu, bem como violar o princípio da plenitude de defesa²⁸². Se a tese desclassificatória fosse quesitada primeiro e fosse acolhida, faltaria o quesito obrigatório da absolvição, o que levaria a nulidade do julgamento²⁸³.

Apesar da brilhante compreensão da Sra. Ministra, os Egrégios Tribunais, em linhas gerais, são contrários a tal entendimento²⁸⁴.

²⁸² REsp 1509504/SP, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, Julgado em: 27/10/2015, DJe 13/11/2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1509504&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 08/06/2019.

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. TESES ABSOLUTÓRIA E DESCLASSIFICATÓRIA. ORDEM DOS QUESITOS. PRIMAZIA DA TESE PRINCIPAL. PLENITUDE DA DEFESA.

1. Estando a defesa assentada em tese principal absolutória (legítima defesa) e tese subsidiária desclassificatória (ausência de animus necandi), e havendo a norma processual permitido a formulação do quesito sobre a desclassificação antes ou depois do quesito genérico da absolvição, a tese principal deve ser questionada antes da tese subsidiária, pena de causar enorme prejuízo para a defesa e evidente violação ao princípio da amplitude da defesa.

2. Recurso provido.

²⁸³ Súmula nº 156 do STF: “É absoluta a nulidade do julgamento, pelo júri, por falta de quesito obrigatório”.

²⁸⁴ CARVALHO, Gustavo. *A problemática na terceira quesitação em plenário do júri quando da alegação de tese absolutória e tese desclassificatória pelas partes*. Disponível em: https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-problematica-na-terceira-quesitacao-plenario-juri-quando-alegacao.htm#capitulo_2.4.2. Acesso em: 6 jun. 2019.

Um dos argumentos que se encontra diz respeito a competência, pois a desclassificação acarretaria o afastamento da competência do Tribunal do Júri²⁸⁵. Outro, seria quanto a preclusão da matéria, quando há a ausência de reclamação da ordem de votação dos quesitos no momento considerado oportuno²⁸⁶.

As instâncias secundárias, de forma geral, seguem o entendimento de que o Tribunal do Júri, como órgão pertencente ao Poder Judiciário, deveria, primeiro, confirmar a sua competência para depois analisar as questões preliminares e de mérito. Assim sendo, primeiro se indagaria quanto aos indícios arguidos na pretensão punitiva do Estado, para em seguinte analisar a competência²⁸⁷.

Entendendo pela desclassificação, o Júri estaria se declarando incompetente, permitindo ao Juiz presidente chamar o caso para si a fim de proferir uma decisão. A maior falha nesse raciocínio, data máxima vênua, é que se apenas no terceiro quesito fosse verificada a competência, o julgamento acerca da materialidade e autoria também gozaria de nulidade absoluta²⁸⁸. Ademais, se apenas ao responder tal quesito o Tribunal Popular confirmasse a sua competência, criar-se-ia uma situação esdrúxula quando não houvesse tese desclassificatória alegada pelas partes, pois a instituição popular não conseguiria constatar/ratificar a sua competência²⁸⁹. A atribuição

²⁸⁵ NUCCI, 2018, p. 286.

²⁸⁶ TJ-MG. *Apelação Criminal 1.0012.05.002800-5/002*. Rel. Des. Antônio Carlos Cruvinel, 3ª Câmara Criminal. Julgamento em: 15/12/2009, Publicação da súmula em: 26/02/2010.

EMENTA: HOMICÍDIO QUALIFICADO - INVERSÃO DA ORDEM DE QUESITAÇÃO - DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS - INDENIZAÇÃO MÍNIMA FIXADA PELO JUIZ. A ausência de reclamação, no momento próprio, da ordem de votação dos quesitos, torna preclusa a matéria, principalmente quando não se vislumbra evidente prejuízo à defesa. Encontrando a acusação apoio no conjunto probatório amealhado, deve ser confirmada a sentença condenatória, não havendo falar-se em decisão manifestamente contrária a prova dos autos, porquanto, havendo mais de uma versão apresentada em plenário, é lícito aos jurados acolher uma delas, desde que verossímil, na medida em que estes são soberanos na escolha das suas decisões. O juiz, ao proferir sentença condenatória, fixará valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido.

²⁸⁷ CARVALHO, *A problemática na terceira quesitação em plenário do júri quando da alegação de tese absoluta e tese desclassificatória pelas partes*. Acesso em: 6 jun. 2019.

²⁸⁸ *Ibid.*, Acesso em: 6 jun. 2019.

²⁸⁹ *Ibid.*, Acesso em: 6 jun. 2019.

do Tribunal do Júri decorre da lei²⁹⁰ e entendo que a mesma é constatada pela decisão de pronúncia, uma vez que para pronunciar o acusado o juiz deverá estar convencido da justa causa, isto é, da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou participação²⁹¹. Os jurados são leigos e não seria plausível nem proporcional atribuí-lhe a tarefa técnica de constatar a sua competência jurídica para o julgamento do caso²⁹².

A argumentação quanto a preclusão, data vênica, também não se sustenta. Os julgados nessa linha entendem que a terceira quesitação, quando viciada, deveria ser alegada pelas partes no momento oportuno, sob pena de convalidação²⁹³. Esse momento seria após a leitura dos quesitos, pois o artigo 484 do Código de Processo Penal preconiza que é nesse momento que as partes poderiam apresentar seus requerimentos ou reclamações.

O artigo 571 do Código de Processo Penal trata sobre a arguição das nulidade e expõe que as nulidades do julgamento em plenário, em audiência ou em sessão do tribunal deverão ser arguidas logo depois que ocorrerem²⁹⁴. O artigo 572 do mesmo dispositivo menciona as nulidades previstas no artigo 564, III, *d e e*, segunda parte, *g e h* e IV CPP, que, se não arguidas nesse momento, serão convalidadas. Importante notar que esse rol não inclui a alínea *k* do artigo retro, tal seja: por falta das fórmulas ou dos termos dos quesitos e suas respectivas respostas. Apesar de não estar dito expressamente “inversão de quesitos”, traça a vontade do legislador, de forma que seria forçoso afirmar que ele buscava não permitir o saneamento do tema da quesitação, dada a sua grande importância²⁹⁵.

Além disso, importante notar que a inversão dos quesitos levaria a supressão do quesito absolutório, tido como obrigatório, o que seria causa de

²⁹⁰ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea d da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 c/c Artigo 74, parágrafo 1º.

²⁹¹ Ibid., 1941. Artigo 413.

²⁹² CARVALHO, *A problemática na terceira quesitação em plenário do júri quando da alegação de tese absolutória e tese desclassificatória pelas partes*. Acesso em: 6 jun. 2019.

²⁹³ Ibid., Acesso em: 6 jun. 2019.

²⁹⁴ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 571, inciso VII.

²⁹⁵ CARVALHO, Op. cit., Acesso em: 6 jun. 2019.

nulidade²⁹⁶. Mister se faz diferenciar a nulidade absoluta da relativa e entender que se estaria diante da absoluta.

A nulidade absoluta representa um vício muito grave, em matéria de ordem pública, que, em regra, ofende diretamente a Constituição Federal. Tamanha a sua importância, não é necessário que haja manifestação das partes, pois o juiz deverá reconhecê-las de ofício, e tampouco há prazo para a sua alegação²⁹⁷. A inversão que ora se discute traz um evidente e irreversível prejuízo ao acusado, afrontando o princípio constitucional de plenitude de defesa, pois retira do réu a possibilidade de ser absolvido²⁹⁸.

Apesar da decisão do caso concreto apresentado seguir o que ora se defende, isto é, que o terceiro quesito sempre será o absolutório, a primazia da tese absolutória sobre a desclassificatória não seria o correto motivo para tal, e sim o fato de o acusado gozar de premissas constitucionais que suplantam questões técnicas ou processuais a respeito do procedimento²⁹⁹. Ainda que se entendesse nesse sentido, importante mencionar que a tese absolutória sempre será a tese capital, pois todo o réu busca, primariamente, a absolvição³⁰⁰.

Nas palavras de Gustavo Carvalho:

Levando em conta que o réu pode ter sua vida destruída pela simples inversão de um quesito, não é razoável se aceitar tal anástrofe, devendo o quesito absolutório – frise-se, de natureza obrigatória (já que o parágrafo 2º, do artigo 483, do Código de Processo Penal só o condiciona à passagem pelos dois primeiros quesitos [materialidade e autoria]) –, ser levantado pelo Juiz-presidente antes de eventual quesito desclassificatório cujo tema tenha sido tese dessa natureza durante a instrução plenária.

É o que o Tribunal Superior acertadamente entendeu: não pode uma questão meramente técnica inverter uma decisão que traçará o futuro de um ser humano, com o fundamento em mera discussão processual, sob pena de transformar aquele

²⁹⁶ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 546, parágrafo único. C/c Súmula 156 do STF.

²⁹⁷ CARVALHO, *A problemática na terceira quesitação em plenário do júri quando da alegação de tese absolutória e tese desclassificatória pelas partes*. Acesso em: 6 jun. 2019.

²⁹⁸ Ibid., Acesso em: 6 jun. 2019.

²⁹⁹ Ibid., Acesso em: 6 jun. 2019.

³⁰⁰ Ibid., Acesso em: 6 jun. 2019.

ser vivo em votação em mero objeto de imputação penal (algo semelhante ao fenômeno do Estado de Coisas)³⁰¹.

O renomado autor Pacelli também reforça tal entendimento, alegando que se houver a tese de desclassificação do crime, será formulado quesito logo após o quesito número três (III, o de absolvição)³⁰².

Conclui-se, a partir da argumentação exposta, que o quesito absolutório deverá sempre vir antes de eventual quesito desclassificatório. Inclusive, pois, em uma jurisdição que dispensa as fundamentações das decisões, não há que se surpreender com o legislador apresentar a possibilidade de solução imediata da causa, pela antecipação do convencimento dos jurados³⁰³.

³⁰¹ CARVALHO, Acesso em: 6 jun. 2019.

³⁰² PACELLI, 2017, p. 755.

³⁰³ Ibid., p. 753.

CAPÍTULO 3 - A INFLUÊNCIA DO QUESITO ABSOLUTÓRIO EM SEDE RECURSAL

Após a análise aprofundada da introdução do terceiro quesito, importante compreender as suas influências na esfera recursal. Para tal, necessário se faz entender o sistema de apreciação da prova adotado no ordenamento jurídico brasileiro, bem como analisar os princípios relacionados ao recurso e a discussão quanto ao cabimento do recurso contra decisão manifestamente contrária às provas dos autos.

3.1. O sistema da escolha com base na íntima convicção dos jurados e a necessidade de fundamentação das decisões judiciais

Durante a vigência do sistema inquisitivo, o sistema de valoração das provas era o das provas tarifadas, isto é, os meios de prova possuem um valor probatório estabelecidos pelo legislador, cabendo ao juiz apenas averiguar as provas apresentadas no caso concreto³⁰⁴. A partir do fim da Inquisição, as críticas aos antigos valores inquisitoriais vieram à tona, porém, foi apenas em 1789, na França, que o princípio da livre convicção veio como uma alternativa ao antigo sistema de provas³⁰⁵.

Segundo Luigi Ferrajoli, essa foi o marco da mudança no paradigma jurisdicional. O Decreto 16-19 de setembro de 1791 da Assemblée Nationale Constituinte assim expôs: “vous décider d’après les charges et les moyens de défense, suivant votre conscience et votre intime conviction, avec l’impartialité et la fermeté qui conviennent à un homme probe et libre”³⁰⁶.

³⁰⁴ GOULART, 2018, p. 62.

³⁰⁵ DAMOUS, Igor da Costa. *Os standards probatórios como superação ao livre convencimento motivado no processo penal brasileiro*. Rio de Janeiro, 2015. 86 p. Trabalho de Conclusão de Curso 2. (Graduação em Direito). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. p. 20-21.

³⁰⁶ FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. p. 111. Tradução Livre: Juraís decidir conforme ao ônus e aos meios de defesa e segundo vossa consciência e vossa íntima convicção, com a imparcialidade e firmeza que convém a um homem livre).

Tal princípio implicou no fato de que o convencimento do julgador não mais estaria condicionado à presença desta ou daquela prova, e sim a sua discricionariedade na valoração das provas. Caberia ao juiz decidir segundo a sua consciência, não estando mais vinculado as provas que haviam sido produzidas, inclusive, podendo decidir contrário a elas³⁰⁷.

Toda essa nova liberdade atribuída aos juízes implicou, na prática, irracionalidade das decisões judiciais e também assegurou a inexistência de qualquer modo de controle da atividade jurisdicional. Devido a isso, não tardou para que essa nova forma de apreciação de provas também passasse a ser rechaçada³⁰⁸.

Buscou-se, então, uma forma de maior controle da racionalidade da decisão judicial. Assim, nasce na França o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, segundo o qual o juiz estaria restrito às provas dos autos, mas estaria livre para valorá-las e decidir, sendo necessário fundamentar o seu entendimento. O problema é que essa forma de valoração também encontrou solo fértil para mostrar seus atributos autoritários, a partir da possibilidade de interpretar provas com amplitude, sem balizas doutrinárias ou legais³⁰⁹.

Dessa forma, assim como foi com a íntima convicção, a nova forma de valoração das provas tornou-se uma pedra filosofal³¹⁰ da magistratura, legitimando decisões contrárias ao ordenamento jurídico a partir de motivações vazias, amplas e genéricas. Neste diapasão, Jacinto Coutinho explica que:

Basta a imunização da sentença com requisitos retóricos bem trabalhados e o magistrado decide da forma que quiser, sempre em nome da “segurança jurídica”, da “verdade” e tantos outros conceitos substancialmente vagos, indeterminados,

³⁰⁷ DAMOUS, 2015, p. 21-22.

³⁰⁸ Ibid., p. 22.

³⁰⁹ Ibid., p. 26.

³¹⁰ Ibid., p. 27. Segundo a lenda, a Pedra Filosofal era um instrumento capaz de transformar qualquer material, mesmo os mais toscos e simples, em ouro. Assim como esta, o livre convencimento motivado vem obtendo no imaginário dos juízes a capacidade de transformar qualquer decisão, mesmo que contrária ao ordenamento e desprovida de racionalidade, em uma decisão indigna de censura.

que, por excelência, ao invés de perenes e intocáveis, devem ser complementados e ampliados em razão das necessidades reais da vida; só não podem servir de justificação descentrada (e ser aceitos como tal), isto é, legitimadora de uma mera aparência³¹¹.

O artigo 93, inciso IX da Carta Magna brasileira expõe que:

Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e ***fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade***, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação (grifo meu).

O artigo 155 do Código de Processo Penal também explicita que o juiz é autorizado a formar:

Sua convicção ***pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial***, não podendo ***fundamentar*** sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas (grifo meu).

Sendo assim, a regra geral do sistema brasileiro é do livre convencimento motivado.

Entretanto, sendo competência do Tribunal do Júri, isso será diferente. O jurado julga com base na sua íntima convicção, sem necessidade de fundamentação, configurando uma exceção a regra constitucional³¹² que prevê o princípio do livre convencimento motivado. Eles devem decidir de acordo com as suas consciências, baseando, ou não, a sua decisão a elementos dos autos, e sem precisar explicitar qualquer motivação acerca de seu julgamento³¹³.

Deve-se atentar para que o júri é o julgamento pelos seus pares e não apenas uma decisão baseada na racionalidade e tecnicidade como nos demais

³¹¹ COUTINHO, Jacinto Nelson Miranda. *O papel do novo Juiz no Processo Penal*. Publicado no Empório do Direito em 16/04/2015.

³¹² BRASIL, *Constituição Brasileira de 1988*. Artigo 93, inciso IX.

³¹³ SEGUNDO, Antonio de Holanda Cavalcante; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. Íntima convicção, veredictos dos jurados e o recurso de apelação com base na contrariedade à prova dos autos: necessidade de compatibilidade com um processo de base garantista. *Revista Brasileira de Ciências Criminas*. RBCCRIM v. 116, Set./Out. 2015.

processos penais. Fala-se em democracia do júri justamente por isso: substitui-se o direito positivo a cargo do juiz, pelo sentimento da justiça oriundo do Tribunal Popular³¹⁴. Não se pode esquecer que os crimes de sua competência têm motivação que vão além do aspecto criminoso do fato, englobando circunstâncias inerentes a qualquer ser humano, como o ciúme, raiva, vingança, entre outros³¹⁵. A grandeza do Júri está justamente em sobrelevar a sabedoria popular em detrimento da dogmática e do tecnicismo³¹⁶.

Há quem afirme que essa exceção decorre dos princípios constitucionais da soberania dos veredictos e do sigilo das votações³¹⁷, inclusive, pois se o jurado fosse obrigado a fundamentar a sua decisão, violaria o sigilo das votações³¹⁸.

Já os que entendem que o Tribunal do Júri não seria um órgão judiciário, afirmam que é a própria Constituição Federal que excepciona a regra ao dizer que o sistema de valoração com base no livre convencimento motivado deve ser utilizado por todos os órgãos do Poder Judiciário elencado no artigo anterior, o que não inclui o Tribunal Popular. Ainda, alguns entendem que, devido a isso, o juiz presidente deveria fundamentar a sua decisão ao materializar a vontade dos jurados por meio da sentença.

Ademais, a escolha do sistema da íntima convicção também se extrai do compromisso realizado pelos jurados no início da sessão de julgamento, que diz expressamente “proferir vossa decisão de acordo com a *vossa*

³¹⁴ PACELLI, 2017, p. 754.

³¹⁵ RODRIGUES, 2012, p. 45.

³¹⁶ JARDIM, Eliete Costa Silva. *Absolvição fundada no quesito genérico: ausência de vinculação à prova dos autos e irrecorribilidade*. Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/02/02/absolvicao-fundada-no-quesito-generico-ausencia-de-vinculacao-prova-dos-autos-e-irrecorribilidade/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

³¹⁷ VALENTIM, Daniella Pinto. *Tribunal do Júri: Uma análise crítica do quesito genérico de absolvição e da apelação por decisão manifestamente contrária à prova dos autos*. Brasília, 2015. 63 p. Monografia (Graduação em Direito) Universidade de Brasília – UnB. p. 14.

³¹⁸ GOULART, 2018, p. 72.

consciência e os ditames da justiça (grifo meu)³¹⁹, o que deixa claro que eles não têm obrigação de julgar conforme a lei.

Corrobora para isso o fato de todas as teses defensivas terem sido acopladas em um único quesito. Nesse sentido, Nucci leciona:

Simplificou-se a elaboração da tese defensiva, inserindo-a num único quesito, mas também abriu-se a chance de ser o réu absolvido por vontade popular, mesmo que ao arrepio da lei escrita. Leigos julgam o ser humano, além do fato. Não devem nenhuma satisfação ao Judiciário togado, em relação ao seu veredito³²⁰.

Não seria lógico atribuir a competência para julgar os crimes dolosos contra a vida para pessoas leigas, e, ao mesmo tempo, exigir que os jurados julguem como juízes de Direito, pois o que se espera do Tribunal Popular soberano é a liberdade para decidir³²¹. Se o veredito devesse se limitar à lei e às provas constantes nos autos, preferível seria que os juízes togados fossem os responsáveis para tal julgamento.

3.2. Choque entre princípios: a soberania dos vereditos e o duplo grau de jurisdição

Conforme apresentado anteriormente, a Carta Magna de 1988 traz como um dos princípios do Tribunal do Júri a soberania dos vereditos³²². Entretanto, também há a previsão no ordenamento jurídico pátrio do princípio do duplo grau de jurisdição³²³.

O princípio da soberania dos vereditos, consoante o exposto alhures, diz respeito ao dever de a decisão proferida pelo Conselho de Sentença ser a máxima expressão do julgamento, de forma que nenhum outro órgão

³¹⁹ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 472.

³²⁰ NUCCI, 2018, p. 283.

³²¹ SILVA, 2018, p. 39.

³²² BRASIL, *Constituição Brasileira de 1988*. Artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea c.

³²³ EUA, *Convenção Americana de Direitos Humanos*. Artigo 8º, 2, h.

Há quem sustente, ainda, que tal princípio estaria previsto no artigo 5º, inciso LV da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

jurisdicional poderá alterar a decisão quanto ao mérito da causa, sob pena de substituir os jurados³²⁴.

O princípio do duplo grau de jurisdição, diferentemente da soberania dos veredictos, não está de forma explícita na Constituição. Constitui uma garantia individual implícita. Faz-se necessário analisar o artigo 5º, parágrafo 2º da Carta Magna, em conjunto com o previsto no Capítulo III, do Título IV, bem como com o artigo 5º, inciso LV do mesmo dispositivo, para que se extraia a importância da existência de recursos para o livre e pleno exercício da defesa dos acusados³²⁵. Ainda, há quem defenda o *status* constitucional desse princípio, por meio da ratificação, pelo Brasil, da Convenção Americana dos Direitos Humanos, especificamente no artigo 8º, 2, h³²⁶.

Tal princípio permite a parte interessada a revisão, total ou parcial, por instância superior, do julgado que considerou contrário aos seus interesses, possuindo o direito de obter uma nova decisão em substituição à primeira. O fato de se exigir que a revisão seja feita por um órgão jurisdicional hierarquicamente superior, permite que a matéria, tanto de fato quanto de direito, seja analisada por um número maior de juízes (uma vez que será um órgão colegiado), cuja formação, em regra, exibe maior experiência judicante³²⁷.

Destaca-se, desde já, que não há princípios absolutos nem supremos no ordenamento pátrio, de forma que deve ser realizada uma ponderação e harmonização dos mesmos, inclusive, pois, no caso em debate, ambos possuem *status* constitucional. Sendo assim, afirmar o respeito a soberania dos veredictos, não implica em afastar necessariamente a possibilidade de submeter a decisão do Tribunal Popular ao duplo grau de jurisdição³²⁸.

³²⁴ NUCCI, 2018, p. 434.

³²⁵ Ibid., p. 433-434.

³²⁶ GRINOVER, Ada Pellegrini et al., *Recursos no processo penal*. São Paulo. Ed: RT, 1996. p. 24.

³²⁷ PACELLI, 2017, p. 950.

³²⁸ NUCCI, 2018, p. 434.

Feu Rosa, citado por James Tubenchlak, entende que a Constituição de 1988 ao restabelecer a soberania do júri e atribuindo-lhe o direito de julgar se o acusado é culpado ou inocente, restringiu aos Tribunais de Apelação a análise das questões de direito, isto é, ao exame se o julgamento obedeceu às prescrições legais³²⁹.

Tubenchlak entende que não se sustenta o princípio do duplo grau de jurisdição no Júri, pois o mesmo não é um órgão do Poder Judiciário, tanto que não se submete ao princípio da motivação das decisões, e também, pois os jurados estão atrelados ao chamado livre convencimento ou persuasão racional³³⁰.

Reforça tal entendimento o fato de o Deputado José Egreja ter proposto a emenda constitucional nº 29.288, que incluía “a soberania dos vereditos, salvo quando a decisão for manifestamente contrária à prova dos autos”, que foi rejeitada, *ipso facto*, pela soberania total do júri³³¹.

Por outro lado, alguns doutrinadores e a jurisprudência dominante entendem que a interposição e provimento de recurso não acarretará desrespeito da soberania dos vereditos no que tange ao mérito, uma vez que o Tribunal Superior anularia o julgamento, remetendo a outro Conselho de Sentença³³². Para Nucci, não seria um problema, uma vez que caberá ao novo Júri discutir o mérito da questão³³³. Lênio Streck entende nesse mesmo diapasão³³⁴. O STF também segue essa linha, entendendo como cabível a apelação contra as decisões que se mostrarem manifestamente contrárias às provas dos autos³³⁵.

³²⁹ TUBENCHLAK, James. Soberania dos veredictos do júri: inconstitucionalidade de recurso versando o mérito. In: *Livro de Estudos Jurídicos*, n. 4. Rio de Janeiro, IEJ, 1992, p. 226 apud STRECK, Lenio Luiz. 2001, p. 163.

³³⁰ Ibid., 163-164.

³³¹ STRECK, 2001, p. 163.

³³² RODRIGUES, 2012, p. 31.

³³³ NUCCI, 2018, p. 434.

³³⁴ STRECK, 2001, p. 164.

³³⁵ RT 664/376.

No que tange ao recurso, adoto uma posição similar a Feu Rosa. O processo penal brasileiro como um todo está baseado na tecnicidade. Devido a isso, a instituição do Júri causa estranhamento para alguns, uma vez que se espera que a decisão se baseie unicamente nos autos. Contudo, não se pode olvidar que os sete jurados devem julgar com base na sua íntima convicção. Sendo assim, não seria possível admitir um recurso por decisão manifestamente contrária à prova dos autos, conforme será explorado com mais afinco adiante. Entretanto, isso não significa que todo recurso não será admitido.

Ressalta-se que isso não fere o duplo grau de jurisdição. Da mesma forma que não será possível recurso para qualquer decisão do Tribunal do Júri, sendo uma ação penal de competência originária dos tribunais de segunda instância, não há o que se falar em violação ao duplo grau de jurisdição, pois não há recurso ordinário cabível. Nesse caso, o afastamento da exigência de tal princípio decorria da própria Constituição³³⁶, tal como no Tribunal Popular.

3.3. (In)validade do recurso insurgente contra decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos

Após o veredito do Tribunal do Júri, o recurso cabível é a Apelação. Conforme o artigo 593, inciso III do Código de Processo Penal:

Art. 593. Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias:

III - das decisões do Tribunal do Júri, quando

a) ocorrer nulidade posterior à pronúncia;

b) for a sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados;

³³⁶ PACELLI, 2017, p. 951.

c) houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança;

d) for a decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos;

Dentro de um contexto de processo penal garantista, isto é, que busca garantir os direitos fundamentais do acusado, bem como protege-lo do Poder Estatal, é necessário que se reanalise o recurso de apelação contra decisão manifestamente contrária às provas dos autos, sobretudo após a reforma de 2008 com a unificação do quesito defensivo. Esta é a única hipótese que se relaciona ao Conselho de Sentença.

Antes da Lei nº 11.689/08 as possibilidades de absolvição estavam restritas as teses apresentadas pela defesa, uma vez que cada uma delas seria quesitada especificamente, o que, de certa forma, mitigava a decisão com base na íntima convicção³³⁷. Isso mudou com a redação única do quesito absolutório.

Um dos impasses que surge com o novo terceiro quesito diz respeito a fase recursal, uma vez que não será possível saber qual tese foi acolhida pelos jurados. Há quem entenda que, devido a isso, se a acusação desejar recorrer, deverá rebater todas as teses apresentadas em plenário, a fim de demonstrar que elas são manifestamente contrárias às provas dos autos, sem contar que o juízo de segundo grau enfrentará a mesma dificuldade, pois também deverá apreciar cada uma das teses de defesa³³⁸. Entendo que se a Constituição assegurou o sigilo das votações, bem como a soberania dos vereditos e desnecessidade de fundamentação da decisão do Júri, esse não é o argumento mais forte a ser apresentado como se passa a expor.

O princípio da soberania dos vereditos constitui garantia ao acusado e confere um caráter de imutabilidade a decisão dos jurados. Sustenta-se que tal princípio só poderia ser limitado por normas que também buscassem

³³⁷ SEGUNDO; SANTIAGO, 2015.

³³⁸ ARRUDA; SILVA, Acesso em: 6 jun. 2019. p. 2.

garantir direitos de defesa e liberdade. Sendo assim, se a apelação que ora se discute fosse acusatória, violaria a norma constitucional garantidora, inclusive, pois a íntima convicção não poderia ser utilizada para legitimar condenação sem provas. Diferente seria se o recurso fosse da defesa, pois seria mais um instrumento jurídico de uso exclusivo do acusado, tal como os embargos infringentes e de nulidade e a revisão criminal. Quem defende tal argumento, sustenta que isso não feriria a harmonia processual nem a paridade de armas, pois seria um instrumento de garantia de direitos individuais de liberdade em face do arbítrio estatal³³⁹.

Tubenchlak defende que esse deveria ser um recurso exclusivo da defesa, uma vez que também é princípio constitucional o direito à liberdade. Nessa esteira, tal recurso representaria uma forma de “forçar a barra” para alterar uma decisão que favoreça o réu³⁴⁰.

Geraldo Prado é outro autor que entende pela inadmissibilidade de interposição de qualquer recurso de mérito pelo órgão da acusação. Inúmeros julgados da Suprema Corte Americana entendem que o réu estaria sendo submetido a um segundo julgamento pelo mesmo fato, o que constituiria *bis in idem*³⁴¹. Julio Maier explica que “el juicio público ante jurados y la concepción del recurso del imputado contra la condena como una garantía procesal penal, impide conceder al acusador más de una oportunidad para perseguir penalmente y lograr la condena, oportunidad sintetizada en el juicio ante el jurado”³⁴².

O grande destaque no que tange aos recursos é que as alterações trazidas pela Lei nº 11.689/2008 quanto a quesitação restringem as possibilidades de apelação com fulcro no artigo 593, inciso III, d, do CPP,

³³⁹ SEGUNDO; SANTIAGO, 2015.

³⁴⁰ VALENTIM, 2015, p. 26.

³⁴¹ SEGUNDO; SANTIAGO, 2015.

³⁴² MAIER, Julio B. J. *La impugnación del acusador: ¿un caso de ne bis in idem?*. 2010. Versão parcial e sintética do ponto Posibilidad de impugnar la sentencia de condena, publicado no livro *Derecho procesal penal*. 2ª ed., Buenos Aires: Del Puerto, 1996. t. I. Disponível em: <http://www.edgardeleon.com/2010/11/la-impugnacion-del-acusador-un-caso-de.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

privilegiando o princípio da soberania dos vereditos. Isso ocorre, pois tais modificações implicaram em uma abertura para a defesa, permitindo um julgamento conforme o senso de justiça vigente na sociedade, de forma que, além das causas legais, também pode utilizar-se de causas supraleais, clemências e até razões humanitárias³⁴³.

Nas palavras de Rangel “O júri absolve, de acordo com a nova quesitação (art. 483 CPP), pelo motivo que quiser e bem entender...”³⁴⁴. Ressalta-se que não há contradição na absolvição, ainda que anteriormente se tenha reconhecido a materialidade e autoria, inclusive porque não haveria lógica na previsão de um quesito em que a resposta obrigatoriamente seja não³⁴⁵.

Rangel, ainda, reforça seu argumento ao explicar que:

Os jurados, com o advento da Lei nº 11.689/08, não estão mais obrigados a seguir essa ou aquela tese defensiva, ou seja, podem absolver pelo motivo que quiser, independentemente de acolher a tese técnica jurídica defensiva exposta pelo advogado e/ou defensor público. O júri é soberano e soberania não é autonomia. Os jurados não estão sujeitos ao que as partes sustentam em plenário, salvo quanto aos limites da acusação, isto é, **não podem aumentar o *thema decidendum* estabelecido pelo MP em sua acusação, mas não estão obrigados a seguir a tese técnica jurídica defensiva** (grifo meu).

Como a absolvição não precisa ser lastreada na prova dos autos ou na lei, o veredito seria irrecorrível, sob pena de violação à soberania dos vereditos. Não faria sentido que os jurados pudessem decidir pelas suas próprias razões e se permitisse a cassação da decisão. Por outro lado, sendo o réu condenado, haveria a necessidade de que estar vinculado ao acervo probatório³⁴⁶.

Na mesma linha propala Afrânio Silva Jardim, que para a condenação, deve-se ter em conta tão somente o direito penal do fato, enquanto para a absolvição, podem e devem ser conjugados o direito penal do fato e o direito

³⁴³ VALENTIM, 2015, p. 26.17.

³⁴⁴ RANGEL, 2018, p. 263.

³⁴⁵ VALENTIM, Op. cit., p. 26.17.

³⁴⁶ Ibid., p. 22.

penal do autor. Nesse sentido, o Júri estaria atrelado às provas dos autos para a condenação, uma vez que só é lícito condenar com base em fatos, que são objetos de prova, não sendo suficientes as circunstâncias pessoais e individuais do acusado, sob pena de violar o direito fundamental à liberdade e a presunção de inocência. Mas, no tocante a absolvição, poderia este utilizar-se dos fatos ou de qualquer razão, inclusive subjetiva³⁴⁷.

Neste compasso, a absolvição pelo quesito genérico absolutório não poderá ser afastada por recurso insurgente com base em decisão contrária às provas dos autos, visto que motivações subjetivas que podem ser levadas em conta para tal veredito podem não ser respaldadas em provas dos autos, inclusive podendo ir contra as mesmas³⁴⁸. Ademais, tendo em vista a íntima convicção e que não há fundamentação acerca do veredito, seria impossível avaliar a *ratio decidendi* dos jurados³⁴⁹.

Guilherme Madi Rezende leciona que o novo quesito absolutório, genérico e obrigatório, possui duas finalidades. A primeira seria condensar em uma só pergunta todas as teses da defesa, a fim de simplificar a resposta dos jurados, como exposto alhures. A segunda seria permitir que o jurado absolva por qualquer razão, ainda que não sustentada pelas partes, com base na sua sensibilidade, podendo ser por piedade, compaixão, ou qualquer outro sentimento³⁵⁰.

Há quem sustente, ainda, que apesar de não ser possível o recurso por decisão manifestamente contrária às provas dos autos, quando baseado no terceiro quesito, não haveria problema se fosse com base nos dois primeiros³⁵¹. Tal recurso seria cabível quando a decisão derivar de uma resposta com indagação relativa a fatos³⁵².

³⁴⁷ JARDIM, *Absolvição fundada no quesito genérico*: ausência de vinculação à prova dos autos e irrecorribilidade. Acesso em: 6 jun. 2019.

³⁴⁸ Ibid., p. 23-24.

³⁴⁹ SEGUNDO; SANTIAGO, 2015.

³⁵⁰ Ibid., 2015.

³⁵¹ Ibid., 2015.

³⁵² JARDIM, *Absolvição fundada no quesito genérico*: ausência de vinculação à prova dos autos e irrecorribilidade. Acesso em: 6 jun. 2019.

Data vênia, essa afirmação não se sustenta. Existem muitos problemas práticos em relação aos quesitos de materialidade e autoria que não foram o escopo desse trabalho. Se isso fosse possível, haveria um recurso contra decisão que acolheu tese negativa de autoria ou de materialidade e novamente se estaria discutindo acerca da consciência dos jurados. Também poderia haver um problema quanto a amplitude desses quesitos, pois, se muito rasos, não sustentariam um recurso e, se muito detalhados, correriam o risco de adentrar em detalhes pertinentes ao terceiro quesito. Afirmar, por exemplo, que o acusado matou alguém, não basta para que o mesmo seja condenado, uma vez que podem existir excludentes de culpabilidade, de ilicitude, de tipicidade, bem como simplesmente uma razão subjetiva do julgador.

Dentre os julgados analisados, assunto recorrente é o caso em que a defesa trabalha a tese única de negativa de autoria. Alguns entendem que, nesse caso, se os jurados responderem “sim” ao quesito de autoria, afastando a tese defensiva, o réu deveria ser condenado³⁵³. Entretanto, como defendido alhures, a Lei nº 11.689/08 traz o terceiro quesito como obrigatório. Portanto, ainda que os jurados reconheçam o acusado como autor do crime, poderiam absolver-o com base na sua íntima convicção.

Nucci comunga que:

O Tribunal do Júri é composto por jurados, pessoas leigas em Direito, extraídas das mais distintas classes sociais. Podem decidir como bem quiserem, sem dar fundamento ao seu voto, nem torná-lo público. Eis por que o réu precisa de todas as garantias possíveis, as mais efetivas e eficazes. Outra não foi a meta do legislador, ao fixar, como obrigatório, o quesito abrangente da defesa. Os jurados devem ter, sempre, a oportunidade de apreciar livremente a materialidade e a autoria do fato. Após, com base em inúmeras teses defensivas viáveis, mas também a existência da mera clemência, o Tribunal do Júri tem o direito constitucional impostergável de absolver o acusado, se assim desejar.

Em nossa visão, sabendo que o quesito (inciso III, art. 483) é obrigatório e será oferecido à apreciação dos jurados, deve o defensor, ainda que pretenda negar a

³⁵³ GOMES, *Críticas à nova quesitação do Júri*. Acesso em: 27 ago. 2019. p. 55.

autoria, ter disponível qualquer tese subsidiária, para apresentar ao Conselho de Sentença, quando da apreciação do quesito indagando se o réu deve ser absolvido.

O acusado pode ser considerado indefeso pelo magistrado, caso o defensor se limite a discutir unicamente a materialidade ou autoria, ignorando outras teses, que poderão servir de lastro ao referido quesito (grifo meu)³⁵⁴.

Apesar de concordar com a primeira afirmação do brilhante autor, isto é, de que o quesito genérico permite absolver sob qualquer fundamento, data máxima vênia, não socorre o argumento que o defensor tem que obrigatoriamente sustentar tese subsidiária a negativa de autoria. Neste diapasão, expõe a Defensora Pública Eliete Costa Jardim:

A plenitude de defesa não pode conviver com amarras e imposições de qualquer espécie. Muitas vezes a apresentação de uma tese subsidiária enfraquece a tese principal e desacredita a Defesa frente aos juízes leigos, pouco familiarizados com o princípio da eventualidade. A depender do caso concreto, a apresentação de diversas teses defensivas pode confundir os jurados, aparentar contradição ou dar a impressão de que nem a Defesa acredita no que está sustentando. Deste modo, a pretexto de garantir a plenitude de defesa, a obrigatoriedade de sustentação de qualquer tese pode prejudicar o próprio exercício do direito de defesa³⁵⁵.

O Superior Tribunal de Justiça ao julgar o Habeas Corpus 276.627-RJ³⁵⁶ defendeu a obrigatoriedade do quesito defensivo, de forma que a

³⁵⁴ NUCCI, 2018, p. 282.

³⁵⁵ JARDIM, *Absolvição fundada no quesito genérico*: ausência de vinculação à prova dos autos e irrecorribilidade. Acesso em: 6 jun. 2019.

³⁵⁶ HC 276.627/RJ, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, Julgado em: 03/12/2013, DJe 13/12/2013. Disponível em:

<https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=276627&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 08/06/2019.

EMENTA: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

VERIFICAÇÃO DE EVENTUAL COAÇÃO ILEGAL À LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO.

VIABILIDADE. PACIENTE ABSOLVIDO PELO CONSELHO DE SENTENÇA COM BASE NA RESPOSTA POSITIVA AO QUESITO GENÉRICO DE ABSOLVIÇÃO (ART. 483, III, DO CPP). APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FUNDAMENTADA NO ART.

593, III, D, DO CPP (DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS). ACÓRDÃO HOSTILIZADO QUE SE LIMITOU A AFIRMAR QUE, TENDO OS JURADOS RESPONDIDO POSITIVAMENTE A RESPEITO DA MATERIALIDADE E AUTORIA, A DECISÃO DE ABSOLVIÇÃO MOSTRA-SE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. QUESITO GENÉRICO DE ABSOLVIÇÃO QUE INDEPENDE DAS TESES SUSTENTADAS EM PLENÁRIO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. É inadmissível o emprego do habeas corpus em substituição a recurso especialmente previsto no texto constitucional (precedentes do STJ e do STF).

resposta positiva dos jurados quanto a materialidade e autoria, não implica que a absolvição venha a ser considerada contrária às provas dos autos.

Reforça Rangel:

Se a defesa técnica sustentou, exclusiva e unicamente, a tese negativa de autoria, pode e devem os jurados absolver o réu por qualquer outro motivo se assim entender presente, diante do caso concreto (...) Absolvido o réu, absolvido ficará. Não há contradição a ponto de justificar a anulação do julgamento. Contradição é dizer que o júri é soberano, que o sistema de provas no júri é o da íntima convicção, mas não aceitar a decisão do conselho de sentença que absolve o réu por uma razão diferente da sustentada pela defesa técnica³⁵⁷.

Por outro lado, há julgados³⁵⁸ que discordam do exposto, sob o argumento de que o quesito absolutório não seria obrigatório, o que, como já defendido alhures, não prospera.

Insta salientar, ainda, que parte da doutrina entende pela viabilidade do recurso em face de decisão contrária às provas dos autos. Nucci explica que o tribunal poderia dar provimento à apelação, submetendo o acusado a um novo julgamento por um novo júri, se, por exemplo, determinada qualificadora não encontrasse respaldo algum nas provas dos autos. Segundo

2. Apesar de se ter solidificado o entendimento no sentido da impossibilidade de utilização do habeas corpus como substitutivo do recurso cabível, este Superior Tribunal analisa, com a devida atenção e caso a caso, a existência de coação manifesta ao direito de ir e vir, não tendo sido aplicado o referido entendimento de forma irrestrita, de modo a prejudicar eventual vítima de coação ilegal ou abuso de poder e convalidar ofensa à liberdade ambulatorial.

3. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firme no sentido de que o quesito genérico de absolvição, previsto no art. 483, III, do Código de Processo Penal, deve ser formulado independente das teses sustentadas em Plenário, em observância ao princípio da plenitude da defesa e soberania dos veredictos.

4. A conclusão no sentido de que a decisão dos jurados, em razão apenas da resposta positiva aos questionamentos sobre a materialidade e autoria do crime, mostra-se contrária à prova dos autos configura não só um esvaziamento do conteúdo do quesito genérico de absolvição, como também ofensa à soberania dos veredictos.

5. Evidenciado que o Tribunal de origem, ao dar provimento ao recurso de apelação interposto pela acusação para determinar a submissão do paciente a novo julgamento, utilizou como fundamento único o fato de os jurados terem respondido positivamente aos quesitos relacionados à autoria e materialidade do crime, concluindo que a decisão dos jurados se encontra contrária à prova dos autos, deve ser cassado o acórdão hostilizado e restabelecida a decisão absolutória de primeiro grau.

6. Writ não conhecido. Ordem de habeas corpus concedida de ofício, para cassar o acórdão que determinou a submissão do paciente a novo julgamento, devendo ser restabelecida a decisão absolutória de primeiro grau.

³⁵⁷ RANGEL, 2018, p. 261-262.

³⁵⁸ Apelação nº 1999 07 1 011529-5/DF, Rel. Mario Machado, 1ª Turma Criminal. Julgado em: 09/09/2010.

o autor, não caberia tal recurso no caso de existir mais de uma corrente de interpretação da prova e o jurado optar por uma delas³⁵⁹.

Apesar de tal argumentação, impende pontuar que, além de não respeitar princípios constitucionais, o órgão superior ao avaliar se deve haver um novo júri, indiretamente julga o mérito, pois anular o julgamento com base na contrariedade às provas dos autos, sugere, ainda que subjetivamente, que o mérito está errado e que a decisão deve ser outra, o que influenciará no novo julgamento³⁶⁰. Representaria, no mínimo, um problema quanto ao argumento de autoridade, ainda que sutil, o que poderia prejudicar a plenitude de defesa do réu³⁶¹.

Após apresentação e análise doutrinária, importante compreender como os tribunais têm apreciado o tema. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Habeas Corpus nº 112.472/MG³⁶² concluiu que o princípio da soberania dos vereditos não é violado quando há um novo Júri, quando no anterior a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos.

Segundo o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Habeas Corpus nº 254.730/SP³⁶³, para tal, não pode haver nenhum amparo legal nos

³⁵⁹ NUCCI, 2018, p. 469.

³⁶⁰ RODRIGUES, 2012, p. 49.

³⁶¹ VALENTIM, 2015, p. 26.28.

³⁶² HC 112472, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma. Julgado em: 19/11/2013, Processo Eletrônico DJe-238 DIVULG 03-12-2013 PUBLIC 04-12-2013. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28112472%29&base=baseAcor daos&url=http://tinyurl.com/yzlwyy94>. Acesso em: 08/06/2019.

EMENTA: Habeas corpus. 2. Constitucional e Processual Penal. 3. Tribunal do júri. Decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Anulação da decisão proferida pelo Conselho de Sentença e determinação de submissão do paciente a novo julgamento perante o Tribunal do Júri. 4. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que o princípio constitucional da soberania dos veredictos não é violado pela realização de novo julgamento do Júri, quando a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos. Precedentes. 5. Alegação de excesso de linguagem. Não ocorrência. 6. Ordem denegada.

³⁶³ HC 254.730/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em Brasília em 24/09/2013, DJe 04/10/2013.

EMENTA: HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. PROCESSO PENAL. ABSOLVIÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS.

INOCORRÊNCIA. OPÇÃO DOS JURADOS PELA TESE DEFENSIVA QUE ENCONTRA AMPARO NO CONJUNTO PROBATÓRIO. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENTE.

elementos dos autos, pois, se na verdade existirem duas teses contrárias e havendo plausibilidade na escolha de uma delas pelos jurados, o recurso não se sustenta. Da mesma forma entendeu o Tribunal do Estado do Rio de Janeiro ao julgar a Apelação nº 0005715-39.2008.8.19.0001/RJ³⁶⁴.

1. À luz do disposto no art. 105, I, II e III, da Constituição Federal, esta Corte de Justiça e o Supremo Tribunal Federal não vêm mais admitindo a utilização do habeas corpus como substituto de recurso ordinário, tampouco de recurso especial, nem como sucedâneo da revisão criminal, sob pena de se frustrar a celeridade e desvirtuar a essência desse instrumento constitucional.

2. Assim, verificada hipótese de dedução de habeas corpus em lugar do recurso próprio, impõe-se a rejeição da impetração. Cumpre ressaltar que, uma vez constatada a existência de ilegalidade flagrante, nada obsta que esta Corte defira ordem de ofício, como forma de desconstituir o constrangimento ilegal.

3. De notar que a pretensão aqui deduzida prescinde do cotejo do material cognitivo, mister inviável, como de sabença, de ser efetuado na via estreita do habeas corpus, cingindo-se a controvérsia tão somente à análise da norma insculpida na alínea "d" do inciso III do art. 593 do CPP.

4. A decisão proferida pelo Júri Popular somente pode ser anulada, em sede de apelação, com base no art. 593, III, "d", do Código de Processo Penal, quando absolutamente improcedente, sem amparo nos elementos dos autos.

5. Com efeito, existindo duas teses contrárias e havendo plausibilidade na escolha de uma delas pelo Tribunal do Júri, não pode a Corte Estadual cassar a decisão do Conselho de Sentença para dizer que esta ou aquela é a melhor solução, sob pena de ofensa ao art. 5º, XXXVIII, da Constituição Federal.

6. No caso, basta a simples leitura da sentença de pronúncia e do acórdão impugnado para se constatar a evidente ofensa ao princípio da soberania dos veredictos, já que cada uma das versões - acusação e defesa - está amparada pelo conjunto probatório.

7. Em plenário, o Parquet defendeu a tentativa de homicídio, mas não convenceu os jurados, que preferiram acatar a versão fornecida pela defesa no sentido de não ser o réu o autor do crime, inclusive com a invocação de um álibi, que afirmou estar com o acusado, em outro local, no horário do crime.

8. Assim, reconhecida a negativa de autoria, em conformidade com os fatos e provas apresentados, não poderia o Tribunal de origem, via recurso de apelação, desconstituir a escolha dos jurados, procedendo interpretação que, sob sua ótica, se coaduna melhor com à hipótese dos autos.

9. Houve, na realidade, um erro de valoração do material probatório (erro juris), que redundou na negativa de vigência do dispositivo de lei federal acima citado, sutil, mas, diferente do reexame de provas.

10. Diante do exposto, não conheço do habeas corpus. Ordem concedida de ofício a fim de, cassando o acórdão hostilizado, restabelecer a decisão dos jurados, que absolveu o paciente.

³⁶⁴ Ap 0005715-39.2008.8.19.0001/RJ, Rel. Sidney Rosa da Silva, 7ª Câmara. Julgado em: 31/08/2010.

Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL. CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E DISPARO DE ARMA DE FOGO EM VIA PÚBLICA. Em matéria de julgamento pelo Tribunal do Júri, a regra é a de que a Soberania dos julgados deve ser respeitada, somente podendo ser modificados seus veredictos por outro julgamento popular, cabendo às Cortes de Apelação a análise, apenas, da legalidade do julgamento. Desta forma, pode o Julgamento ser anulado quando ocorrer de forma manifestamente contrário à prova dos autos. Observe-se que o vocábulo é "manifestamente". Portanto, se houver duas vertentes de tese, e tendo os jurados optado por uma delas, não há que se falar em julgamento manifestamente contrário à prova dos autos. In casu, a preliminar argüida deve ser rechaçada de imediato, haja vista que o réu foi retirado do plenário por estar a testemunha constrangida, se sentindo ameaçada, sendo este um dos deveres básicos do Juiz-Presidente, a fim de entregar aos jurados a prova de maneira clara e tranqüila (art. 217 do CPP). Os jurados optaram pela tese do Ministério Público amparada pelo depoimento da testemunha presencial. Crimes em continuidade delitiva. Pena exasperada que deve ser redimensionada. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO PARCIAL.

Conclui-se, portanto, que a jurisprudência dominante nas Cortes Superiores demonstra a possibilidade de interposição desta apelação, afirmando que não viola a soberania dos vereditos. Apenas afasta-se dessa jurisprudência defensiva quando o Tribunal Popular deprecia alguma prova ou prestigia outra³⁶⁵.

Já a jurisprudência do TJRS, seguindo sua tradição vanguardista, entendeu ser possível a absolvição por perdão, bem como que a apelação da acusação contra a absolvição pelo quesito absolutório viola a soberania dos vereditos. O TJMG se pronunciou no sentido de que os jurados não estão limitados as teses defensivas, podendo absolver por clemência. O TJSP seguiu a mesma linha de raciocínio, acrescentando que o quesito genérico de absolvição veio para beneficiar o réu, assim como para fortalecer a soberania dos vereditos³⁶⁶.

Devido a diferença de entendimento das Cortes Superiores com alguns Tribunais de Justiça, por muito tempo se aguardou a decisão do STF no RHC nº 117.076³⁶⁷, no qual se pleiteou a atualização da interpretação do artigo 593, inciso III, alínea *d* do Código de Processo Penal, no sentido de que o veredito absolutório em resposta ao quesito genérico jamais pudesse ser objeto de recurso³⁶⁸.

O relator Ministro Celso de Mello concedeu pedido liminar³⁶⁹ com base nas seguintes razões:

Sendo esse o contexto, passo a apreciar o pedido de medida cautelar formulado pelo ora recorrente. E, ao fazê-lo, entendo plausível, em sede de estrita delibação, a pretensão cautelar em exame, no ponto em que se sustenta, com base no art. 483, III e § 2o, do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei no 11.689/2008,

³⁶⁵ VALENTIM, 2015, p. 26.52.

³⁶⁶ Ibid., p. 53.

³⁶⁷ RHC nº 117.076/117.076/PA, Rel. Min. Celso de Mello. Julgado em: 01/08/2019, DJE nº 169. Divulgado em: 02/08/2019. Publicado em: 05/08/2019. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15340720368&ext=pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

³⁶⁸ SEGUNDO; SANTIAGO, 2015.

³⁶⁹ Medida Cautelar no Recurso Ordinário em Habeas Corpus 117.076/PA, Rel. Min. Celso de Mello. Julgado em: 16/09/2013. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=171204408&ext=pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

que não mais se revelaria viável a utilização, pelo órgão da acusação – como meio de impugnação às decisões absolutórias proferidas pelo Tribunal do Júri com apoio em referidos preceitos normativos –, do recurso de apelação a que alude o art. 593, III, “d”, do CPP. Com efeito, não se pode ignorar a existência de expressiva orientação jurisprudencial no sentido de que, com o advento da Lei no 11.689/2008, **os jurados teriam passado a gozar de ampla e irrestrita autonomia na formulação de juízos absolutórios, não se achando adstritos, em sua razão de decidir, seja às teses suscitadas em plenário pela defesa, seja a quaisquer outros fundamentos de índole estritamente jurídica.** (...) Considerado esse entendimento – que merecerá, em momento oportuno, detida reflexão por parte desta Corte –, **revelar-se-ia, aparentemente, inadmissível, por incongruente com a recente reforma introduzida no procedimento penal do júri, o controle judicial das decisões absolutórias proferidas pelo Tribunal do Júri com fundamento no art. 483, III e § 2o, do CPP, quer pelo fato, pragmaticamente relevante, de que os fundamentos efetivamente acolhidos pelo Conselho de Sentença restariam desconhecidos, quer pelo fato, não menos importante, de que a fundamentação adotada pelos jurados poderia, ao menos virtualmente, extrapolar os próprios limites da razão jurídica** (grifo meu).

Em seguida, tendo em vista o pedido do Ministro Relator, a Douta Procuradoria-Geral da República se manifestou alegando que: a) conforme pacífico entendimento, o princípio constitucional da soberania dos veredictos não impede a determinação da realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri, nos casos em que fica reconhecido que decisão dos jurados é manifestamente contrária à prova dos autos; b) os jurados acolheram a tese da excludente supralegal da culpabilidade, que está dissociada da prova, se apoiando no depoimento de testemunhas; c) teria o Tribunal do Júri uma soberania limitada, uma vez que teria liberdade para julgar apenas dentro dos autos d) a unificação das teses defensivas não alterou o recurso do artigo 593, III, “d”, do CPP.

Recentemente, em 05/08/2019 foi publicada a decisão monocrática do respeitável Ministro, da qual foi interposto agravo regimental, pendente de julgamento. Deu-se provimento ao recurso ordinário para invalidar o acórdão proferido pelo E. Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, restabelecendo-se a decisão proferida pelo Conselho de Sentença que absolveu o acusado, com base no artigo 483, III do CPP. Apesar do Ministério Público Federal ter se insurgido, importante colacionar a ementa da referida decisão:

EMENTA: Recurso ordinário em “habeas corpus”. Tribunal do Júri. Quesito genérico de absolvição (art. 483, inciso III, e respectivo § 2o, do CPP). Interposição, pelo Ministério Público, do recurso de apelação previsto no art. 593, inciso III, alínea “d”, do CPP. Descabimento. Doutrina. Jurisprudência. Recurso ordinário provido.

– **A previsão normativa do quesito genérico de absolvição** no procedimento penal do júri (CPP, art. 483, III, e respectivo § 2o), formulada com o objetivo de **conferir preeminência à plenitude de defesa, à soberania do pronunciamento do Conselho de Sentença e ao postulado da liberdade de íntima convicção dos jurados, legitima a possibilidade de os jurados – que não estão vinculados a critérios de legalidade estrita – absolverem o réu segundo razões de índole eminentemente subjetiva ou de natureza destacadamente metajurídica**, como, p. ex., o juízo de clemência, ou de equidade, ou de caráter humanitário, eis que **o sistema de íntima convicção dos jurados não os submete ao acervo probatório produzido ao longo do processo penal de conhecimento**, inclusive à prova testemunhal realizada perante o próprio plenário do júri. Doutrina e jurisprudência.

– Isso significa, portanto, que a **apelação do Ministério Público, fundada em alegado conflito da deliberação absolutória com a prova dos autos (CPP, art. 593, III, “d”), caso admitida fosse, implicaria frontal transgressão aos princípios constitucionais da soberania dos veredictos do Conselho de Sentença, da plenitude de defesa do acusado e do modelo de íntima convicção dos jurados, que não estão obrigados – ao contrário do que se impõe aos magistrados togados (CF, art. 93, IX) – a decidir de forma necessariamente motivada, mesmo porque lhes é assegurado, como expressiva garantia de ordem constitucional, “o sigilo das votações” (CF, art. 5o, XXXVIII, “b”), daí resultando a incognoscibilidade da apelação interposta pelo “Parquet”. Magistério doutrinário e jurisprudencial (grifos meus)**³⁷⁰.

Nota-se, portanto, que a mais alta corte do ordenamento jurídico brasileiro está caminhando para o entendimento que se defende no presente trabalho: a invalidade do recurso insurgente contra a decisão manifestamente contrária às provas dos autos, com base nos princípios da plenitude de defesa, soberania do júri e íntima convicção dos jurados

³⁷⁰ RHC nº 117.076/117.076/PA, Acesso em: 08 jun. 2019.

CAPÍTULO 4 - PLENÁRIO OU ESPETÁCULO? A INFLUÊNCIA DO TERCEIRO QUESITO NA SESSÃO DE JULGAMENTO

Conforme demonstrado alhures, o Tribunal do Júri é uma instituição que privilegia o conhecimento empírico dos cidadãos comuns, em substituição ao conhecimento tecnicista dos juízes togados. Destarte, longe de ser algo aviltante, as emoções trazidas à tona durante o julgamento são o que de mais próximo e democrático há entre Direito e os cidadãos³⁷¹.

Nessa esteira, não se pode olvidar que o processo de comunicação no Tribunal Popular é diferente da dialética dos demais processos judiciais. Enquanto no primeiro ela é oral e voltada para o convencimento de leigos, no segundo, as manifestações são realizadas por técnicos para outro técnico, isto é, pelos operadores do direito para o juiz³⁷².

Sendo assim, é inegável que no Tribunal do Júri as partes vão buscar influenciar os jurados, assim como nos processos judiciais se busca convencer os juízes, bem como em qualquer diálogo cotidiano há o intento de convencer a outra parte de seu argumento. Convencimento é inerente à interação comunicativa³⁷³. Devido a isso, é necessário que o operador do direito que atue nessa peculiar instituição compreenda bem os processos de comunicação, uma vez que o que está em debate é a liberdade de um indivíduo julgado pelos seus pares.

Segundo Nucci, desenvolver as teses:

Diante dos jurados exige preparo, talento e vocação. O preparo deve dar-se nos campos jurídico e psicológico, pois se está lidando com pessoas leigas. O talento para, naturalmente, exercer o poder de convencimento ou, pelo menos, aprender a

³⁷¹ MELO, Ezilda. *A Espetacularização dos Crimes de Competência do Tribunal do Júri e a Influência sobre os Jurados*. Disponível em: <http://www.abarriguda.org.br/revista/index.php/revistaabarrigudaarepb/article/view/240>. Acesso em: 6 jun. 2019. p. 2.

³⁷² ALMEIDA, 2012, p. 74.

³⁷³ Ibid. p. 81

exercê-lo é essencial. A vocação, para enfrentar horas e horas de julgamento com equilíbrio, prudência e respeito aos jurados e às partes emerge como crucial³⁷⁴.

Há quem critique o Júri, como ressalta Alberto Zacharias Toron, alegando que há toda uma trama interpretativa em relação as provas, de forma que a capacidade argumentativa do Ministério Público e dos advogados contribui para a anuência dos jurados. Entretanto, pontua o autor, que nos demais processos, sem oralidade, isso também pode ocorrer, visto que o mais preparado reunirá mais provas, apresentará melhores argumentos, fortalecendo a sua pretensão³⁷⁵.

Evandro Lins e Silva enfatiza que:

Ninguém ouviu grande defesa sem a vibração, o calor, o entusiasmo, o arrebatamento do advogado. Defesa sem vigor, sem dedicação, sem sentimento, é defesa sem vida, fria, fadada ao insucesso, defesa de perdedor de causas. Os processos do júri fazem tremer o advogado³⁷⁶.

E completa Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer:

Esse é apenas um exemplo das muitas “orientações” que advogados e promotores famosos do Júri brasileiro transmitem em livros, aulas e palestras aos futuros “tribunos”. É opinião corrente entre eles que, além do domínio técnico das “regras do jogo”, há que se ter o domínio estratégico de como usá-las bem. Tal domínio implica conhecimentos de oratória, o uso de uma gestualidade estudada, enfim, daquilo que o criminalista Thales Nilo Trein chama de linguagens do plenário (Trein, 1996) (...).

Em palestra ministrada num curso sobre O futuro do Júri no Brasil, esse criminalista enfatizou o quanto a comunicação em plenário vai além das palavras, chegando a mensurar que a linguagem verbal utilizada por advogados e promotores representa não mais do que 7% do impacto que causam nos jurados. Já a sonoridade de suas vozes — ênfases e inflexão, além do ritmo das falas — são mais impactantes (38%), perdendo somente para suas performances corporais — gestos e fisionomias (55%)³⁷⁷.

³⁷⁴ NUCCI, 2018, p. 4.

³⁷⁵ STRECK, 2001, p. 172.

³⁷⁶ SILVA, Evandro Lins e. *A defesa tem a palavra* (o caso Doca Street e algumas lembranças). 3ª ed., Rio de Janeiro: Aide, 1991. p. 18.

³⁷⁷ SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Jogo, Ritual e Teatro: Um estudo antropológico do Tribunal do Júri*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 24.

Insta salientar que com a unificação das teses defensivas no terceiro quesito, a discussão a respeito dos debates na sessão do júri se acalorou. Como já explicado anteriormente, tal modificação implicou o fortalecimento do princípio da soberania dos vereditos, bem como a íntima convicção dos jurados. Como é possível que se absolva com base na consciência e nos ditames da justiça³⁷⁸, ambas as partes buscam, ainda mais, tocar os jurados a fim de influenciar em sua convicção.

A personalidade e a conduta da vítima, em alguns casos, são fatores determinantes para o jurado formar seu convencimento. Por isso é que tanto prevalece, no Tribunal do Júri, teses do Direito Penal do autor³⁷⁹.

Nesse sentido, leciona Roberto Arriada Lorea:

No exame dos debates que têm lugar durante uma sessão de julgamento, pudemos constatar que os discursos da acusação e da defesa utilizam-se de estereótipos para atualizar as representações dos jurados acerca de comportamentos socialmente reconhecidos como meritórios, ou, ao contrário, como sendo repudiados pela sociedade (...) A partir desses discursos, **podemos também verificar o deslocamento do exame dos fatos que estão em julgamento, para a análise da pessoa do acusado**. Trata-se, então, não mais de apreciar o crime, mas de avaliar o comportamento do acusado, a fim de se examinar se o mesmo atende as exigências do que é considerado um modelo padrão. Surgem então os tipos desviantes, tomando como referencial um padrão de normalidade (grifo meu)³⁸⁰.

Exemplificando tal questão, Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer expõe:

O que vai a Júri não são histórias trágicas, como se poderia supor, mas **dramas básicos da existência humana**, contados a partir de versões populares e violentas. Isto está muito bem explorado, por exemplo, no filme *Tempo de Matar* (A Time to Kill, 1996), baseado no livro homônimo, em que **um jurado branco, de classe média, absolve um réu negro e pobre acusado de assassinar os estupradores de sua pequena filha**. A interpretação é que esse jurado, provavelmente, **antes de ser como homem branco e de classe média, identificou-se com o réu por ambos serem pais, pois o drama mais básico deixou de ser a diferença de cor de pele ou de classe social, sobrepondo-se o dever paterno de proteger/vingar até as**

³⁷⁸ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 472.

³⁷⁹ SILVA, 2018, p. 139.

³⁸⁰ LOREA, Roberto Arriada. *Os jurados “leigos”*: uma antropologia do tribunal do júri. Porto Alegre. 2003. 104p. Tese (Pós Graduação em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3730/000403645.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 6 jun. 2019. p. 84.

últimas consequências a integridade física e moral violada de uma filha ainda menina (grifo meu)³⁸¹.

O problema aparece quando as partes esquecem que estão em plenário e passam a agir como se estivessem em um espetáculo. Algumas sessões de julgamento são “verdadeiros espetáculos: com posturas, gestos, silêncios, vozes, lágrimas, vestes, cenários, e o talento dos atores em cena para reconfiguração de cada caso concreto”³⁸².

O ilustre Evandro Lins e Silva, citando Henri Robert consagra:

O foro sofreu outrora no período romântico o contágio do patos grandiloquente e lacrimajante da moda. Hoje, quem discursa no estilo teatral de antanho arrisca-se a cair no mais pesado ridículo. Quanto mais um advogado adquire a experiência do tribunal e quanto maior for a sua reputação, mais se esforça para conformar-se com este modelo de sinceridade, concisão e elegante simplicidade³⁸³.

Não se nega a relevância da voz, da postura e gestos no Tribunal Popular, mas tampouco é possível que se admita uma atuação sem limites. Como não há motivação das decisões dessa instituição e os jurados julgam com base em sua íntima convicção, o controle do que chega e como chega ao Conselho de Sentença é de suma importância, como se passa a expor.

4.1. A importância do controle do debate

A partir da Lei nº 11.689/08 não se permite mais, por exemplo, a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com no mínimo 3 dias úteis de antecedência, de forma que a outra parte teria ciência anteriormente³⁸⁴. Isso representou uma grande limitação aos debates, pois comumente as partes traziam documentos e objetos como elemento “surpresa”.

³⁸¹ SCHRITZMEYER, 2012, p. 203.

³⁸² MELO, Ezilda. *A Espetacularização dos Crimes de Competência do Tribunal do Júri e a Influência sobre os Jurados*. Acesso em: 6 jun. 2019. p. 2.

³⁸³ SILVA, Evandro, 1991, p. 21.

³⁸⁴ BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Artigo 479.

É nesse sentido a decisão do Supremo Tribunal Federal no HC 102.442, que reconheceu o prejuízo patente no caso da utilização por uma das partes de documentos considerados ilegítimos e nitidamente capazes de influenciar os ânimos dos jurados³⁸⁵.

O desaforamento também é uma ferramenta que contribui para a maior imparcialidade dos jurados. Consagra o artigo 427 do Código de Processo Penal que “se o **interesse da ordem pública** o reclamar ou **houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado**, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas” (grifo meu).

Neste compasso, acrescenta Daniella Valentim:

Primeiramente, não se pode esquecer que o Ministério Público, como órgão acusador, possui artifícios para evitar essa absolvição piedosa, como, por exemplo, o desaforamento, que poderia ser utilizado em casos que a vítima não era bem vista na comunidade. Além do mais, como já salientado, é ônus do Promotor de Justiça convencer os jurados de que a condenação é a decisão mais justa. Caso isso não ocorra, e sobrevenha a absolvição perda, o veredicto do júri deve ser mantido, uma vez que essas são “as regras do jogo”³⁸⁶.

³⁸⁵ HC 102442, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, julgado em Brasília em 26/10/2010, DJe-225 DIVULG 23-11-2010 PUBLIC 24-11-2010 EMENT VOL-02437-01 PP-00083. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28HC+102442%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/yd5v4krn> Acesso em: 6 jun 2019.

EMENTA: HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. ABSOLVIÇÃO. NOVO JÚRI DETERMINADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEITURA DE DOCUMENTO INÉDITO EM CONTRARIEDADE AO ART. 475 DO CPP. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. HABEAS CORPUS DENEGADO. 1. Não se comprova nos autos a presença de constrangimento ilegal a ferir direito do Paciente nem ilegalidade ou abuso de poder a ensejar a concessão da ordem de habeas corpus pedida. 2. Ao contrário de afrontar o princípio constitucional da soberania do veredicto do Tribunal do Júri, a exibição de documentos nitidamente capazes de influenciar no ânimo dos jurados, sobre os quais a acusação não teve a oportunidade de examinar no prazo legal previsto no art. 475 do Código de Processo Penal, justifica a necessidade de realização de um novo julgamento pelo Tribunal do Júri. 3. Habeas corpus denegado.

³⁸⁶ VALENTIM, 2015, p. 50-51.

Conforme já esclarecido, o Tribunal do Júri possui regras próprias, devido as suas especificidades em relação ao procedimento comum. Não se pode negar que há uma grande diferença entre ser julgado por um júízo técnico, com obrigação constitucional de motivar suas decisões, e um júízo leigo regido por íntima convicção.

No que tange a íntima convicção dos julgadores, Pacceli leciona:

O problema é o próprio Tribunal do Júri, que não se vê a necessidade de justificar suas decisões! Problema real e concreto. Mas, opção do constituinte de 1988... **não há como especular psicanaliticamente sobre a contaminação dos jurados por quaisquer motivos externos**. Eles podem estar presentes mesmo, e, de maneira geral, são incontroláveis³⁸⁷ (grifo meu).

Atento às peculiares do Júri, o legislador decidiu introduzir o artigo 478 do Código de Processo Penal, que preconiza:

Art. 478. Durante os debates as partes não poderão, sob pena de nulidade, fazer referências:

I – à decisão de pronúncia, às decisões posteriores que julgaram admissível a acusação ou à determinação do uso de algemas como argumento de autoridade que beneficiem ou prejudiquem o acusado;

II – ao silêncio do acusado ou à ausência de interrogatório por falta de requerimento, em seu prejuízo.

Essa introdução refletiu uma preocupação que até então não havia na antiga sistemática. A finalidade é proteger o convencimento dos juízes leigos de argumentos não necessariamente corretos, mas com fortíssimo poder de persuasão³⁸⁸, que venham a ser proferidos pelas partes.

Dessa forma, buscou-se adequar o Tribunal do Júri Brasileiro ao *trial by jury americano*, em que, buscando proteger a frágil convicção dos jurados

³⁸⁷ PACELLI, 2017, p. 758.

³⁸⁸ BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo Penal*. 3. Ed. Rev. atual e ampl. São Paulo. Editora: Revista dos Tribunais, 2015. p. 703.

e pela incapacidade de controlar a sua motivação, as atenções se voltam à atuação das partes durante os debates.

Nesse sentido, fora decidido pela Corte Suprema Americana em 1965, no caso paradigmático de *Griffin vs. California* que:

(...) it is said, however, that the inference of guilt for failure to testify as to facts peculiarly within the accused's knowledge is, in any event, natural and irresistible, and that comment on the failure does not magnify that inference into a penalty for asserting a constitutional privilege. **What the jury may infer, given no help from the court, is one thing. What it may infer when the court solemnizes the silence of the accused into evidence against him is quite another**³⁸⁹ (grifo meu).

Importante ressaltar que o artigo 478 do Código de Processo Penal está em consonância com o princípio do *pas nullité sans grief* que vige no processo penal brasileiro e preceitua a necessidade de demonstração do prejuízo para reconhecimento da nulidade.

Os votos proferidos pelo Ministro Dias Toffoli, bem como o da Ministra Cármen Lúcia, respectivamente, no julgamento do Habeas Corpus 102.412 RJ³⁹⁰, abordam a questão do prejuízo efetivo:

³⁸⁹ Griffin v. California, 380 U.S. 609 (1965). Disponível em:

<https://supreme.justia.com/cases/federal/us/380/609/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

Tradução livre: (...) diz-se, no entanto, que a inferência de culpa feita pelo júri em relação ao acusado, conhecedor dos fatos, é, de todo modo, natural e irresistível, e que os comentários acerca do silêncio do acusado não são capazes de aumentar esta inferência em uma penalidade por fazer uso de uma garantia constitucional. **O que o júri pode inferir, sem a ajuda vinda da corte, é uma coisa. O que este pode inferir quando a corte soleniza que o silêncio do acusado deve ser interpretado como evidência contra ele é outra bem diferente.**

³⁹⁰ HC 102412, Rel. Min. LUIZ FUX, Rel. p/ Acórdão: Min. DIAS TOFFOLI, Primeira Turma, julgado em Brasília em 30/08/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-238 DIVULG 15-12-2011 PUBLIC 16-12-2011. Disponível em:

<http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28102412%29&base=baseAcor daos&url=http://tinyurl.com/qoo99m4> Acesso em: 6 jun. 2019.

EMENTA PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRIBUNAL DO JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO E QUADRILHA (CP, Arts. 121, § 2º, IV, c/c o 14, II, e 288). ALEGAÇÃO DE INFLUÊNCIA DO JUIZ PRESIDENTE, NA SESSÃO DE JULGAMENTO, SOBRE AS TESTEMUNHAS E OS JURADOS. NULIDADE RECONHECIDA. JÚRI ANULADO. DETERMINAÇÃO DE SUBMISSÃO DO PACIENTE A NOVO JULGAMENTO. ORDEM CONCEDIDA. A intervenção reiterada da Juíza Presidente durante a colheita da prova oral - tendente a advertir testemunha sobre discrepância de seu depoimento com versão anterior e sobre a possibilidade de sua incidência em crime de perjúrio, o que acabou por levá-la a se retratar -, bem como a realização de comentário dirigido aos jurados de que a ausência de testemunhas à sessão de julgamento decorreria de orientação da defesa, importaram em efetivo prejuízo ao réu, com nulidade do veredicto condenatório. Determinação de submissão do paciente a novo julgamento. Ordem concedida.

Evidentemente, o que é falado durante a sessão de um tribunal do júri influencia - e é falado para influenciar - os jurados. (...) **Se influenciou, ou não, não vem ao caso. Porque isso é impossível de se saber. Mas a condenação, de qualquer sorte, apresenta um grau de prejuízo à defesa. É evidente. Ele foi condenado.** (grifo meu)

E aqui o que ficaria seria a discussão sobre até que ponto isso teria ou não influenciado no jurado. **A resposta sobre o prejuízo adviria da própria pena, uma vez que se interferiu, ou não, se foi por conta disso o não, o certo é que se tem dados objetivos a comprovar que a postura da juíza ultrapassou aquilo que seria o determinado pela lei.** (grifo meu)

Com base no exposto, além das hipóteses previstas no artigo 478 do Código de Processo Penal, as quais o legislador considera, previamente, como evidente prejuízo ao acusado, deve-se considerar qualquer outra que demonstre concretamente que os jurados forem influenciados de forma indevida e falaciosa³⁹¹. Nas lições do ilustre doutrinador Gustavo Badaró:

As hipóteses do art. 478 não são *numerus clausus*. Não será apenas, única e exclusivamente, nestes casos que os jurados serão influenciados. Qualquer outra linha argumentativa, com finalidade persuasiva, mas que possa induzir o jurado ao erro, implicará a nulidade do julgamento³⁹². (grifo meu)

³⁹¹ BADARÓ, 2015, p. 704-705.

³⁹² Ibid., p. 704.

CONCLUSÃO

O Tribunal do Júri representa a garantia que o indivíduo tem de ser julgado pelos seus pares. Segundo o criminalista Alberto Zacharias Toron, há uma crença:

Fortemente inspirada pelo positivismo jurídico, segundo a qual os juízes de carreira, isto é, os que cursaram faculdades de Direito e se submeteram a concurso público, realizam melhor a tarefa de distribuir a justiça, como se estivessem eles – juízes togados – a salvo de influência de critérios ideológicos ou mesmo de emoções que circundam os casos. Essa crença faz com que se pense que, fora dos padrões técnicos, não se faz justiça³⁹³.

Ainda, há quem defenda, com base na cultura positivista-normativa contemporânea, que o povo não teria condições técnicas para julgar seus semelhantes. Essa tese poderia ser admitida se acaso fosse uma máxima afirmar que os juízes togados nunca erram. Deve-se ter em mente que errar é apanágio do ser humano, independente de ser leigo ou operador do Direito. Sendo assim, esse pensamento, decorrente do racionalismo cartesiano e do processo de codificação, não se sustenta³⁹⁴.

O magistrado analisa de forma técnica, o que desvenda boa parte das questões, mas quando se fala em crime, em especial os dolosos contra a vida, necessário se faz analisar a profundidade. Os jurados julgam seu semelhante com:

Os olhos do sentimento de justiça de um povo (sentire); com a sensibilidade de avaliação da censurabilidade da conduta; longe da abstração conceitual da noção de crime; e como um fato do mundo cotidiano que deve ser analisado caso a caso³⁹⁵.

Segundo Massimo Nobili, os jurados, diferente dos juízes, não detêm conhecimento técnico acerca da lei e são pares do acusado. Lauzé di Peret acrescenta que a convicção do juiz se distingue da do jurado, porque a

³⁹³ STRECK, 2001, p. 172.

³⁹⁴ ALMEIDA, 2012, p. 68-69.

³⁹⁵ Ibid., p. 68.

primeira advém da lei, enquanto a segunda surge do momento da discussão e representa um ato de soberania. Os jurados representam o acusado, uma vez que são seus semelhantes, de forma que basta sua consciência para que julguem de uma forma ou de outra, não sendo exigido que prestem conta dos motivos determinante de sua escolha ³⁹⁶.

Ainda, há o argumento de que a carapaça jurídica formada ao longo dos anos das pessoas do campo do direito, acaba comprometendo a isenção necessária para que se julgue um fato tão humano, muitas vezes relacionado a sentimentos e emoções, uma vez que se acostumam a essa realidade, não havendo mais a sensação de surpresa, de medo e de espanto. Mata-se por amor, ódio, inveja, ciúme, poder, isto é, sentimentos e emoções que compõem a personalidade dos humanos e que são comuns a todos. Devido a isso, o jurado é livre para avaliar as circunstâncias fáticas, emocionais e sociais do fato delituoso, despregado dos vínculos jurídicos, se necessário se fizer ³⁹⁷.

Neste compasso:

Quem compõe um Tribunal Popular, na maior parte das vezes, não conhece a lei. Conhece, todavia, o contexto da sociedade em que vive e consegue se imaginar como personagem do drama que lhe é apresentado, como réu ou como vítima. O cidadão comum, por não estar imerso no cotidiano forense, em que tragédias humanas se transformam em números e nomes nas capas de autos, tende a julgar com mais humanidade e não se preocupa com metas outras que não sejam alcançar o julgamento justo. (grifo meu)³⁹⁸.

Romeiro Neto acrescenta:

O júri é o único tribunal capaz de bem julgar, de bem decidir determinadas situações humanas que não podem ser previstas pelo legislador e que não podem ser julgadas pelo juiz togado, que está jungido e acorrentado à letra da lei. O júri,

³⁹⁶ SEGUNDO; SANTIAGO, 2015.

³⁹⁷ NASSIF, Aramis. *Júri – Instrumento da soberania popular*. 2. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2008. p. 50-52 apud RODRIGUES, 2012, p. 45.

³⁹⁸ JARDIM, *Absolvição fundada no quesito genérico: ausência de vinculação à prova dos autos e irrecorribilidade*. Acesso em: 6 jun. 2019.

para condenar ou absolver, pode ascender a sua visão, erguendo-a da estreiteza dos textos para o conjunto das realidades individuais e sociais³⁹⁹.

A quesitação representa um limite a soberania do júri, uma vez que o mesmo não pode decidir fora dela. Assim sendo, as cartas do julgamento são dadas pelo procedimento, bem como pelas partes, como quando aprovam os quesitos a serem formulados aos jurados.

Analisa-se, então, qual seria o melhor modelo a ser adotado: o francês ou o inglês. O primeiro prima pela técnica, que está acima da decisão do Júri. Assim sendo, se houver um laudo pericial que ateste a materialidade e os jurados entenderem pela falta dela, seria uma decisão manifestamente contrária à prova dos autos, passível de modificação. Se a técnica está acima, conclui-se que o Tribunal Popular não é soberano. Já o segundo, prioriza totalmente a soberania dos vereditos e a íntima convicção dos jurados, concentrando todo o julgamento é apenas uma pergunta, isto é, se o jurado considera o acusado inocente ou culpado.

Na cultura jurídica brasileira, mergulhada na tradição da Civil Law, o ingresso do Tribunal do Júri representou uma figura estranha.

O tribunal do júri tem suas origens na tradição da Common Law (direito comum). O júri está ligado à tradição do direito costumeiro, isto é, de você ouvir a sensibilidade legal da comunidade, enquanto a racionalidade do nosso sistema jurídico está ligada ao direito positivo, à letra da lei, à interpretação da dogmática jurídica. O tribunal do júri possui uma lógica – sensibilidade jurídica – de produção da verdade judiciária que não se conforma com a tradição da Civil Law. (grifo meu)⁴⁰⁰.

O Tribunal Popular no Brasil, que inicialmente seguiu o modelo francês, com a Lei nº 11.689/08 se aproximou ainda mais do modelo inglês. Entendo que a adoção de tal modelo é a melhor alternativa a ser seguida. A partir de uma mudança legislativa, todos os quesitos seriam englobados pelo

³⁹⁹ BARROS, 2018, p. 703.

⁴⁰⁰ FIGUEIRA, Luiz Eduardo. *A organização do tribunal do júri e a questão da incomunicabilidade dos jurados no Brasil Imperial*. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=030869ecc70e9978>. Acesso em: 6 jun. 2019.

atual terceiro quesito. Tal interpretação decorre da razão de ser do Júri, acima exposta, isto é, o julgamento do acusado pelos seus pares, com base no princípio da sensibilidade.

Dessa forma, os princípios constitucionais da soberania dos vereditos e da plenitude de defesa seriam fortalecidos, bem como o sistema de valoração das provas a partir da íntima convicção dos jurados.

Além disso, não haveria mais o que se discutir quanto ao recurso insurgente contra decisão dos jurados manifestamente contrária às provas dos autos, visto que a soberania dos vereditos seria entendida como absoluta e não mais como relativa, como é enxergada atualmente pela jurisprudência majoritária, que admite um novo Júri nesse caso.

Ressalta-se, ainda quanto a isso, que a última decisão do STF no RHC nº 117.076 apresentada anteriormente, veio em contra a jurisprudência dominante, entendendo que os jurados não se submetem ao acervo probatório produzido, podendo julgar por razões de índole eminentemente subjetiva ou de natureza destacadamente metajurídica e que um novo julgamento com base nesse recurso, representaria uma violação aos princípios supracitados.

Assim sendo, a sessão de julgamento seria merecedora de uma maior atenção, uma vez que o controle do que chega e como chega ao Conselho de Sentença é fundamental a fim de garantir a imparcialidade dos jurados, bem como a não influência de argumentos falaciosos e persuasivos neles.

Caberia, portanto, os juízes leigos responderem a simples, e ao mesmo tempo complexa, pergunta: O jurado absolve o réu?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carlos Alberto Garcete de. *Tribunal do júri*. Dimensão constitucional contemporânea: reflexões constitucionais de sua garantia fundamental de cidadania. Rio de Janeiro, 2012. 117 p. Dissertação (Mestrado em Direito). Departamento de Direito da PUC-Rio. Disponível em:

<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=cat06910a&AN=puc.198457&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 6 jun. 2019.

ALMEIDA, Nathalia Droichi de. *Alterações no procedimento do Tribunal do Júri*. Lei 11.689/08. Disponível em:

<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6612/Alteracoes-no-procedimento-do-Tribunal-do-Juri-Lei-11689-08>. Acesso em: 6 de jun. 2019. 9 p.

ANDRADE, José Guido de. *Quesitos no Júri*. Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDP_02_36.pdf. Acesso em: 6 jun. 2019.

ARAÚJO, Nádia de; ALMEIDA, Ricardo R. O Tribunal do Júri nos Estados Unidos – sua evolução histórica e algumas reflexões sobre seu estado atual. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. São Paulo, 1996. 22 p.

ARRUDA, Eloísa de Sousa; SILVA, Cesár Dario Mariano da. *Reforma processual penal tornou quesitos do júri mais simples*. Disponível em:

https://www.conjur.com.br/2008-jun-28/reforma_penal_tornou_quesitos_juri_simples. Acesso em: 6 jun. 2019.

ÁVILA, Thiago André Pierobom de. *O novo procedimento dos crimes dolosos contra a vida* Lei nº 11.689/08. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 1873, 17 ago. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11596/o-novo-procedimento-dos-crimes-dolosos-contr-a-vida-lei-n-11-689-08>. Acesso em: 6. jun. 2019.

BADARÓ, Gustavo Henrique. *Processo Penal*. 3ª ed. Rev. atual e ampl. São Paulo. Editora: Revista dos Tribunais, 2015.

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. MOURA, Luiz Tupy Caldas de (Trad.). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 78 p.

BARBOSA, Rui. *O Júri sob todos os aspectos*. LYRA FILHO, Roberto; SILVA, Mário César da (Org.). Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, São Paulo, 1950.

BARROS, Francisco Dirceu. *Manual do Júri*. 4ª ed., Leme (SP): JH Mizuno, 2018. 746 p.

BONFIM, Edilson Mougenot. *O novo procedimento do júri: comentários à lei n. 11.689/2008*. São Paulo: Saraiva, 2009.

BORBA, Lise Anne de. *Aspectos relevantes do histórico do Tribunal do Júri*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/2695/aspectos-relevantes-do-historico-do-tribunal-do-juri>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, Câmara dos Deputados. *Legislação do Império e da República. Compilação do endereço eletrônico da Câmara dos Deputados*: Disponível em: www.camara.gov.br. Acesso em: 08 jun. 2019.

BRASIL, *Código de Processo Criminal do Império*. 1832. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Código de Processo Penal Militar*. 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Código de Processo Penal*. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Código Penal*. 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Constituição Brasileira de 1824*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Constituição Brasileira de 1934*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Constituição Brasileira de 1988*. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Decreto de 18 de junho de 1822*. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dim/DIM-18-6-1822-2.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Decreto nº 848 de 1890*. Artigo 41. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D848.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Decreto-Lei 167/38*. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0167.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Lei 2.033 de 20 de setembro de 1871*. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2033.htm. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Lei nº 263/48*. Disponível em:
<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103317/lei-263-48>. Acesso em: 6 jun. 2019.

BRASIL, *Projeto de Lei nº 4.203 de 2001*. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=26553>. Acesso em: 6 jun. 2019.

CARVALHO, Gustavo. *A problemática na terceira quesitação em plenário do júri quando da alegação de tese absolutória e tese desclassificatória pelas partes*. Disponível em:
https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/a-problematika-na-terceira-quesitacao-plenario-juri-quando-alegacao.htm#capitulo_2.4.2. Acesso em: 6 jun. 2019.

CHALITA, Gabriel. *A sedução no discurso: O poder da linguagem nos tribunais de júri*. 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 2007. 168 p.

CHOUKR, Fauzi. *A quesitação no tribunal do júri e sistema de nulidades*. Disponível em: <https://fhchoukr.jusbrasil.com.br/artigos/239354275/a-quesitacao-no-tribunal-do-juri-e-sistema-de-nulidades>. Acesso em: 6 jun. 2019.

COUTINHO, Jacinto Nelson Miranda. *O papel do novo Juiz no Processo Penal*. Publicado no Empório do Direito em 16/04/2015.

DAMOUS, Igor da Costa. *Os standards probatórios como superação ao livre convencimento motivado no processo penal brasileiro*. Rio de Janeiro, 2015. 86 p. Trabalho de Conclusão de Curso 2. (Graduação em Direito). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

DROPPA, Gabriel José Benetti et al., *Histórico e Princípios do Tribunal do Júri*. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/5698>. Acesso em: 6 jun. 2019.

EUA, *Constitution of the United States*. September, 17. 1788.

EUA, *Convenção Americana de Direitos Humanos*.

FAUSTO, Antonio Simon Bruno Franchetto. *História, Criminologia e Teatro no Tribunal do Júri*. Rio de Janeiro. 2016. 56 p. Monografia (Bacharel em Direito). Departamento de Direito da PUC-Rio. Disponível em: <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=edsbas&AN=edsbas.2803E2FE&lang=pt-br&site=eds-live&scope=site>. Acesso em: 6 jun. 2019.

FERRAJOLI, Luigi. *Direito e Razão: teoria do garantismo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. 766 p.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo. *A organização do tribunal do júri e a questão da incomunicabilidade dos jurados no Brasil Imperial*. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=030869ecc70e9978>. Acesso em: 6 jun. 2019.

FIGUEIREDO. Anna Carolina Gloria. *Aspectos da nova quesitação do Tribunal do Júri*. Rio de Janeiro. 2009, 26 p. Artigo científico (Pós Graduação). Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.

FLOYD, John; SINCLAIR, Billy. *Reasonable Doubt: Foundation of a Free Society*. Disponível em: <http://www.johntfloyd.com/blog/standards-of-proof>. Acesso em: 27 ago. 2019.

GOMES, Luiz Flávio; SICA, Ana Paula Zomer. *O tribunal do júri no direito comparado*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/7655/o-tribunal-do-juri-no-direito-comparado>. Acesso em: 6 jun. 2019.

GOMES, Márcio Schlee. *Críticas à nova quesitação do Júri*. Disponível em: https://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1246467896.pdf. Acesso em: 27 ago. 2019.

GOULART, Tamiris Schwinden. *Tribunal do júri: a íntima convicção dos jurados em face do princípio constitucional da motivação das decisões judiciais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. 112 p.

Griffin v. California, 380 U.S. 609 (1965). Disponível em: <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/380/609/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al., *Recursos no processo penal*. São Paulo. Ed: RT, 1996. p. 353.

HENRIQUES, Antonio. *Argumentação e discurso jurídico*. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2008. 188 p.

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 1985.

JARDIM, Eliete Costa Silva. *Absolvição fundada no quesito genérico: ausência de vinculação à prova dos autos e irrecorribilidade*. Disponível em: <http://www.justificando.com/2015/02/02/absolvicao-fundada-no-quesito-generico-ausencia-de-vinculacao-prova-dos-autos-e-irrecorribilidade/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

LOREA, Roberto Arriada. *Os jurados “leigos”: uma antropologia do tribunal do júri*. Porto Alegre. 2003. 104p. Tese (Pós Graduação em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3730/000403645.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 6 jun. 2019.

LUZ, Delmar Pacheco da. *Tribunal do Júri: a nova quesitação*. Disponível em: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/60297/tribunal-do-juri-a-nova-quesitacao-delmar-pacheco-da-luz>. Acesso em: 6 jun. 2019.

MAIER, Julio B. J. *La impugnación del acusador: ¿un caso de ne bis in idem?*. 2010. Versão parcial e sintética do ponto Posibilidad de impugnar la sentencia de condena, publicado no livro *Derecho procesal penal*. 2ª ed., Buenos Aires: Del Puerto, 1996. t. I. Disponível em: <http://www.edgardeleon.com/2010/11/la-impugnacion-del-acusador-un-caso-de.html>. Acesso em: 6 jun. 2019.

MARQUES, José Frederico. *A instituição do júri*. São Paulo: Saraiva, 1963. 302 p.

MARTINS, Ives Gandra; REZEK, Francisco. *Constituição federal – avanços, contribuições e modificações no processo democrático brasileiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. 846 p.

MARTY, Mireille Delmas (Org.). *Processos penais da Europa*. CHOUKR, Fauzi Hassan (Trad.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

MELO, Ezilda. *A Espetacularização dos Crimes de Competência do Tribunal do Júri e a Influência Sobre os Jurados*. Disponível em: <http://www.abarriguda.org.br/revista/index.php/revistaabarrigudaarepb/article/view/240>. Acesso em: 6 jun. 2019.

MELO, João Ozorio de. *Curso de advogados ajuda a aprimorar atuação*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-ago-02/curso-teatro-ajuda-advogados-aprimorar-atuacao-tribunais>. Acesso em: 6 jun. 2019.

MUCCIO, Hidejalma. *Curso de processo penal*. 2ª ed. São Paulo: Editora Método. 2011. p. 1705.

NAGIMA, Irving Marc Shikasho; OLIVEIRA, Bruno Cavalcante. *A sistemática de quesitação no tribunal do júri brasileiro e as alterações da Lei nº 11.689/08*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/19398/a-sistematica-de-quesitacao-no-tribunal-do-juri-brasileiro-e-as-alteracoes-da-lei-n-11-689-08>. Acesso em: 6 jun. 2019. 5 p.

NASSIF, Aramis. *Júri – Instrumento da soberania popular*. 2ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Júri - princípios constitucionais*. Juarez de Oliveira, 1999. 363 p.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Tribunal do júri*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2018. 648 p.

OLIVEIRA, Daniel Bernoulli Lucena de; LOPES, Jefferson Lima. *O novo Tribunal do Júri: o quesito da tese absolutória pode vir antes do desclassificatório?* Disponível em: <http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/artigos-menu/1630-o-novo-tribunal-do-juri-o-quesito-da-tese-absolutoria-pode-vir-antes-do-desclassificadorio>. Acesso em: 6 jun. 2019

OLIVEIRA, Mariana. *Tese principal da defesa prevalece na ordem de quesitos do Tribunal do Júri*. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jun-21/tese-principal-defesa-prevalece-ordem-quesitacao-ministro>. Acesso em: 6 jun. 2019.

PACELLI, Eugênio. *Curso de processo penal*. 21ª ed., São Paulo: Atlas, 2017. 1084 p.

PINTO, Luísa Frágoso Pereira. *A história do Tribunal do Júri: Origem e evolução no sistema penal brasileiro*. p. 5. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=c3c64982-cc8a-4364-b36e-0b57aba2c7cc&groupId=10136. Acesso em: 6 jun. 2019.

PLUCKNETT, Theodore Frank Thomas. *A Concise History of the Common Law*. Indianapolis: Liberty Fund, 2010. 939 p.

PORTUGAL, *Constituição Portuguesa de 1822*. Disponível em: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/7511.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2019.

PORTUGAL, *Decreto-Lei nº 387-A/87, de 29 de dezembro*. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=315&tabela=leis&ficha=1&pagina=1. Acesso em: 6 jun. 2019.

RAMIRES, Maurício. *Aspectos práticos da redação dos quesitos da materialidade e da autoria no tribunal do júri após a lei 11.689/08*. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/tribunal_de_justica/centro_de_estudos/doutrina/doc/Aspectos_Praticos_Mauricio_Ramires.doc. Acesso em: 27 ago. 2019.

RANGEL, Paulo. *Tribunal do Júri: Visão linguística, histórica, social e jurídica*. 6ª ed., São Paulo: Atlas, 2018. 312 p.

REZENDE, Reinaldo Oscar de Freitas Mundim Lobo. *Da evolução da instituição do júri no tempo, sua atual estrutura e novas propostas de mudanças*. Projeto de Lei nº 4.203/2001. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/6865/da-evolucao-da-instituicao-do-juri-no-tempo-sua-atual-estrutura-e-novas-propostas-de-mudancas>. Acesso em: 6 jun. 2019.

RODRIGUES, Aline Mara. *O respeito à soberania dos veredictos do tribunal do júri*. Florianópolis. 2012. 56 p. Monografia (Bacharel em Direito). Curso de Direito da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Disponível em: <http://www.riuni.unisul.br/handle/12345/698>. Acesso em: 6 jun. 2019.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri - ritual lúdico e teatralizado*. São Paulo, 2002. 284 p. Tese (Doutorado em Ciência Social - Antropologia Social). Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-31082007-095427/pt-br.php>. Acesso em: 6 jun. 2019.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Jogo, Ritual e Teatro: Um estudo antropológico do Tribunal do Júri*. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. 296 p.

SEGADO, Francisco Fernández. *El sistema constitucional español*. Madrid: Dykinson, 1992.

SEGUNDO, Antonio de Holanda Cavalcante; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. Íntima convicção, veredictos dos jurados e o recurso de apelação com base na contrariedade à prova dos autos: necessidade de compatibilidade com um processo de base garantista. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. RBCCRIM v. 116, Set./Out. 2015.

SILVA, Danni Sales. *Júri: persuasão na tribuna*. Curitiba: Juruá, 2018. 182 p.

SILVA, Evandro Lins e. *A defesa tem a palavra* (o caso Doca Street e algumas lembranças). 3ª ed., Rio de Janeiro: Aide, 1991. 394 p.

SILVA, Germano Marques da. *Curso de processo penal*. v. 3. Lisboa: Verbo, 2000.

SOUZA, André Peixoto de. *Ordem dos quesitos no júri*. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/ordem-dos-quesitos-no-juri/>. Acesso em: 6 jun. 2019.

STF, *HC 101542*, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, Julgado em: 04/05/2010, DJe-096 DIVULG 27/05/2010 PUBLIC 28/05/2010 EMENT VOL-02403-04 PP-01149 LEXSTF v. 32, n. 378, 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28101542%2E+OU+101542%2EACMS%2E%29&base=baseAco rdaos&url=http://tinyurl.com/y6qqou7u>. Acesso em: 08 jun. 2019.

STF, *HC 102412*, Rel. Min. Luiz Fux, Rel. p/ Acórdão: Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Julgado em: 30/08/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-238 DIVULG 15-12-2011 PUBLIC 16-12-2011. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28102412%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/qoo99m4>. Acesso em: 6 jun. 2019.

STF, *HC 102442*, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, Julgado em: 26/10/2010, DJe-225 DIVULG 23-11-2010 PUBLIC 24-11-2010 EMENT VOL-02437-01 PP-00083. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28HC+102442%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/yd5v4krm>. Acesso em: 6 jun 2019.

STF, *HC 112472*, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma. Julgado em: 19/11/2013, Processo Eletrônico DJe-238 DIVULG 03-12-2013 PUBLIC 04-12-2013. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28112472%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/yzlwwy94>. Acesso em: 08 jun. 2019.

STF, *HC 96469-RJ*, Rel. Min. Carlos Britto, Primeira Turma, STF, Data de Publicação: DJ-e-152 DIVULG 13-08-2009 PUBLIC 14/08/2009 EMENT VOL-02369-05 PP-01031. Disponível em: <http://stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28HC%24%2ESCLA%2E+E+96469%2ENUME%2E%29+OU+%28HC%2EACMS%2E+ADJ2+96469%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/lnt3jw> Acesso em: 08 jun. 2019.

STF, Medida Cautelar no Recurso Ordinário em Habeas Corpus 117.076/PA, Rel. Min. Celso de Mello. Julgado em: 16/09/2013. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=171204408&ext=pdf>. Acesso em: 08 jun. 2019.

STF, RE 351487, Rel. Min. Cezar Peluso, Tribunal Pleno, Julgado em: 03/08/2006, DJ 10/11/2006 PP-00050 EMENT VOL-02255-03 PP-00571 RTJ VOL-00200-03 PP-01360 RT v. 96, n. 857, 2007, p. 543-557 LEXSTF v. 29, n. 338, 2007, p. 494-523. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28351487%2ENUME%2E+OU+351487%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/yyg8whah>. Acesso em: 08/06/2019.

STF, RHC nº 117.076/117.076/PA, Rel. Min. Celso de Mello. Julgado em: 01/08/2019, DJE nº 169. Divulgado em: 02/08/2019. Publicado em: 05/08/2019. Disponível em:

<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15340720368&ext=pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

STJ, *CC 147.222/CE*, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, Terceira Seção. Julgado em: 24/05/2017. DJe 31/05/2017. Disponível em: [https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=\(\(%27CC%27.clap.+e+@num=%27147222%27\)+ou+\(%27CC%27+adj+%27147222%27.suce.\)\)&thesaurus=JURIDICO&fr=veja](https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?i=1&b=ACOR&livre=((%27CC%27.clap.+e+@num=%27147222%27)+ou+(%27CC%27+adj+%27147222%27.suce.))&thesaurus=JURIDICO&fr=veja). Acesso em: 08 jun. 2019.

STJ, *CC 79.555-RS*, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Julgado em: 8/8/2007. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&livre=@cod=%27326%27&op=imprimir&t=JURIDICO&p=true&l=10&i=1>. Acesso em: 08 jun. 2019.

STJ, *HC 190.264/PB*, Rel. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, Julgado em: 26/08/2014, DJe 02/09/2014. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=201002093210.REG>. Acesso em: 08 jun. 2019.

STJ, *HC 254.730/SP*, Rel. Min. Og Fernandes, Sexta Turma. Julgado em: 24/09/2013, DJe 04/10/2013.

STJ, *HC 276.627/RJ*, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, Julgado em: 03/12/2013, DJe 13/12/2013. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=276627&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 08 jun. 2019.

STJ, *REsp 1509504/SP*, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, Julgado em: 27/10/2015, DJe 13/11/2015. Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?processo=1509504&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>. Acesso em: 08 jun. 2019.

STRECK, Lênio Luiz. *Tribunal do Júri: Símbolos e rituais*. 4ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. 183 p.

TINÔCO, Antonio Luiz Ferreira. *Código Criminal do Império do Brasil anotado*. Coleção História do Direito Brasileiro. Brasília: Fac-sim. 2003. 606 p.

TJ-DF, *Apelação nº 1999 07 1 011529-5/DF*, Rel. Mario Machado, 1ª Turma Criminal. Julgado em: 09/09/2010.

TJ-MG 101940001255840011 MG 1.0194.00.012558-4/001(1), Rel. Paulo César Dias, Data de Julgamento: 09/03/2004, Data de Publicação: 23/03/2004 Disponível em: <https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5809209/101940001255840011-mg-1019400012558-4-001-1/inteiro-teor-11959312?ref=serp>. Acesso em: 08/06/2019.

TJ-MG. *Apelação Criminal 1.0012.05.002800-5/002*. Rel. Des. Antônio Carlos Cruvinel, 3ª Câmara Criminal. Julgamento em: 15/12/2009, Publicação da súmula em: 26/02/2010.

TJ-RJ, *Ap 0005715-39.2008.8.19.0001/RJ*, Rel. Sidney Rosa da Silva, 7ª Câmara. Julgado em: 31/08/2010.

TUBENCHLAK, James. Soberania dos veredictos do júri: inconstitucionalidade de recurso versando o mérito. In: *Livro de Estudos Jurídicos*, n. 4. Rio de Janeiro: IEJ, 1992.

TUBENCHLAK, James. *Tribunal do Júri: contradições e soluções*. São Paulo: Saraiva, 1997.

TUCCI, ROGÉRIO LAURIA. *Tribunal do Júri. Estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1999. 348 p.

VALENTIM, Daniella Pinto. *Tribunal do Júri: Uma análise crítica do quesito genérico de absolvição e da apelação por decisão manifestamente contrária à prova dos autos*. Brasília, 2015. 63 p. Monografia (Graduação em Direito) Universidade de Brasília – UnB.